

# boletim

## DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2024

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE  
AMPARO A ESTUDOS E  
PESQUISAS



GOVERNO DO  
**PARA**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**Helder Zaluth Barbalho**  
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE  
AMPARO A ESTUDOS E  
PESQUISAS



**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)**

**Marcel do Nascimento Botelho**  
Diretor-Presidente

**Deyvison Andrey Medrado Gonçalves**  
Diretor Científico

**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**  
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

**Atyliana do Socorro Leão Dias**  
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

**Luziane Cravo Silva**  
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

**Jurandir Sebastião Tavares Sidrim**  
Diretor Administrativo

**Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari**  
Diretor de Operações Técnicas

**Oswaldo Trindade Carvalho**  
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



## EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2024 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:  
**FAPESPA**

Endereço:  
Av. Presidente Vargas, 670.  
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente  
**Marcel do Nascimento Botelho**

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural  
**Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza**

Coordenadora de Estudos Sociais  
**Jessica Aline Duarte Lopes**

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural  
**Marcelo Santos Chaves**

### **EQUIPE TÉCNICA**

Alana Maria Ferreira Borges  
Denize Rafaela Alfaia de Oliveira  
Nara Isa da Silva Lages

### **REVISÃO ORTOGRÁFICA**

Juliana Cardoso Saldanha (Assessoria de Comunicação)  
Wagner Santos (Assessoria de Comunicação)

### **CAPA**

Anderson Junior (Assessoria de Comunicação)



## Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Evolução da taxa de crescimento anual da população do estado do Pará, 2020–2022.....	14
Gráfico 02 – Evolução da taxa de crescimento anual da população das Regiões de Integração do estado do Pará, 2020–2022.....	14
Gráfico 03 – Evolução da taxa de crescimento anual da população de Belém e Região Metropolitana de Belém (RMB), 2020–2022. ....	15
Gráfico 04 – Evolução da taxa de pobreza da população residente no estado do Pará com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, 2019–2022.....	16
Gráfico 05 – Evolução da taxa de pobreza da população residente nas Regiões de Integração do estado do Pará com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, 2019–2022.....	17
Gráfico 06 – Evolução da taxa de pobreza da população residente em Belém e na Região Metropolitana de Belém (RMB) com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, 2019–2022.....	18
Gráfico 07 – Participação percentual do número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	31
Gráfico 08 – Participação percentual do número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	34
Gráfico 09 – Participação percentual do número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	37
Gráfico 10 – Participação percentual do número de famílias extrativistas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	40
Gráfico 11 – Participação percentual do número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	43
Gráfico 12 – Participação percentual do número de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	46
Gráfico 13 – Participação percentual do número de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	49
Gráfico 14 – Participação percentual do número de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	53
Gráfico 15 – População do Pará e a proporção de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)/Auxílio Brasil no estado, 2019–2023.....	56
Gráfico 16 – Evolução do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil no estado, 2019–2023.....	59
Gráfico 17 – Evolução do número de pessoas com 16 anos de idade ou mais beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil e empregadas com carteira assinada no estado do Pará, 2019 – 2022.....	61
Gráfico 18 – Valores reais totais repassados pelo governo federal ao Programa Auxílio Brasil no estado do Pará, 2021–2023.....	66



Gráfico 19 – Evolução do número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Pará, 2019–2023.....	66
Gráfico 20 – Percentuais de beneficiários do BPC no estado do Pará, por tipo de benefício recebido, 2019–2023.....	67
Gráfico 21 – População idosa do Pará com 65 anos de idade ou mais e a proporção de idosos beneficiários do BPC, 2019-2023.....	67
Gráfico 22 – Evolução do número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no estado do Pará, 2015–2023.....	73
Gráfico 23 – Número de CRAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.....	76
Gráfico 24 – Percentual do número de CRAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.....	77
Gráfico 25 – Evolução do número de atendimentos a crianças de 0 a 6 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Pará, 2017–2023.....	79
Gráfico 26 – Evolução do número de atendimentos a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Pará, 2017–2023.....	80
Gráfico 27 – Evolução dos números de atendimentos a adolescentes de 15 a 17 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)–Pará, 2017–2023.....	82
Gráfico 28 – Evolução do número de atendimentos à pessoa idosa no serviço de Proteção Social Básica (PSB) – Pará, 2017 – 2023 .....	85
Gráfico 29 – Evolução do número de atendimentos à pessoa com deficiência no serviço de Proteção Social Básica (PSB) – Pará, 2017–2023.....	86
Gráfico 30 – Evolução do número de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no estado do Pará, 2015–2023.....	88
Gráfico 31 – Percentual do número de CREAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.....	92
Gráfico 32 – Número de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.....	93
Gráfico 33 – Número de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.....	96
Gráfico 34 – Número de crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.....	99
Gráfico 35 – Evolução do número de mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)–Pará, 2020–2023.....	103



## Lista de Tabelas

Tabela 01 – População do estado do Pará e de suas Regiões de Integração, 2019–2022.....	13
Tabela 02 – População da Região Metropolitana e Município de Belém, 2019–2022.....	15
Tabela 03 – Índice de Gini e renda per capita do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do município de Belém, 2020-2021.....	18
Tabela 04 – Número de pessoas inscritas no CadÚnico com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, por Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.....	20
Tabela 05 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com os maiores números de pessoas inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.....	21
Tabela 06 – Número de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda per capita e Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.....	23
Tabela 07 – Ranking dos 10 municípios paraenses com maior número de famílias em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.....	24
Tabela 08 – Ranking dos 10 municípios paraenses com maior número de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.....	25
Tabela 09 – Número de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único, por Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.....	26
Tabela 10 – Os 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.....	27
Tabela 11 – Números de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no CadÚnico, por Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) – Pará, 2019 e 2023.....	29
Tabela 12 – Número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	30
Tabela 13 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	32
Tabela 14 – Número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	33
Tabela 15 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo – 2019 e 2023.....	35
Tabela 16 – Número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	36
Tabela 17 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	38
Tabela 18 – Número de famílias extrativistas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	39



Tabela 19 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias extrativistas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	41
Tabela 20 – Número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	42
Tabela 21 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	44
Tabela 22 – Número de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.....	45
Tabela 23 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	47
Tabela 24 - Números de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.....	48
Tabela 25 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	50
Tabela 26 – Número de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019 - 2023.....	51
Tabela 27 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.....	54
Tabela 28 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Região de Integração do estado do Pará, 2019 e 2023.....	57
Tabela 29 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 2019 – 2023.....	58
Tabela 30 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Região de Integração do estado do Pará, 2019 e 2023.....	59
Tabela 31 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 2019 e 2023.....	60
Tabela 32 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família com 16 anos de idade ou mais no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2022.....	62
Tabela 33 – Número de pessoas com 16 anos de idade ou mais empregadas no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2022.....	62
Tabela 34 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) do estado do Pará, 2019 e 2023.....	63
Tabela 35 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, por Região de Integração do estado do Pará, 2021 e 2023.....	64
Tabela 36 – Ranking dos 10 municípios com maior número de pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil no estado do Pará, 2021 e 2023.....	65



Tabela 37 – Números de pessoas beneficiárias do BPC no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.....	68
Tabela 38 – Números de pessoas beneficiárias do BPC à pessoa idosa no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.....	69
Tabela 39 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do BPC à pessoa idosa, 2019 e 2023.....	70
Tabela 40 – Número de pessoas beneficiárias do BPC - deficiente no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.....	71
Tabela 41 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do BPC Deficiente, 2019 e 2023.....	72
Tabela 42 – Número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por Região de Integração do estado do Pará, 2015–2023.....	74
Tabela 43 – Número de municípios do estado do Pará por porte, 2015–2022.....	75
Tabela 44 – Acumulado do número de famílias atendidas em grupos do PAIF, considerando o grupo específico, por Região de Integração do Pará, 2022–2023.....	78
Tabela 45 – Número de atendimentos a crianças de 0 a 6 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.....	80
Tabela 46 – Número de atendimentos a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.....	81
Tabela 47 – Número de atendimentos a adolescentes de 15 a 17 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.....	83
Tabela 48 – Número de Centros de Convivência para Idosos, por Região de Integração do estado do Pará, 2022–2023.....	84
Tabela 49 – Número de atendimentos à pessoa idosa no serviço de Proteção Social Básica (PSB), por Região de Integração do Pará, 2022–2023.....	86
Tabela 50 – Número de atendimentos à pessoa deficiente no serviço de Proteção Social Básica (PSB), por Região de Integração do Pará, 2022–2023.....	87
Tabela 51 – Número de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará, 2015–2023.....	89
Tabela 52 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	94
Tabela 53 – Número de crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	95



Tabela 54 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	97
Tabela 55 – Número de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	98
Tabela 56 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino, vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	101
Tabela 57 – Números de crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.....	102
Tabela 58 – Número de mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do estado, por Região de Integração do Pará, 2020–2023.....	104
Tabela 59 – Número de pessoas acolhidas nos Centros Pop, por região e municípios do estado do Pará, 2022 e 2023.....	105



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA POPULACIONAL.....	11
CAPÍTULO 2 – FAMÍLIAS E PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO.....	19
CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS PARAENSES.....	54
CAPÍTULO 4 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	72
CAPÍTULO 5 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (PSE/MC) .....	87
REFERÊNCIAS.....	106



## INTRODUÇÃO

A política de assistência social pode ser caracterizada como um conjunto de medidas e programas implementados pelo Estado com o objetivo de garantir a proteção e amparo às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ela visa promover a inclusão social, a redução das desigualdades e o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia e alimentação.

No Brasil, o seu marco histórico foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, porém a mesma só foi incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS em dezembro de 1993.

O fato de a LOAS ter levado a Política de Assistência Social ao campo da Seguridade Social permitiu a essa política assumir um caráter de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, como a política da Saúde, do Saneamento e da Educação, também voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

A partir deste contexto a política de assistência social foi subdividida em diversos programas e ações que visam atender às diferentes necessidades e demandas da população. Alguns exemplos de programas e serviços incluem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Essas subdivisões têm como objetivo proporcionar uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar os desafios sociais e garantir o acesso universal aos direitos sociais.

Afirma-se, então, que o Boletim da Assistência Social 2024 vem na perspectiva de apresentar processos, produtos e resultados efetivados pelo Estado paraense, aproximadamente nos últimos cinco anos, considerando sua execução no ambiente territorial das Regiões de Integração (RI) e municípios do estado, em uma verificação da cobertura dos serviços e dos atendimentos realizados pela Assistência Social.

## CAPÍTULO 1 – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA POPULACIONAL

Este capítulo tem o propósito de analisar a situação socioeconômica das famílias no estado do Pará, inerente ao dimensionamento da pobreza monetária, mais especificamente da pobreza extrema, em uma perspectiva de aproximação às implicações do objetivo da assistência social e, portanto, garantir



a proteção social aos cidadãos, apoiando os indivíduos, as famílias e a comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

Neste contexto, dar-se-á especial atenção às políticas de assistência social no Brasil e os avanços conquistados pela sociedade brasileira na construção da política de assistência social, decorrência de seu reconhecimento como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado. Cabe ressaltar que, para a política de assistência social, as famílias no Brasil estão sob um olhar central, visando assegurar a matricialidade sociofamiliar no campo de suas ações, sendo premissa das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social — PNAS “[...] a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2005, p. 33).

Portanto, é importante iniciarmos uma contextualização mais ampla acerca da dinâmica demográfica dos territórios no intuito de compreender suas demandas socioassistenciais, as quais compreendem as formas de exclusão social de famílias, direcionando-as a situações de risco e vulnerabilidade.

De acordo com o levantamento realizado a partir da dinâmica demográfica do estado do Pará e das Regiões de Integração, realizado no período de 2019 a 2022, houve uma tendência de crescimento populacional nos três primeiros anos analisados e, posteriormente, uma queda nos números da população paraense. Os dados da distribuição da população no estado apontaram que houve um crescimento de 174.259 habitantes no período de 2019 a 2021. Em 2022 a densidade populacional no Pará começou a diminuir de forma brusca, chegando a -7,48% entre 2021 e 2022, uma perda de 656.993 habitantes. Essa diminuição no ritmo de crescimento pode estar relacionada a uma série de fatores interligados, que vão desde uma possível queda na taxa de fecundidade, desdobramento de problemas causados pela pandemia da covid-19, a um possível saldo migratório internacional negativo (ver Tabela 1).

As Regiões de Integração (RI), por sua vez, apresentam densidade populacional bastante distinta (Tabela 1), resultado de uma série de fatores, tais como economia local, pandemia da covid-19, migração e taxas de natalidade diferentes em cada uma delas.

A RI Guajará se destaca por ser a mais populosa. A população até 2021 era de 2.269.233 habitantes. No ano seguinte, sua densidade populacional registrou uma queda de 290.613 habitantes, chegando a 1.978.620 habitantes.

Dentre as RIs que apresentaram crescimento consecutivo estão Carajás, com um crescimento de 55.941 habitantes em quatro anos; Baixo Amazonas, com um crescimento de 35.561 habitantes no ano de 2022; e Tapajós, com crescimento de 27.795 habitantes.



As RIs que apresentaram queda em número de habitantes foram Araguaia e Lago de Tucuruí. De acordo com os dados apresentados, em 2022 a RI Araguaia registrou uma diminuição de 129.067 habitantes e a RI Lago de Tucuruí teve uma queda de 110.823 habitantes.

Tabela 01 - População do Estado do Pará e de suas Regiões de Integração, 2019 - 2022.

RI	População			
	2019	2020	2021	2022
<b>Total Pará</b>	<b>8.602.865</b>	<b>8.690.745</b>	<b>8.777.124</b>	<b>8.120.131</b>
<b>Araguaia</b>	566.682	575.301	583.777	454.710
<b>Baixo Amazonas</b>	740.733	745.535	750.258	785.819
<b>Carajás</b>	685.775	696.563	707.165	763.106
<b>Guajará</b>	2.238.680	2.254.090	2.269.233	1.978.620
<b>Guamá</b>	693.415	700.205	706.880	658.986
<b>Lago de Tucuruí</b>	425.201	430.822	436.351	325.528
<b>Marajó</b>	564.199	571.056	577.790	557.220
<b>Rio Caeté</b>	523.409	527.871	532.257	493.001
<b>Rio Capim</b>	695.359	703.429	711.361	619.087
<b>Tapajós</b>	221.135	221.823	222.500	250.295
<b>Tocantins</b>	867.019	878.448	889.678	841.715
<b>Xingu</b>	381.258	385.602	389.874	392.044

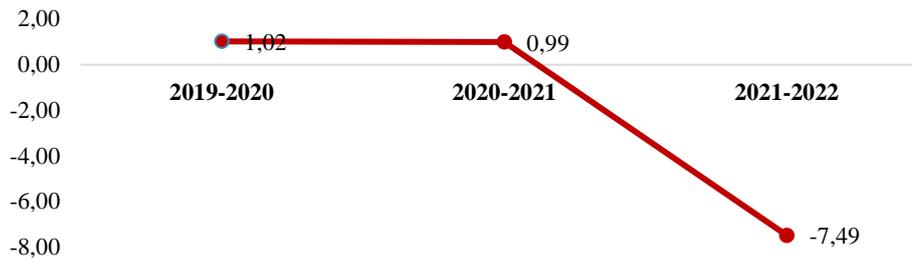
Fontes: IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

- **Evolução da taxa de crescimento da População do Estado do Pará**

Com relação à densidade demográfica do estado do Pará, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir das estimativas de população de 2019 a 2021, no Censo Demográfico 2022, a taxa de crescimento anual da população no estado do Pará no período de 2019 a 2020 foi de 1,02%. No período seguinte, de 2020 a 2021, essa taxa caiu para 0,99%. Entre 2021 e 2022, é possível notar que a taxa continuou a diminuir e atingiu umas das maiores quedas, chegando a -7,49%. Essa dinâmica demográfica pode estar atrelada a questões de mudanças sociais, políticas e econômicas (ver gráfico 1).



Gráfico 01 – Evolução da Taxa de Crescimento Anual da População do Estado do Pará, 2020 – 2022.



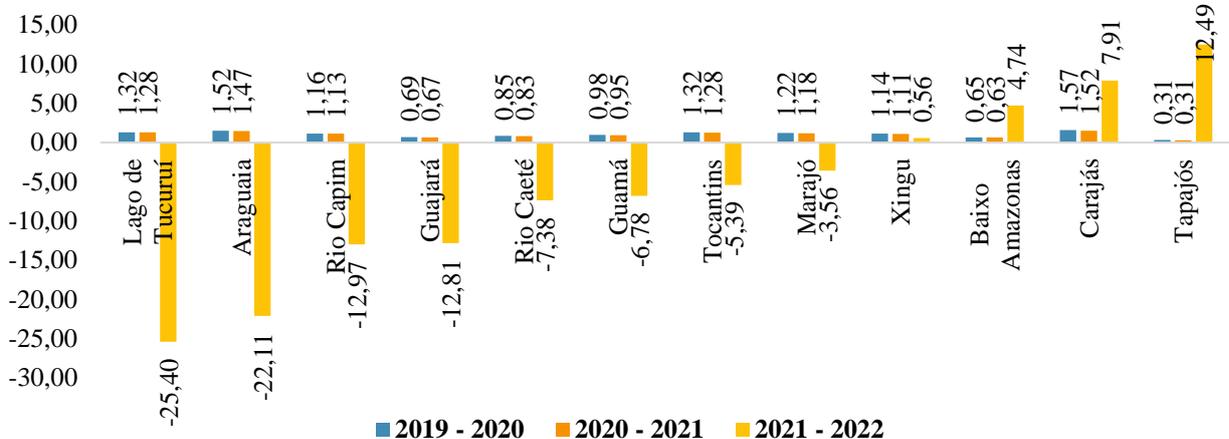
Fontes: IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: Sobre as taxas populacionais levou-se em consideração as estimativas populacionais do IBGE dos anos de 2019 – 2021, porém a população de 2022 foi do último censo demográfico de 2022.

Quanto à evolução da taxa de crescimento anual da população distribuída pelas RIs, pode-se observar que as taxas de crescimento se mostraram bastante distintas (ver gráfico 2). No período de 2019 a 2020, as RIs que apresentaram maior taxa de crescimento anual da população foram Carajás, com um crescimento anual de 1,57%; Araguaia, com um crescimento de 1,52%; e Lago de Tucuruí e Tocantins, ambas com crescimento de 1,32%.

Gráfico 02– Evolução da Taxa de Crescimento Anual da População das Regiões de Integração do Estado do Pará, 2020 – 2022.



Fontes: IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: As Taxas populacionais estão levando em consideração as estimativas populacionais do IBGE dos anos de 2019 – 2021, porém a população de 2022 foi do último censo demográfico de 2022.

A região metropolitana de Belém (RMB) concentra a maior densidade demográfica no estado do Pará. Ela é composta por oito municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena. Sua população apresentou crescimento de 61 mil habitantes, passando de 2.309.000 em 2019 para 2.370.000 em 2022.



Belém é o único dos municípios da RMB que apresentou decréscimo no número da população no período de 2021 a 2022, o que pode indicar a continuidade da retração histórica da migração para a capital. De acordo com a estimativa do IBGE, a população de Belém apresentou redução de 203.000 habitantes de 2021 para 2022 (ver tabela 2).

Tabela 02 - População da Região Metropolitana e Município de Belém, 2019 - 2022.

Unidade da Federação, Região Metropolitana e Município de Belém	2019	2020	2021	2022
RMB (PA)	2.309.000	2.326.000	2.342.000	2.370.000
Belém (PA)	1.493.000	1.500.000	1.506.000	1.303.000

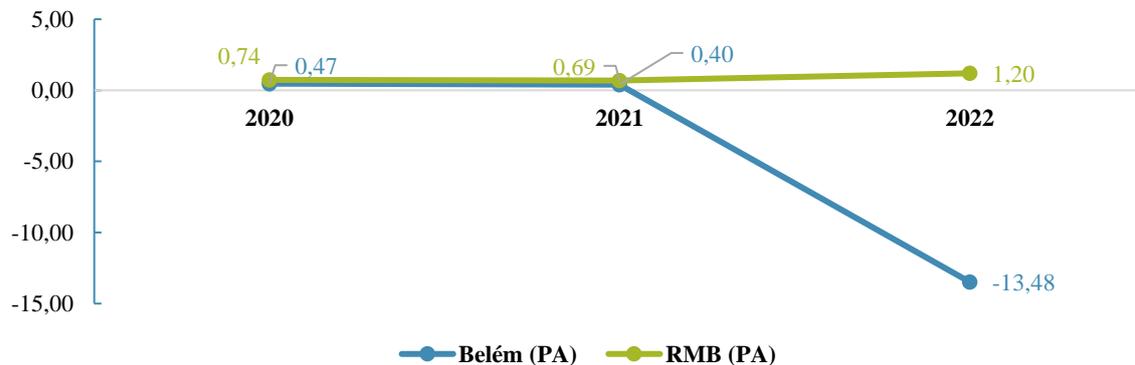
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2021, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19/ IBGE - Censo Demográfico de 2022.

Elaboração: CES – 2024.

Nota: Os Dados Populacionais do Censo Demográfico de 2022 foi divulgado em 2023, no entanto estão publicados como sendo de 2022, logo são os mais recentes, sendo eles coletados em 08/11/2023.

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de crescimento anual da população de Belém e RMB no período de 2020 a 2022. Os dados apontam para uma tendência de queda na taxa populacional de Belém, com uma perda percentual de -13,48% entre 2021 e 2022. Por sua vez, a RMB, apesar de ter apresentado uma queda de -0,07 p.p. na taxa populacional entre 2020 e 2021, voltou a crescer em 2022, alcançando um percentual de 1,20%.

Gráfico 03 – Evolução da taxa de crescimento anual da população de Belém e Região Metropolitana de Belém (RMB), 2020–2022.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2021, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19.

Elaboração: CES – 2024.

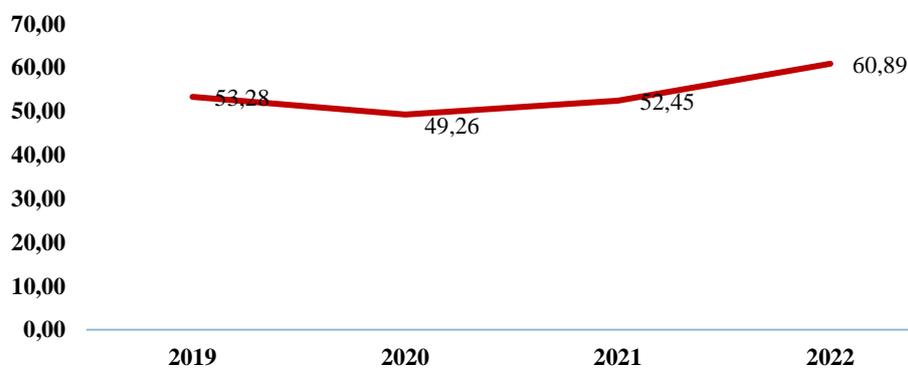
Nota: Os Dados Populacionais do Censo Demográfico de 2022 foi divulgado em 2023, no entanto estão publicados como sendo de 2022, logo são os mais recentes, sendo eles coletados em 08/11/2023.



- **Evolução da taxa da pobreza da população no estado do Pará**

De acordo com dados do IBGE, o indicador que demonstra a evolução da taxa de pobreza da população residente no estado do Pará, ou seja, de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, aponta que o percentual de pessoas em situação de pobreza, que em 2019 era de 53,28%, passou para 49,26% em 2020. Entretanto, houve uma tendência de crescimento nos índices de pobreza entre a população residente no Pará em 2021 (52,45%), o que persistiu em 2022, alcançando um total de 60,89% (ver gráfico 4).

Gráfico 04 – Evolução da taxa de pobreza da população residente no estado do Pará com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, 2019–2022.



Fontes: IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: As Taxas populacionais estão levando em consideração as estimativas populacionais do IBGE dos anos de 2019 – 2021, porém a população de 2022 foi do último censo demográfico de 2022.

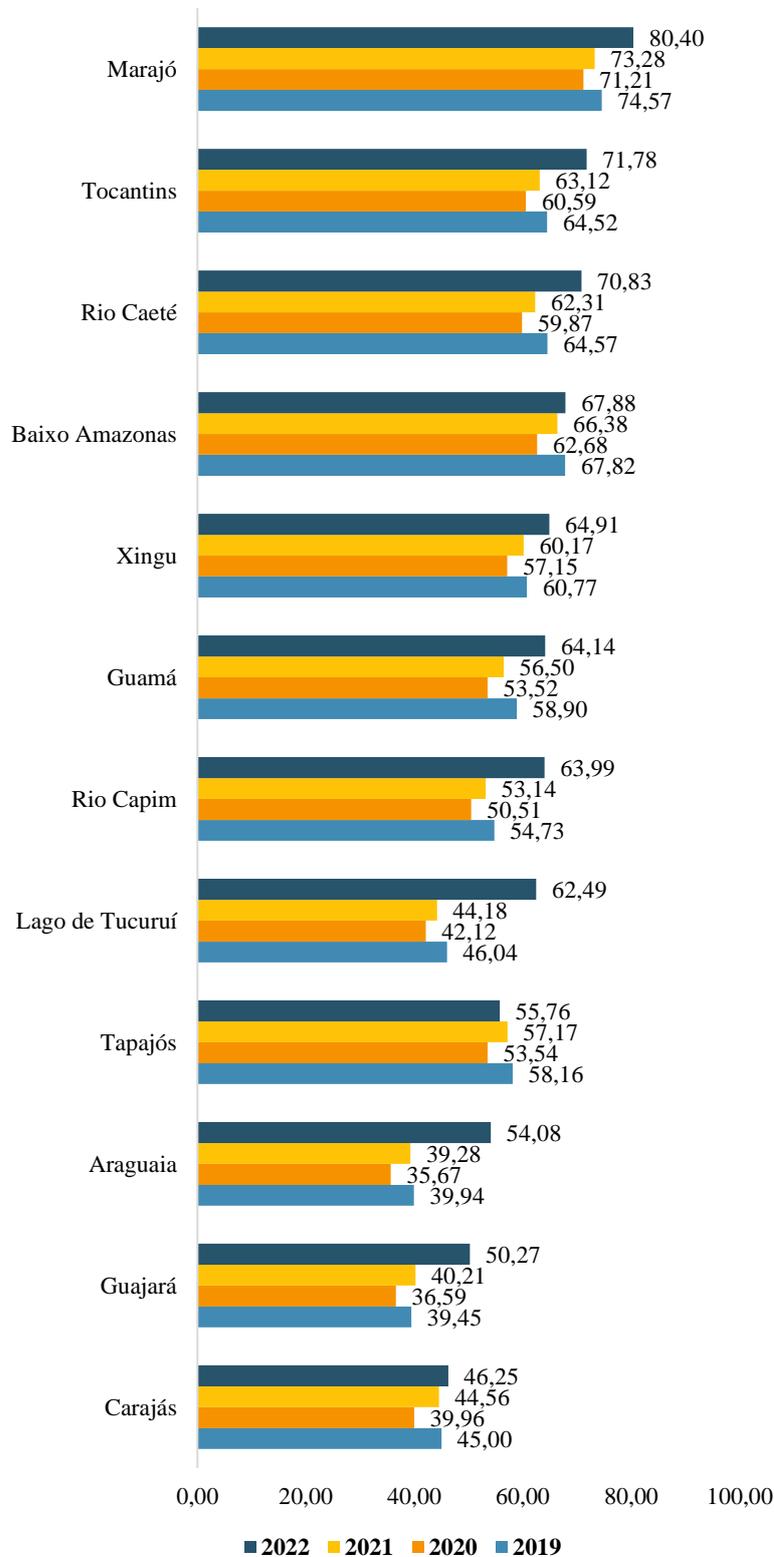
- **Evolução da taxa da pobreza da população nas Regiões de Integração**

Segundo as estimativas do IBGE, que apontaram evolução da taxa de pobreza da população residente nas RIs do estado do Pará com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo no período de 2019 a 2022, o número de pessoas em situação de pobreza disparou em 2022, alcançando o maior índice em todo o período analisado, de cerca de 80% (ver gráfico 5). A RI Marajó se destacou, tendo a maior proporção da sua população em situação de pobreza (80,4%), seguida das RIs Tocantins (71,78%) e Rio Caeté (70,83%).

Em 2002 foram registrados os menores índices de pobreza em quatro anos. Dentre as RIs com os menores percentuais de sua população na linha de pobreza nesse período estavam a RI do Araguaia (35,67%), Guajará (36,59%) e Carajás (39,96%).



Gráfico 05 – Evolução da taxa de pobreza da população residente nas Regiões de Integração do estado do Pará com renda familiar mensal per capita de até meio Salário mínimo, 2019–2022.



Fontes: IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.

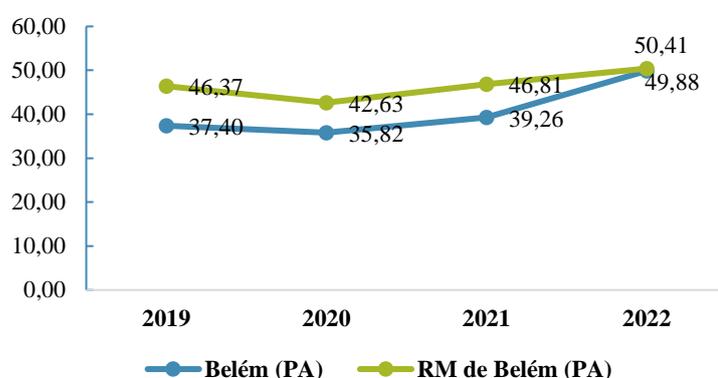
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: As Taxas populacionais estão levando em consideração as estimativas populacionais do IBGE dos anos de 2019 – 2021, porém a população de 2022 foi do último censo demográfico de 2022.



Quanto à população residente no município de Belém e na RMB, os índices na evolução da taxa de pobreza da população com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo no período de 2019 a 2022 apontam uma tendência de crescimento a partir de 2021. O menor percentual registrado no município de Belém foi de 35,82%, em 2020, já na RMB o menor índice de pobreza da população foi de 42,63%, em 2021. Nos anos seguintes, os índices voltaram a crescer, alcançando seu ápice em 2022 com 49,88% em Belém e 50,41% na RMB (ver gráfico 6).

Gráfico 06 – Evolução da taxa de pobreza da população residente em Belém e na Região Metropolitana de Belém (RMB) com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, 2019–2022.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: tomou-se como pobres a população inscrita no Cad. único com renda per capita de até meio salário mínimo.

De acordo com o Índice de Gini, que calcula o rendimento médio mensal per capita da população, o valor calculado no estado em 2020 foi de 0,524 e aumentou para 0,544 em 2021. Na RMB o índice foi de 0,512 em 2020 e seguiu a tendência de crescimento, chegando a 0,582 em 2021. Para o município de Belém, o índice de Gini foi de 0,620 em 2020 e aumentou para 0,657 em 2021.

Tabela 03 – Índice de Gini e renda per capita do Pará, da Região Metropolitana de Belém e do município de Belém, 2020–2021.

Pará, Região Metropolitana de Belém e Belém	Renda per capita 2020	Índice de Gini 2020	Renda per capita 2021	Índice de Gini 2021
Pará	498,33	0,524	442,82	0,544
RM de Belém (PA)	706,97	0,512	667,22	0,582
Belém (PA)	-	0,620	-	0,657

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2021/Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Elaboração: CES, 2024.

Nota: o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta.

Nota 1: (-) Sem Informação.



Quanto ao rendimento médio mensal real da população do Pará, o valor registrado foi de R\$ 498,33 em 2020, com redução para R\$ 442,82 no ano seguinte. Na RMB a renda mensal passou de R\$ 706,97 em 2020 para R\$ 667,22 em 2022. Não houve informação sobre o rendimento médio mensal a partir do cálculo de Gini no município de Belém no período analisado.

## CAPÍTULO 2 – FAMILIAS E PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO

Neste capítulo, será apresentado o perfil das pessoas e famílias do estado do Pará a partir das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) nas RIs e municípios do estado do Pará. Com a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF) e o CadÚnico, deu-se o início da trajetória que tornou visíveis as famílias mais pobres do país. A gestão e a coordenação estratégica em nível federal desses programas estão interligadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

Em todas as esferas subnacionais (estados, municípios e Distrito Federal — DF), a gestão do CadÚnico se faz presente. Nessa relação, os estados têm a responsabilidade de ofertar os programas para a população cadastrada e dar apoio técnico aos municípios, que ficam responsáveis por identificar as famílias mais pobres, cadastrando-as e mantendo seus dados atualizados. O Agente Operador do programa responsável por desenvolver e manter o sistema do CadÚnico está a cargo da Caixa Econômica Federal

De acordo com os dados da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único — VIS DATA/SAGICAD, referentes ao quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico no Pará e suas RIs, o estado apresentou aumento de 148.659 pessoas inscritas no CadÚnico no período de 2019 a 2023, equivalente à variação de 3,24%.

Entre as RIs, o número de inscritos aumentou em 8 (oito) das 12 (doze) regionais no período de 2019 a 2023. A RI Tocantins foi a que registrou o maior número de acréscimo, com 30.429 no total. Em seguida aparecem as RIs Guajará, com 29.554 novos inscritos; Carajás, 28.447; Marajó, 27.931; Xingu, 18.234; Baixo Amazonas, 16.952; Tapajós e Araguaia, com 7.944 e 4.818 novas inscrições, na mesma ordem (Tabela 04).

Das regiões com o maior crescimento em número de pessoas cadastradas, as 4 (quatro) que apresentaram a maior variação foram: RI Carajás (9,22%), seguida das RIs Xingu (7,87%), Marajó (6,64%)



e Tapajós (6,18%). Em contrapartida, as RIs que tiveram menor percentual em variação no período analisado, e com variação negativa, foram: RI Lago de Tucuruí (- 0,71%), seguida das RIs Rio Capim (- 0,84%), Rio Caeté (-0,97%) e Guamá (-1,9%).

Em termos de participação, em 2023, 3 (três) RIs aparecem em destaque com maior percentual. São elas: Guajará (19,29%), Tocantins (12,46%) e Baixo Amazonas (10,97%), sendo as únicas que alcançaram índice acima de 10%. As menores participações foram registradas nas RIs Tapajós (2,89%), Lago de Tucuruí (4,11%) e Araguaia (4,88%).

Tabela 04 – Número de pessoas inscritas no CadÚnico com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, por Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.

Região de Integração	2019	2023*	Var. (%) 2019–2023	Part. (%) 2023
<b>Total Pará</b>	<b>4.583.639</b>	<b>4.732.298</b>	<b>3,24</b>	<b>100,00</b>
<b>Araguaia</b>	226.351	231.169	2,13	4,88
<b>Baixo Amazonas</b>	502.364	519.316	3,37	10,97
<b>Carajás</b>	308.599	337.046	9,22	7,12
<b>Guajará</b>	883.252	912.806	3,35	19,29
<b>Guamá</b>	408.427	400.656	-1,90	8,47
<b>Lago de Tucuruí</b>	195.749	194.357	-0,71	4,11
<b>Marajó</b>	420.705	448.636	6,64	9,48
<b>Rio Caeté</b>	337.941	334.661	-0,97	7,07
<b>Rio Capim</b>	380.570	377.363	-0,84	7,97
<b>Tapajós</b>	128.619	136.563	6,18	2,89
<b>Tocantins</b>	559.361	589.790	5,44	12,46
<b>Xingu</b>	231.701	249.935	7,87	5,28

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota\*: o número de pessoas inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo de 2023 é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA (novembro de 2023), pois, até 05/01/2024, os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

Nota2: segundo informações gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - VIS DATA/SAGICAD, considera-se pessoas de baixa renda aquelas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, conforme definição contida no Decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022.

Com relação ao ranking dos 10 municípios do Pará, listados na tabela 05, que registraram o maior número de inscritos no CadÚnico, 8 (oito) apresentaram aumento no número de inscrições entre 2019 e 2023, estando o maior numeral de novos inscritos em Belém (41.004), Parauapebas (19.571) e Santarém (10.982). Os municípios de Ananindeua e Bragança apresentaram queda no número de inscrições. O primeiro registrou 18.371 inscrições a menos e o segundo, 141.



Considerando a variação percentual no número de famílias inscritas, de 2019 a 2023, observa-se que o maior incremento ocorreu no município de Parauapebas (25,83%); em seguida aparecem Breves (9,82%) e Cametá (9,76%). Considerando os municípios com variação negativa, apenas dois apresentaram esse quadro: Ananindeua (-8,66%) e Bragança (-0,18%).

Quanto à participação, o município de Belém liderou a lista com 12,67%. Os outros municípios tiveram participação inferior a 4,5%, estando as menores delas nos municípios de Bragança (1,7%) e Breves (1,83%), conforme disposto na tabela 05.

Tabela 05 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com os maiores números de pessoas inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. (%) 2023
<b>Total Pará</b>	<b>4.583.639</b>	<b>4.732.298</b>	<b>3,24</b>	<b>100,00</b>
<b>Belém</b>	558.365	599.409	7,35	12,67
<b>Santarém</b>	190.345	201.327	5,77	4,25
<b>Ananindeua</b>	212.123	193.752	-8,66	4,09
<b>Abaetetuba</b>	111.805	117.748	5,32	2,49
<b>Marabá</b>	111.823	117.306	4,90	2,48
<b>Cametá</b>	92.185	101.180	9,76	2,14
<b>Parauapebas</b>	75.758	95.329	25,83	2,01
<b>Castanhal</b>	89.783	90.848	1,19	1,92
<b>Breves</b>	78.722	86.453	9,82	1,83
<b>Bragança</b>	80.494	80.353	-0,18	1,70
<b>Outros</b>	2.982.236	3.048.593	2,23	64,42

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota\*: o número de pessoas inscritas no Cad. Único com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo de 2023 é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA (novembro de 2023), pois, até 05/01/2024, os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

Nota 1: segundo informações gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – VIS DATA/SAGICAD, considera-se famílias pobres e de baixa renda aquelas com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022.

No que diz respeito ao número de famílias inscritas no CadÚnico, no Pará e por RI, distribuídas nas faixas de renda “famílias em situação de pobreza” e “famílias de baixa renda”, podemos notar que o total de famílias no estado que se encontravam em situação de pobreza somavam 1.196.898 (2019) e passou para 1.462.824 (2023), com variação de 22,22%. Quanto às famílias que se enquadravam na



faixa salarial compreendida como baixa renda<sup>1</sup>, estas contabilizaram um total de 278.670 (2019) e passou para 361.892 (2023), tendo variação de 29,86% (Tabela 06).

### **Famílias em situação de pobreza**

Podemos notar que a maior concentração de famílias em situação de pobreza cadastradas no CadÚnico em 2023 encontrava-se nas RIs do Guajará com uma concentração de 332.481 famílias e uma variação de 31,42%, em seguida aparece o Marajó com 129.308 famílias e variação de 27,29%, Rio Caeté com 106.908 famílias e variação de 25,91% e Carajás com 87.833 famílias e uma variação de 25,76% (Tabela 06).

É importante ressaltar que 7 (sete) RIs alcançaram variação acima de 20%, quais sejam: Guajará (31,42%), Marajó (27,29%), Rio Caeté (25,91%), Carajás (25,76%), Baixo Amazonas (22,09%), Tocantins (21,57%) e Xingu (21,13%). (Tabela 06).

Em relação a participação é possível notar que as RIs com maior participação foram Guajará com participação de 22,73%, Tocantins e participação de 13,25% e Baixo Amazonas com participação de 9,95% em 2023

### **Famílias de baixa renda**

Quando se analisa a distribuição das famílias que estão na faixa de baixa renda inscritas no CadÚnico, por RI, em 2023, nota-se maior concentração na RI Guajará, com percentual de participação de 26,75%. Em seguida esteve a RI Baixo Amazonas, com participação de 9,9% e variação de 35,04%. Outras regiões que ficaram acima de 9% em participação foram Carajás (9,81%) e Guamá (9,39%).

Ressalta-se que as maiores variações em termos de número de famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico foram registradas na RI Marajó (105,75%), seguida da RI Tocantins (76,89%) e da RI Xingu (70,46%). Apesar de essas serem as regiões com maior variação, não apresentaram o maior número de famílias cadastradas.

Outro dado relevante na tabela 06 a ser destacado é que, apesar de a RI Guajará ter apresentado a maior concentração, esta região registrou queda no número de famílias cadastradas, e foi a única com variação negativa, com percentual de -1,76%. Também é válido destacar que os menores percentuais de participação foram das RIs Tapajós (2,55%), Xingu (4,14%), Lago de Tucuruí (4,2%) e Marajó (4,89%).

---

<sup>1</sup> Famílias de baixa renda – Pela regulamentação do Cadastro Único (Decreto n.º 6.135/2007), as famílias de baixa renda são aquelas com renda familiar mensal per capita até meio salário mínimo ou a família que possua renda mensal total de todos os integrantes de até três salários mínimos.



Tabela 06 – Número de famílias inscritas no Cadastro Único, por faixa de renda per capita e Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.

Regiões de Integração	Famílias em situação de pobreza		Var. % (2019–2023)	Part. % 2023	Famílias de baixa renda		Var. % (2019–2023)	Part. % 2023
	2019	2023*			2019	2023*		
<b>Total Pará</b>	<b>1.196.898</b>	<b>1.462.824</b>	<b>22,22</b>	<b>100,00</b>	<b>278.670</b>	<b>361.892</b>	<b>29,86</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	55.720	58.735	5,41	4,02	16.417	24.069	46,61	6,65
Baixo Amazonas	119.188	145.522	22,09	9,95	26.530	35.827	35,04	9,90
Carajás	69.843	87.833	25,76	6,00	26.496	35.506	34,01	9,81
Guajará	252.994	332.481	31,42	22,73	98.547	96.808	-1,76	26,75
Guamá	107.032	121.585	13,60	8,31	24.791	33.989	37,10	9,39
Lago de Tucuruí	50.786	58.075	14,35	3,97	10.937	15.217	39,13	4,20
Marajó	101.589	129.308	27,29	8,84	8.605	17.705	105,75	4,89
Rio Caeté	84.908	106.908	25,91	7,31	14.104	20.235	43,47	5,59
Rio Capim	101.584	117.037	15,21	8,00	19.030	27.253	43,21	7,53
Tapajós	31.958	36.586	14,48	2,50	6.861	9.233	34,57	2,55
Tocantins	159.384	193.759	21,57	13,25	17.570	31.080	76,89	8,59
Xingu	61.912	74.995	21,13	5,13	8.782	14.970	70,46	4,14

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

**Nota\***: o número de famílias inscritas no Cad.Único com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo de 2023 é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA (novembro de 2023), pois, até 05/01/2024, os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

Em todo o Pará, a pobreza aumentou durante o período de 2019 a 2023. A constatação é dada a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - Estimativas de População, divulgados pelo IBGE. De acordo com o estudo, o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo atingiu 1.196.898 famílias paraenses em 2019 e passou para 1.462.824 em 2023, o que representa variação de 22,22% (Tabela 07).

De acordo com o mapeamento do ranking dos 10 municípios do Pará que apresentaram maior número de famílias em situação de pobreza nos anos 2019 e 2023, o município de Belém figura com maior numeral e aumento de 73.229 famílias em situação de pobreza, correspondendo a uma variação de 43,83%, o terceiro maior crescimento do período. Em 2019, o segundo lugar com maior número de famílias pobres inscritas no CadÚnico foi de Ananindeua e a terceira colocação foi ocupada por Santarém. Em 2023, esses municípios invertem suas colocações.

Considerando apenas a variação percentual entre os anos, registra-se que Ananindeua foi o único município que apresentou diminuição, de 733 famílias, variando -1,41%. As maiores variações



foram em Cametá (51,79%), Parauapebas (45,1%) e Belém (43,83%), enquanto os menores registros de crescimento estiveram em Abaetetuba (21,63%), Santarém (29,52%) e Marituba (31,33%).

Com relação à participação, Belém aparece com 16,43%, seguido de Santarém, com uma participação de 3,62%; Ananindeua, com 3,49%; e Abaetetuba, com 3,23%. Cametá e Marabá apresentaram participação de 2,36% e 2,08%, respectivamente. Breves teve 1,89%; Bragança, 1,67%; Marituba apresentou 1,62% e Parauapebas teve 1,58% em participação.

Tabela 07 – Ranking dos 10 municípios paraenses com maior número de famílias em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.

Municípios	Nº de famílias em situação de pobreza		Var. % (2019–2023)	Part. % 2023
	2019	2023		
<b>Total Pará</b>	<b>1.196.898</b>	<b>1.462.824</b>	<b>22,22</b>	<b>100,00</b>
<b>Belém</b>	167.082	240.311	<b>43,83</b>	<b>16,43</b>
<b>Santarém</b>	40.833	52.885	<b>29,52</b>	<b>3,62</b>
<b>Ananindeua</b>	51.813	51.080	<b>-1,41</b>	<b>3,49</b>
<b>Abaetetuba</b>	38.816	47.210	<b>21,63</b>	<b>3,23</b>
<b>Cametá</b>	22.699	34.454	<b>51,79</b>	<b>2,36</b>
<b>Marabá</b>	23.172	30.470	<b>31,49</b>	<b>2,08</b>
<b>Breves</b>	19.208	27.603	<b>43,71</b>	<b>1,89</b>
<b>Bragança</b>	18.456	24.399	<b>32,20</b>	<b>1,67</b>
<b>Marituba</b>	18.075	23.737	<b>31,33</b>	<b>1,62</b>
<b>Parauapebas</b>	15.962	23.161	<b>45,10</b>	<b>1,58</b>
<b>Outros</b>	780.782	907.514	<b>16,23</b>	<b>62,04</b>

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

No ranking dos municípios com maior número de famílias na faixa de baixa renda inscritas no CadÚnico no período de 2019 a 2023, os municípios que mais se destacaram foram Belém, com 54.676 famílias; Ananindeua, com 31.425; Santarém, com 19.618; Marabá, com 12.944; e Castanhal, com 12.125. Com relação às maiores variações, estas foram registradas pelos municípios de Abaetetuba (71,87%), Parauapebas (59,85%) e Altamira (58,32%).

Quanto à proporção em participação de famílias cadastradas no CadÚnico, os municípios com maior participação em relação ao número de famílias inscritas no período de 2023 foram Belém (15,11%), Ananindeua (8,11%), Santarém (5,42%), Marabá (3,58%), Castanhal (3,35%) e Parauapebas (3,2%). As menores participações foram de Paragominas (1,87%), Bragança (1,67%), Abaetetuba (1,64%) e Altamira (1,62%) (ver tabela 08).



Tabela 08 – Ranking dos 10 municípios paraenses com maior número de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.

Municípios	Nº de famílias de baixa renda		Var. % (2019–2023)	Part. % 2023
	2019	2023		
<b>Total Pará</b>	<b>278.670</b>	<b>361.892</b>	<b>29,86</b>	<b>100,00</b>
<b>Belém</b>	55.170	54.676	<b>-0,90</b>	<b>15,11</b>
<b>Ananindeua</b>	36.417	31.425	<b>-13,71</b>	<b>8,68</b>
<b>Santarém</b>	15.779	19.618	<b>24,33</b>	<b>5,42</b>
<b>Marabá</b>	11.953	12.944	<b>8,29</b>	<b>3,58</b>
<b>Castanhal</b>	10.074	12.125	<b>20,36</b>	<b>3,35</b>
<b>Parauapebas</b>	7.252	11.592	<b>59,85</b>	<b>3,20</b>
<b>Paragominas</b>	5.291	6.752	<b>27,61</b>	<b>1,87</b>
<b>Bragança</b>	4.362	6.058	<b>38,88</b>	<b>1,67</b>
<b>Abaetetuba</b>	3.452	5.933	<b>71,87</b>	<b>1,64</b>
<b>Altamira</b>	3.712	5.877	<b>58,32</b>	<b>1,62</b>
<b>Outros</b>	125.208	194.892	<b>55,65</b>	<b>53,85</b>

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

**Nota\*:** o número de famílias inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário mínimo de 2023 é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA (novembro de 2023), pois, até 05/01/2024, os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

As RIs que apresentaram o maior número de famílias inscritas no CadÚnico em 2023 foram: Guajará, com 429.289 famílias; Tocantins, com 224.839; e Baixo Amazonas, com 181.349. As maiores variações foram das RIs Marajó (33,41%), Rio Caeté (28,41%) e Carajás (28,03%). As menores variações ocorreram nas RIs Araguaia (14,79%), Guamá (18,02%) e Tapajós (18,03%) (ver tabela 09).

Com relação à participação, os dados mostram que as RIs com maior participação em 2023 em relação ao número de famílias inscritas no CadÚnico foram: Guajará (23,53%), Tocantins (12,32%) e Baixo Amazonas (9,94%). As demais regiões tiveram participação abaixo de 9%.



Tabela 09 – Número de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único, por Região de Integração do Pará, 2019 e 2023.

Regiões de Integração do Pará	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. (%) 2023
<b>Total Pará</b>	<b>1.475.568</b>	<b>1.824.716</b>	<b>23,66</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	72.137	82.804	14,79	4,54
Baixo Amazonas	145.718	181.349	24,45	9,94
Carajás	96.339	123.339	28,03	6,76
Guajará	351.541	429.289	22,12	23,53
Guamá	131.823	155.574	18,02	8,53
Lago de Tucuruí	61.723	73.292	18,74	4,02
Marajó	110.194	147.013	33,41	8,06
Rio Caeté	99.012	127.143	28,41	6,97
Rio Capim	120.614	144.290	19,63	7,91
Tapajós	38.819	45.819	18,03	2,51
Tocantins	176.954	224.839	27,06	12,32
Xingu	70.694	89.965	27,26	4,93

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE – Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012–2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota\*: Os dados dos números de Famílias inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário mínimo de 2023, é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA - novembro de 2023, pois até 05/01/2024 os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

Nota: Segundo Informações Gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - VIS DATA/SAGICAD, considera-se famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo, aquelas **famílias pobres e mais as de baixa renda** contidas no Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.

A seguir, observa-se os municípios com os maiores números de famílias inscritas no CadÚnico até 2023, que são os municípios de Belém, com 294.987 famílias; Ananindeua, com 82.505; Santarém, com 72.503; e Abaetetuba, com 53.143. Os municípios que apresentaram o maior crescimento em número de novas famílias inscritas foram Belém, com 72.735 famílias; Santarém, com 15.891; e Abaetetuba, com 10.875.

As maiores variações ocorreram nos municípios de Breves (52,94%), Cametá (51,09%) e Parauapebas (49,71%).



Tabela 10 – Os 10 municípios do estado do Pará com maior Número de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023*	Var. (%) 2019–2023	Part. (%) 2023
<b>Total Pará</b>	<b>909.674</b>	<b>1.108.566</b>	<b>21,86</b>	<b>100,00</b>
<b>Belém</b>	222.252	294.987	32,73	26,61
<b>Ananindeua</b>	88.230	82.505	-6,49	7,44
<b>Santarém</b>	56.612	72.503	28,07	6,54
<b>Abaetetuba</b>	42.268	53.143	25,73	4,79
<b>Marabá</b>	35.125	43.414	23,60	3,92
<b>Cametá</b>	25.162	38.017	51,09	3,43
<b>Castanhal</b>	29.556	34.778	17,67	3,14
<b>Parauapebas</b>	23.214	34.753	49,71	3,13
<b>Breves</b>	20.657	31.593	52,94	2,85
<b>Bragança</b>	22.818	30.457	33,48	2,75

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único/IBGE - Estimativas de População/IBGE – Censo, 2012 - 2023.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024

Nota\*: Os dados dos números de famílias inscritas no CadÚnico com renda familiar per capita de até meio salário mínimo de 2023, é referente ao último mês de divulgação do VIS DATA - novembro de 2023, pois até 05/01/2024 os dados de dezembro ainda não haviam sido divulgados.

Nota2: Segundo Informações Gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - VIS DATA/SAGICAD, considera-se famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo, aquelas **famílias pobres e mais as de baixa renda** contidas no Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.

Com relação ao ranking dos 10 municípios com o maior número de famílias que recebem renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no CadÚnico estão Belém com participação de (26,61%), Ananindeua (7,44%) e Santarém (6,54%). Os demais municípios tiveram participação inferior a 5%.

## 2.1 Povos e comunidades tradicionais e suas famílias inscritas no CadÚnico

O cadastramento das famílias no CadÚnico tem sido de um processo importante para garantir e respeitar o modo de viver e as organizações socioculturais da população brasileira. Neste sentido, em 2004 deu-se início ao cadastro diferenciado para os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs). Em conformidade com a norma do CadÚnico, estabelecida pelo decreto n.º 11.016, de 29 de março de 2022, os GPTEs são identificados como grupos que são organizados ou não, sendo identificados por suas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias distintas no cadastramento.

É importante compreender que as famílias enquadradas nos GPTEs são analisadas a partir de seus dados socioeconômicos (de forma isolada e em conjunto), em comparação com dados do universo



das famílias inscritas no CadÚnico. As análises realizadas podem ajudar a compreender quais grupos familiares apresentam maior vulnerabilidade nas diversas dimensões analisadas.

O Cadastro Único entre famílias do GPTEs para ingresso nos Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é realizado através de formulários suplementares os quais são capazes de identificar adequadamente as condições de vida das famílias mais pobres entre o público específico. O cadastro permite agrupar as famílias em categorias específicas por meio de características similares que estes grupos apresentam, e permite apresentar a situação de pobreza, para além da dimensão monetária, levando em consideração determinantes sociais, culturais, econômicos e pessoas. Neste sentido as famílias são identificadas de acordo com as categorias abaixo:

**Por origem étnica:** Compreende-se como o grupo de famílias agrupadas com autoconsciência de pertencimento e dotada de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica e/ou histórica própria. Seus costumes e tradições e modo de vida em comunidade são transmitidos de geração para geração diferenciando-as de outros grupos .

- Famílias indígenas
- Famílias quilombolas
- Famílias ciganas
- Famílias pertencentes a comunidades de terreiro

**Por relação com o meio ambiente:** famílias com relações com o meio ambiente que integram as comunidades tradicionais. Sua subsistência está baseada em recursos encontrados na natureza, em ambientes como florestas, rios, manguezais, mar e similares.

- Famílias extrativistas
- Famílias de pescadores artesanais
- Famílias ribeirinhas

**Por relação com o meio rural:** famílias ligadas ao meio rural, com objetivo de pleitear o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, bem como o acesso a políticas públicas específicas, tais como o crédito fundiário.

- Famílias assentadas da reforma agrária
- Famílias acampadas rurais
- Famílias de agricultores familiares
- Famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)



De acordo com os dados sobre o número de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no CadÚnico por GPTE, o acesso e o crescimento no número de inscrições não ocorreram de forma equânime por todos os grupos identificados, fato que pode ser explicado por serem grupos heterogêneos, e pela sua distribuição em território nacional. Segundo os dados da tabela 11, os maiores grupos, do ponto de vista numérico e de crescimento em inscrições, são os de agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, extrativistas, assentados da reforma agrária, indígenas e atingidos por empreendimentos de infraestrutura.

Por outro lado, os grupos que apresentaram o menor número de inscrições, em termos numérico e em crescimento, foram os de acampados, coletores de material reciclável, pessoas em situação de rua, famílias de presos do sistema carcerário, famílias pertencentes a comunidade de terreiro, ciganos e beneficiários do PNCF.

Os grupos que mais cresceram em número de inscrições no CadÚnico em comparação ao ano de 2019 foram os agricultores familiares, com um aumento de 60.278 inscrições; os pescadores artesanais, com 38.489; os ribeirinhos, com 20.322; os quilombolas, com 9.240 inscrições; os extrativistas, com 3.180; os assentados da reforma agrária, com 1.993; e os indígenas, com 3.498. Em relação à maior variação, os grupos com maiores índices foram os coletores de material reciclável (156,02%), as pessoas em situação de rua (101,24%) e os ciganos (90,20%).

Tabela 11 – Números de famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no CadÚnico, por Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) – Pará, 2019 e 2023.

Grupos Familiares	2019	2023	Var. (%) 2019– 2023	Part. (%) 2023
<b>Total Pará</b>	<b>317.165</b>	<b>460.291</b>	<b>45,13</b>	<b>100,00</b>
<b>Indígenas</b>	6.042	9.540	57,89	2,07
<b>Ciganos</b>	51	97	90,20	0,02
<b>Quilombolas</b>	15.634	24.874	59,10	5,40
<b>Ribeirinhos</b>	72.099	92.421	28,19	20,08
<b>Extrativistas</b>	13.600	16.780	23,38	3,65
<b>Pescadores artesanais</b>	62.258	100.747	61,82	21,89
<b>Agricultores familiares</b>	121.666	181.944	49,54	39,53
<b>Assentados da reforma agrária</b>	10.383	12.376	19,19	2,69
<b>Acampados</b>	4.173	4.019	-3,69	0,87
<b>Pessoas em situação de rua</b>	967	1.946	101,24	0,42
<b>Atingidos por empreendimentos de infraestrutura</b>	6.102	5.934	-2,75	1,29
<b>Coletores de material reciclável</b>	3.386	8.669	156,02	1,88



<b>Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário</b>	50	55	10,00	0,01
<b>Famílias de presos do sistema carcerário</b>	557	603	8,26	0,13
<b>Famílias pertencentes a comunidades de terreiro</b>	197	286	45,18	0,06

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: Segundo Informações Gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - VIS DATA/SAGICAD, considera-se famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo, aquelas **famílias pobres e mais as de baixa renda** contidas no Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022

As menores variações foram entre os acampados (-3,69%) e os atingidos por empreendimentos de infraestrutura (-2,75%).

Em termos de participação, os grupos que apresentaram maior percentual de participação foram os agricultores familiares, com um percentual de 39,5%; os pescadores artesanais, com um percentual de 21,89%; e os ribeirinhos, com percentual de 20,08%.

### 2.1.1 Famílias Indígenas

Das RIs que concentraram o maior número de famílias indígenas com renda per capita mensal de meio salário mínimo no período de 2019 a 2023, foram o Baixo Amazonas, com um crescimento de 1.039 inscrições; Tapajós com crescimento de 748; e Xingú com crescimento de 501 famílias inscritas no CadÚnico (ver tabela 12).

Quanto às maiores variações, destacaram-se as RIs Guajará (961,11%), Guamá (260%), Marajó (200%) e Baixo Amazonas (106,13%). As menores variações foram registradas pelas RIs Tocantins (43,24%), Araguaia (41,4%) e Tapajós (31,35%).

Tabela 12 – Número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.

GPE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias indígenas com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda) inscritas no Cadastro Único	2019	826	979	410	18	15	275	1	102	244	2.386	37	749	6.042
	2020	818	1.024	335	21	15	275	1	96	243	2.461	43	757	6.089
	2021	867	1.122	378	26	24	342	1	102	268	2.636	44	841	6.651
	2022	1.015	1.596	554	37	40	445	2	122	371	3.039	49	1.141	8.411
	2023	1.168	2.018	636	191	54	510	3	132	391	3.134	53	1.250	9.540
<b>Var. (%) 2019–2023</b>	-	<b>41,40</b>	<b>106,13</b>	<b>55,12</b>	<b>961,11</b>	<b>260,00</b>	<b>85,45</b>	<b>200,00</b>	<b>29,41</b>	<b>60,25</b>	<b>31,35</b>	<b>43,24</b>	<b>66,89</b>	<b>57,89</b>

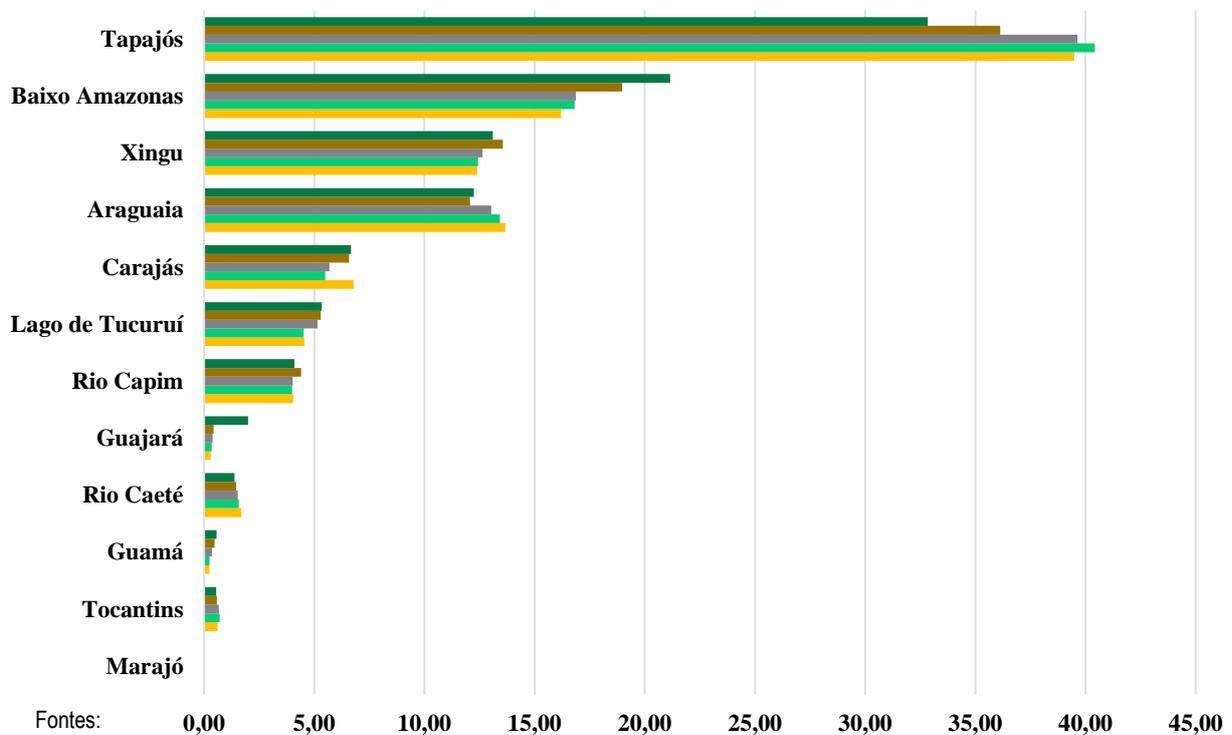
Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.



Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

No que diz respeito à participação das famílias indígenas por RI no período de 2019 a 2023, no gráfico 07 é possível verificar as RIs que mais se destacaram entre as famílias indígenas com renda per capita de até meio salário mínimo. Os dados apontam que os maiores percentuais de participação foram registrados na RI Tapajós, que em todo o período analisado registrou a maior participação e teve seu maior índice em 2020 (40,42%); na RI Baixo Amazonas, a qual ocupou o segundo lugar em todos os anos, atingindo sua maior participação, de 21,15%, em 2023; e na RI Xingu, com 13,57% em 2022.

Gráfico 07 – Participação percentual do número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.



Fontes: 0,00 5,00 10,00 15,00 20,00 25,00 30,00 35,00 40,00 45,00

	Marajó	Tocantins	Guamá	Rio Caeté	Guajará	Rio Capim	Lago de Tucuruí	Carajás	Araguaia	Xingu	Baixo Amazonas	Tapajós
■ 2023	0,03	0,56	0,57	1,38	2,00	4,10	5,35	6,67	12,24	13,10	21,15	32,85
■ 2022	0,02	0,58	0,48	1,45	0,44	4,41	5,29	6,59	12,07	13,57	18,98	36,13
■ 2021	0,02	0,66	0,36	1,53	0,39	4,03	5,14	5,68	13,04	12,64	16,87	39,63
■ 2020	0,02	0,71	0,25	1,58	0,34	3,99	4,52	5,50	13,43	12,43	16,82	40,42
■ 2019	0,02	0,61	0,25	1,69	0,30	4,04	4,55	6,79	13,67	12,40	16,20	39,49

VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: Segundo Informações Gerais da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - VIS DATA/SAGICAD, considera-se famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo, aquelas **famílias pobres e mais as de baixa renda** contidas no Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.



Os municípios com a maior variação foram Santarém (180,6%), Ourilândia do Norte (100,53%), Paragominas (70%) e Parauapebas (63,33%). Considerando o percentual de participação dos municípios que apresentaram maior número de famílias indígenas inscritas no CadÚnico, tem-se Jacareacanga (26,78%), Santarém (15,62%) e Altamira (11,46%).

Tabela 13 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias indígenas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019– 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>6.042</b>	<b>9.540</b>	<b>57,89</b>	<b>100,00</b>
Jacareacanga	2.055	2.555	24,33	26,78
Santarém	531	1.490	180,60	15,62
Altamira	706	1.093	54,82	11,46
Oriximiná	364	419	15,11	4,39
Ourilândia do Norte	187	375	100,53	3,93
São Félix do Xingu	290	346	19,31	3,63
Parauapebas	210	343	63,33	3,60
Paragominas	160	272	70,00	2,85
Itaituba	195	254	30,26	2,66
Cumarú do Norte	165	210	27,27	2,20
Outros	1.179	2.183	85,16	22,88

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## 2.2.2 Famílias Quilombolas

Em relação ao número de famílias quilombolas que foram cadastradas no CadÚnico no Pará entre 2019 a 2023 os dados mostraram que houve um crescimento de 9.240 famílias em cinco anos, passando de 15.634 famílias inscritas em 2019 para 24.874 em 2023.

No ranking das RIs que tiveram maior número de famílias cadastradas no CadÚnico se destacaram as RIs Tocantins, com um aumento de 3.895 novas famílias cadastradas; Marajó, com um crescimento de 1.447 famílias; Rio Capim, 1.336 famílias cadastradas; e Baixo Amazonas, com um crescimento de 1.241 famílias.



Tabela 14 – Número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.

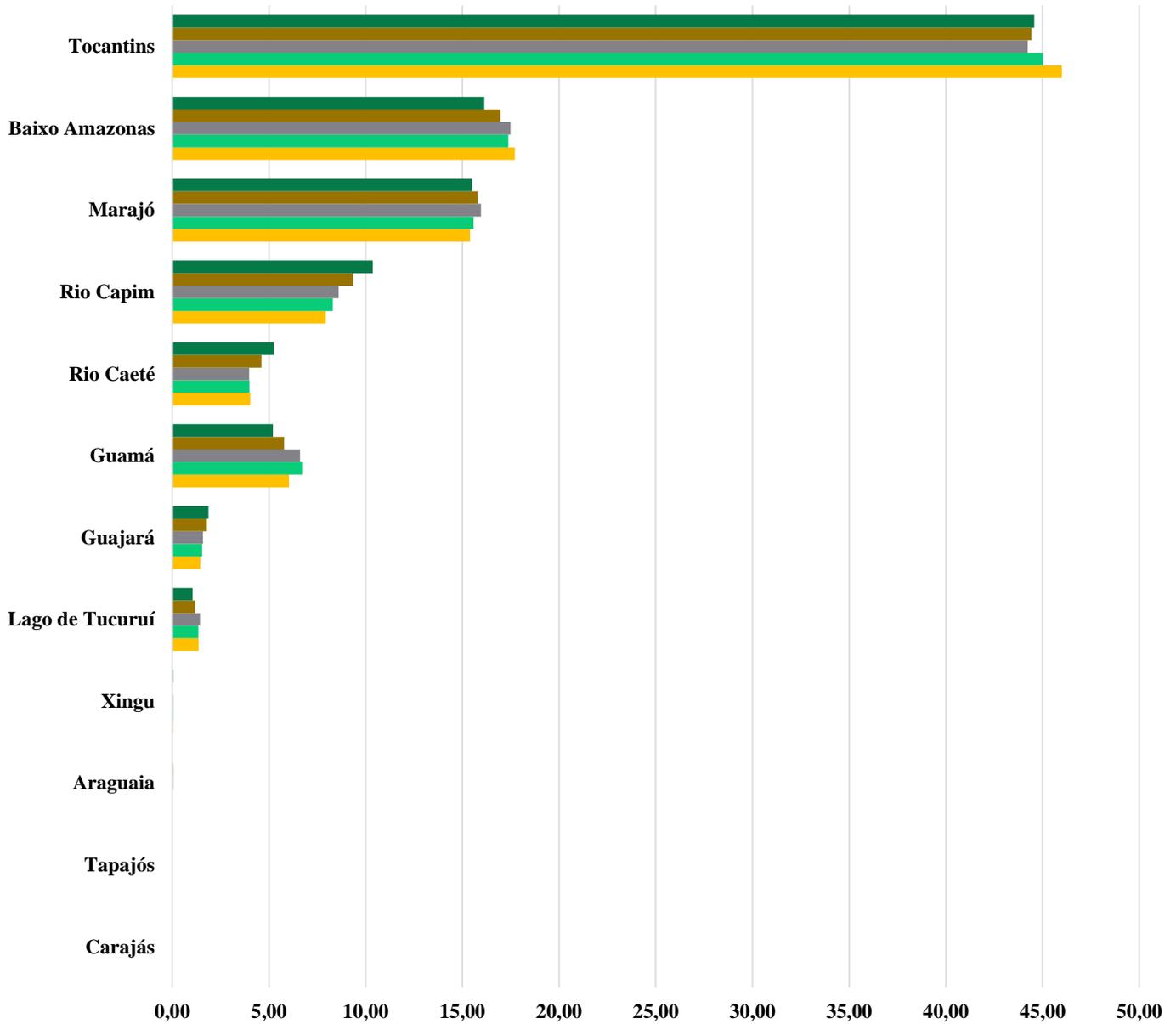
GPTE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no Cadastro Único	2019	2	2.770	2	225	944	213	2.407	630	1.241	1	7.191	8	15.634
	2020	4	2.712	3	241	1.054	209	2.432	623	1.295	1	7.028	8	15.610
	2021	7	3.047	3	277	1.152	250	2.782	693	1.497	3	7.708	8	17.427
	2022	9	3.919	3	413	1.337	273	3.647	1.064	2.161	2	10.261	8	23.097
	2023	7	4.011	3	464	1.293	259	3.854	1.304	2.577	4	11.086	12	24.874

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

O gráfico 8 apresenta as RIs que apresentaram os maiores percentuais de participação entre 2019 e 2023, que foram as RIs Tocantins (46%), em 2019; Baixo Amazonas (17,72%), também em 2019; Marajó (15,96%), em 2021; Rio Capim (10,36%), em 2023; e Guamá (6,75%), em 2020. As RIs com menor percentual de participação foram Xingu (0,03%), em 2022; e Araguaia (0,01%), em 2019. A participação das RIs Tapajós e Carajás oscilou entre 0,01% e 0,02% em todo o período.



Gráfico 08 - Participação percentual do número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



	Carajás	Tapajós	Araguaia	Xingu	Lago de Tucuruí	Guajará	Guamá	Rio Caeté	Rio Capim	Marajó	Baixo Amazonas	Tocantins
■ 2023	0,01	0,02	0,03	0,05	1,04	1,87	5,20	5,24	10,36	15,49	16,13	44,57
■ 2022	0,01	0,01	0,04	0,03	1,18	1,79	5,79	4,61	9,36	15,79	16,97	44,43
■ 2021	0,02	0,02	0,04	0,05	1,43	1,59	6,61	3,98	8,59	15,96	17,48	44,23
■ 2020	0,02	0,01	0,03	0,05	1,34	1,54	6,75	3,99	8,30	15,58	17,37	45,02
■ 2019	0,01	0,01	0,01	0,05	1,36	1,44	6,04	4,03	7,94	15,40	17,72	46,00

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.



No ranking dos municípios do Pará com maior crescimento no número de famílias quilombolas com renda mensal per capita de até meio salário mínimo no período de 2019 a 2023 estão Salvaterra, com um crescimento de 955 famílias; Abaetetuba, 748; e Moju, 638.

Entre os municípios que apresentaram as maiores variações estão Moju (131,55%), Concórdia do Pará (109,09%) e Baião (78,47%). Em relação aos municípios com maior percentual de participação, estes foram Abaetetuba (14,46%), Salvaterra (9,47%), Mocajuba (6,51%) e Acará (6,45%).

Tabela 15 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias quilombolas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo – 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019– 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>15.634</b>	<b>24.874</b>	<b>59,10</b>	<b>100,00</b>
Abaetetuba	2.850	3.598	26,25	14,46
Salvaterra	1.400	2.355	68,21	9,47
Mocajuba	1.123	1.619	44,17	6,51
Acará	984	1.605	63,11	6,45
Cametá	1.085	1.419	30,78	5,70
Oriximiná	977	1.299	32,96	5,22
Óbidos	749	1.264	68,76	5,08
Moju	485	1.123	131,55	4,51
Baião	576	1.028	78,47	4,13
Concórdia do Pará	473	989	109,09	3,98
Outros	4.932	8.575	73,86	34,47

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

### 2.2.3 Famílias Ribeirinhas

As RIs que apresentaram o maior crescimento no número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo no Pará no período analisado foram Marajó, com um crescimento de 13.099 famílias; seguida de Tocantins, com um crescimento de 2.829 famílias; e Baixo Amazonas, com 2.612 novos cadastros.



Tabela 16 – Número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo por Região de Integração do estado do Pará, 2019–2023.

GPE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias ribeirinhas cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo	2019	107	7.422	214	4.736	196	285	30.769	191	1.018	1.972	22.453	2.736	72.099
	2020	102	7.477	206	4.822	191	272	31.130	158	1.029	1.940	21.901	2.745	71.973
	2021	126	8.168	249	4.623	214	314	33.304	160	1.189	1.871	22.376	2.978	75.572
	2022	142	10.515	441	4.969	371	544	43.491	178	1.422	1.972	27.362	3.538	94.945
	2023	131	10.034	449	4.443	388	562	43.868	160	1.413	1.994	25.282	3.697	92.421

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

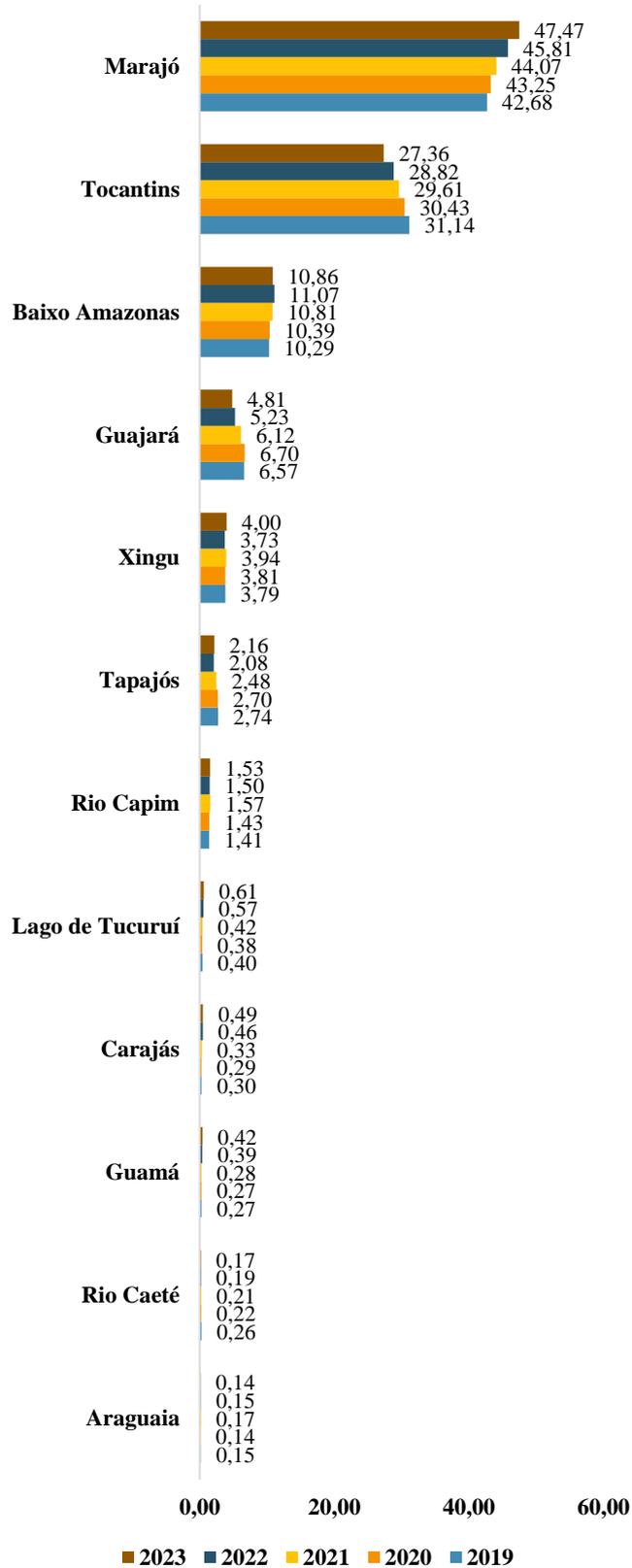
Quanto à participação percentual em número de famílias ribeirinhas inscritas no CadÚnico por RI de 2019 a 2023, é possível notar que três regiões se destacam: Marajó, Tocantins e Baixo Amazonas.

As RIs com maior participação percentual em número de famílias ribeirinhas no CadÚnico foram Marajó (47,47%), em 2023; Tocantins (31,14%), em 2019; e Baixo Amazonas (11,07%), em 2022.

As RIs Guajará, Xingu, Tapajós e Rio Capim registraram participação em número de famílias ribeirinhas entre 6,7% e 1,50% em cinco anos. Guajará registrou a maior participação, de 6,7% (2020); Xingu, 4% (2023); Tapajós, 2,74% (2019); e Rio Capim, 1,57% (2021). As demais RIs permaneceram entre 0,3% e 0,61% em número de participação.



Gráfico 09 - Participação percentual do número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.



No ranking dos municípios que mais se destacaram com relação ao número de famílias ribeirinhas com renda de até meio salário mínimo cadastradas no CadÚnico em todo o estado do Pará nos anos de 2019 e 2023 estão os municípios de Breves, com crescimento de 5.695 famílias; Abaetetuba, com 2.605 famílias; e Santarém, com 2.399 famílias.

As maiores variações ocorreram em Breves (63,29%), Portel (55,89%) e Santarém (50,29%). Em termos de participação, os municípios que se destacaram no ranking dos 10 foram Breves (15,9%), Abaetetuba (14,04%) e Santarém (7,76%). Os demais municípios apresentaram um percentual de participação entre 3,12% e 6,22% (ver tabela 17).

Tabela 17 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias ribeirinhas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019–2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>72.099</b>	<b>92.421</b>	<b>28,19</b>	<b>100,00</b>
Breves	8.998	14.693	63,29	15,90
Abaetetuba	10.369	12.974	25,12	14,04
Santarém	4.770	7.169	50,29	7,76
Afuá	4.306	5.751	33,56	6,22
Anajás	3.573	5.070	41,90	5,49
Portel	3.097	4.828	55,89	5,22
Belém	4.550	4.132	-9,19	4,47
Igarapé-Miri	3.664	3.570	-2,57	3,86
Limoeiro do Ajuru	3.606	3.387	-6,07	3,66
Porto de Moz	2.322	2.886	24,29	3,12
Outros	22.844	27.961	22,40	30,25

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## 2.2.4 Famílias Extrativistas

De acordo com a análise dos dados referentes ao número de famílias extrativistas com renda de até meio salário mínimo e sua distribuição por RI no período de 2019 a 2023, apresentados na tabela 18, as quatro RIs com os maiores números foram Tocantins, Marajó, Baixo Amazonas e Guamá. A RI Tocantins apresentou um crescimento de 1.349 famílias de 2019 a 2022, mas registrou redução de 731 inscrições em 2023; a RI Marajó registrou um crescimento de 653 famílias de 2021 a 2023; Baixo Amazonas, 475 novos cadastros de 2020 a 2023; e Guamá, 311 famílias cadastradas de 2019 a 2022.



Tabela 18 - Números de famílias extrativistas com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.

GPE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias extrativistas cadastradas com renda per capita mensal até meio salário-mínimo	2019	80	1.765	242	148	750	204	2.098	601	219	41	7.227	225	13.600
	2020	80	1.698	197	145	732	185	2.062	601	217	41	7.409	239	13.606
	2021	90	1.826	208	173	943	222	2.138	602	198	51	7.882	239	14.572
	2022	111	2.151	348	227	1.156	278	2.664	617	150	77	9.307	278	17.364
	2023	129	2.240	369	247	1.061	309	2.751	615	125	85	8.576	273	16.780

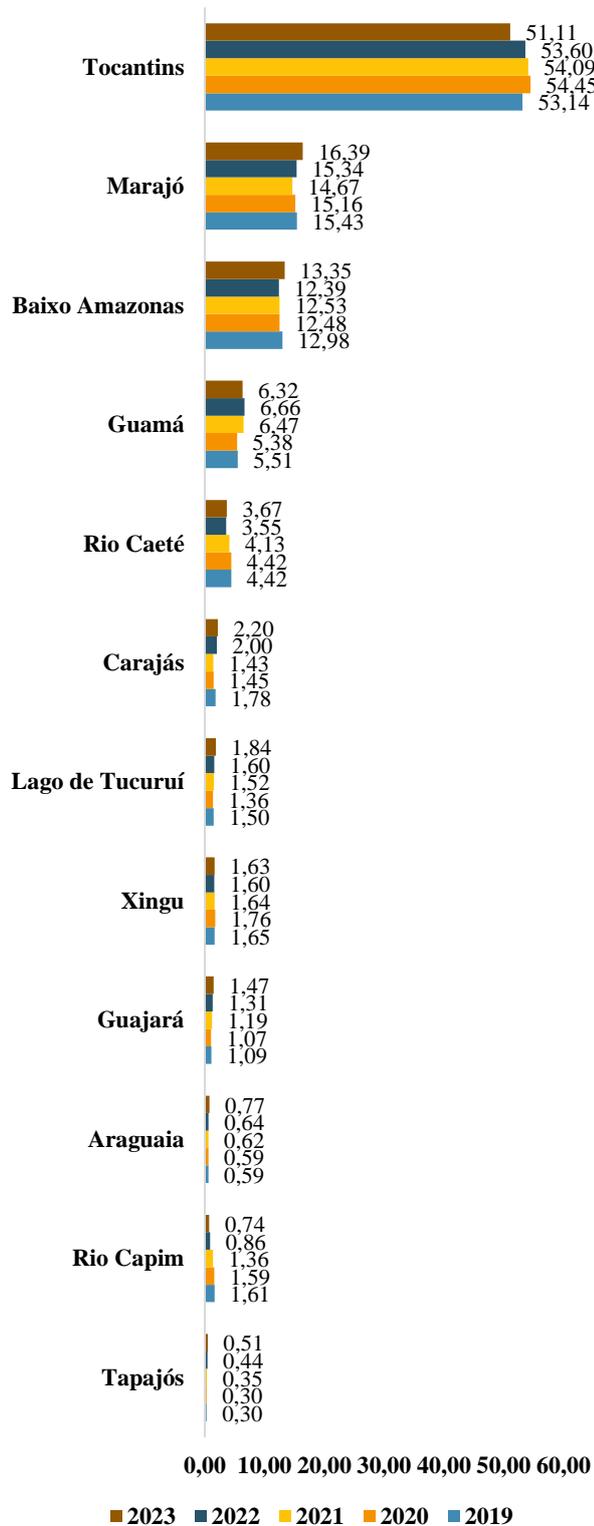
Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Quanto a participação percentual das famílias extrativistas por RI com renda de até meio salário-mínimo entre os anos de 2019 a 2023, no gráfico 10, é possível notar três regiões com maior participação são elas Tocantins (54,45%) em 2020, Marajó (16,39%) em 2023 e Baixo Amazonas (13,35%) em 2023.

Já as três RIs que apresentaram os menores percentuais de participação registrados entre os anos de 2019 a 2023 foram as RIs do Araguaia com uma participação de (0,77%) em 2023, Rio Capim (0,74%) em 2023 e Tapajós (0,51%) em 2023.



Gráfico 10 - Participação percentual do número de famílias extrativistas com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.



Segundo a tabela 19, os municípios do Pará que concentraram o maior número de famílias extrativistas com renda de até meio salário mínimo no ano de 2023 foram os municípios de Moju, com um total de 4.756 famílias; seguido de Oriximiná, com um acumulado de 1.590 famílias ; e de Barcarena, que aparece com um total de 1.352 famílias.

Entre os municípios com as maiores variações estão Marapanim (232,39%), Parauapebas (52,61%) e Moju (32,48%). As menores variações ocorreram em Cametá (-17,55%), Barcarena (-4,45%) e São Sebastião da Boa Vista (-2,54%).

Com relação à participação, os municípios que mais se destacaram em 2023 foram Moju (28,34%), Oriximiná (9,48%) e Barcarena (8,06%).

Tabela 19 – Ranking dos 10 municípios do Estado do Pará com os maiores números de famílias extrativistas, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019 - 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>13.600</b>	<b>16.780</b>	<b>23,38</b>	<b>100,00</b>
Moju	3.590	4.756	32,48	28,34
Oriximiná	1.278	1.590	24,41	9,48
Barcarena	1.415	1.352	-4,45	8,06
Cametá	1.373	1.132	-17,55	6,75
Marapanim	176	585	232,39	3,49
Curralinho	525	549	4,57	3,27
Mocajuba	421	511	21,38	3,05
Melgaço	344	416	20,93	2,48
São Sebastião da Boa Vista	355	346	-2,54	2,06
Parauapebas	211	322	52,61	1,92
Outros	3.912	5.221	33,46	31,11

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## 2.2.5 Famílias de pescadores artesanais

Na tabela 20 é possível visualizar as RIs que apresentaram o maior número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita de até meio salário mínimo. De acordo com os dados, as três RIs com os maiores números foram Tocantins, com um total de 34.096 inscrições em 2023, sendo 15.622 novas inclusões desde 2019; Marajó, que acumulou 29.340 famílias em 2023 e um crescimento de 10.356 inscrições em relação a 2019; e Baixo Amazonas, com um total de 15.630 inscrições em 2023, com um acréscimo de 5.938 novas inscrições.



Tabela 20 - Números de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.

GPTE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias de pescadores artesanais cadastradas com renda per capita mensal até meio salário-mínimo	2019	397	9.692	529	769	5.385	3.462	18.984	3.441	36	346	18.474	743	62.258
	2020	392	9.726	542	841	5.490	3.400	19.783	3.632	39	342	18.652	785	63.624
	2021	403	10.869	573	1.000	6.002	3.604	22.546	3.859	49	372	22.198	1.102	72.577
	2022	454	14.277	705	1.412	6.880	4.044	28.053	4.860	71	445	28.167	1.696	91.064
	2023	441	15.630	728	1.524	6.758	4.543	29.340	5.316	81	449	34.096	1.841	100.747

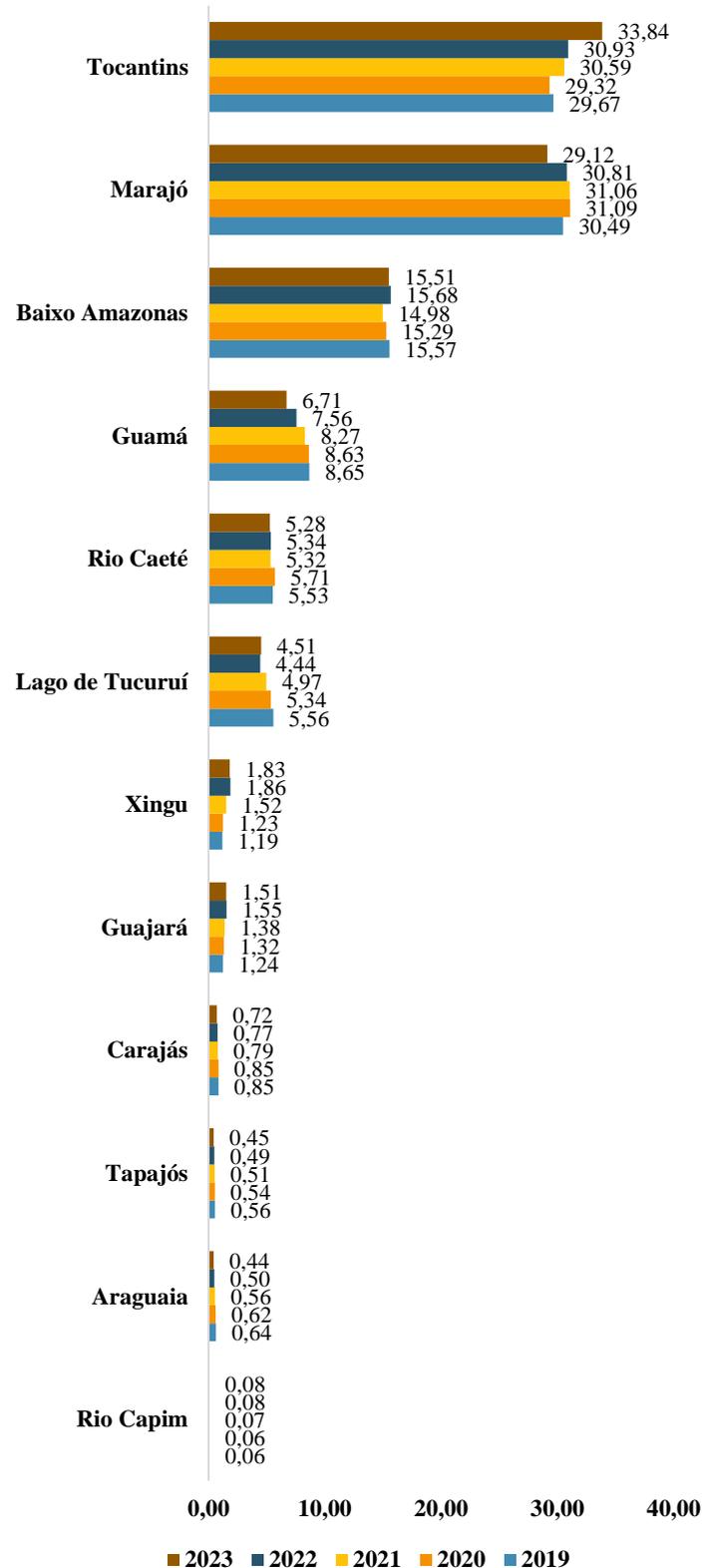
Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

No gráfico 11 é possível visualizar as RIs com o maior percentual de participação de famílias de pescadores artesanais com renda de até meio salário mínimo por RI. Das doze regiões, três apresentaram destaque: Tocantins (33,84%), em 2023; Marajó (31,09%), em 2020; e Baixo Amazonas (15,68%), em 2022.

As regiões com menor percentual de participação foram as RIs Tapajós (0,56%), em 2019; Araguaia (0,64%), em 2019; e, por último, Rio Capim, que registrou sua melhor participação (0,08%), em 2022 e 2023.



Gráfico 11 - Participação percentual do número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.



Considerando o ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias de pescadores artesanais com renda per capita mensal de até meio salário mínimo cadastradas no CadÚnico no período de 2019 a 2023, pode-se observar que os municípios que mais se destacaram foram Cametá, com 12.368 inscrições em 2023, com crescimento de 6.190 famílias; Mocajuba, com um total de 5.336, com crescimento de 2.070 novas inscrições; Muaná, com um total de 5.252 famílias e um crescimento de 1.685 novas inscrições; Salvaterra, que teve um acumulado de 4.614 famílias e um crescimento de 2.797; e São Sebastião da Boa Vista, que registrou um total de 4.589 famílias em 2023 e um crescimento de 1.494 inscrições em relação a 2019.

Com relação aos municípios com as maiores variações, os destaques foram Salvaterra (153,94%), Igarapé-Miri (144,08%), Prainha (104,58%) e Cametá (100,19%).

Considerando o percentual de participação, destacam-se os municípios de Cametá (12,28%), Mocajuba (5,3%) e Muaná (5,21%).

Tabela 21 – Ranking dos 10 municípios do Estado do Pará com os maiores números de famílias de pescadores artesanais, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019 - 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>62.258</b>	<b>100.747</b>	<b>61,82</b>	<b>100,00</b>
Cametá	6.178	12.368	100,19	12,28
Mocajuba	3.266	5.336	63,38	5,30
Muaná	3.567	5.252	47,24	5,21
Salvaterra	1.817	4.614	153,94	4,58
São Sebastião da Boa Vista	3.095	4.589	48,27	4,55
Oeiras do Pará	2.922	4.401	50,62	4,37
Igarapé-Miri	1.792	4.374	144,08	4,34
Prainha	1.877	3.840	104,58	3,81
Ponta de Pedras	2.878	3.746	30,16	3,72
Óbidos	2.059	3.493	69,65	3,47
Outros	32.807	48.734	48,55	48,37

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## 2.2.6 Famílias de agricultores familiares

Nesta seção é possível verificar o número de famílias de agricultores familiares e sua distribuição por RI, apresentados na tabela 22. As RIs que apresentaram maior número de famílias com renda de até meio salário mínimo no período de 2019 a 2023 foram Baixo Amazonas, com um crescimento de



9.449 novas inscrições; Guamá, com um crescimento de 8.506 inscrições; Rio Caeté, com um crescimento de 13.563 inscrições; Rio Capim, que apresentou um crescimento 8.118 inscrições e Tocantins, com um crescimento de 8.365 novas inscrições.

Tabela 22 - Números de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.

GPTE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias de agricultores familiares cadastradas com renda per capita mensal até meio salário-mínimo	2019	2.226	28.117	1.637	739	18.125	5.610	1.719	15.945	16.978	3.414	17.546	9.610	121.666
	2020	2.240	27.631	1.640	813	18.584	5.700	1.718	16.700	17.849	3.504	17.909	9.902	124.190
	2021	2.496	29.765	2.109	1.128	21.664	6.522	1.807	18.467	20.481	4.229	19.778	11.469	139.915
	2022	2.880	36.701	2.970	1.710	27.075	7.672	2.053	25.129	25.441	5.598	25.784	14.431	177.444
	2023	2.788	37.566	3.417	1.822	26.631	7.103	2.083	29.508	25.096	5.794	25.911	14.225	181.944

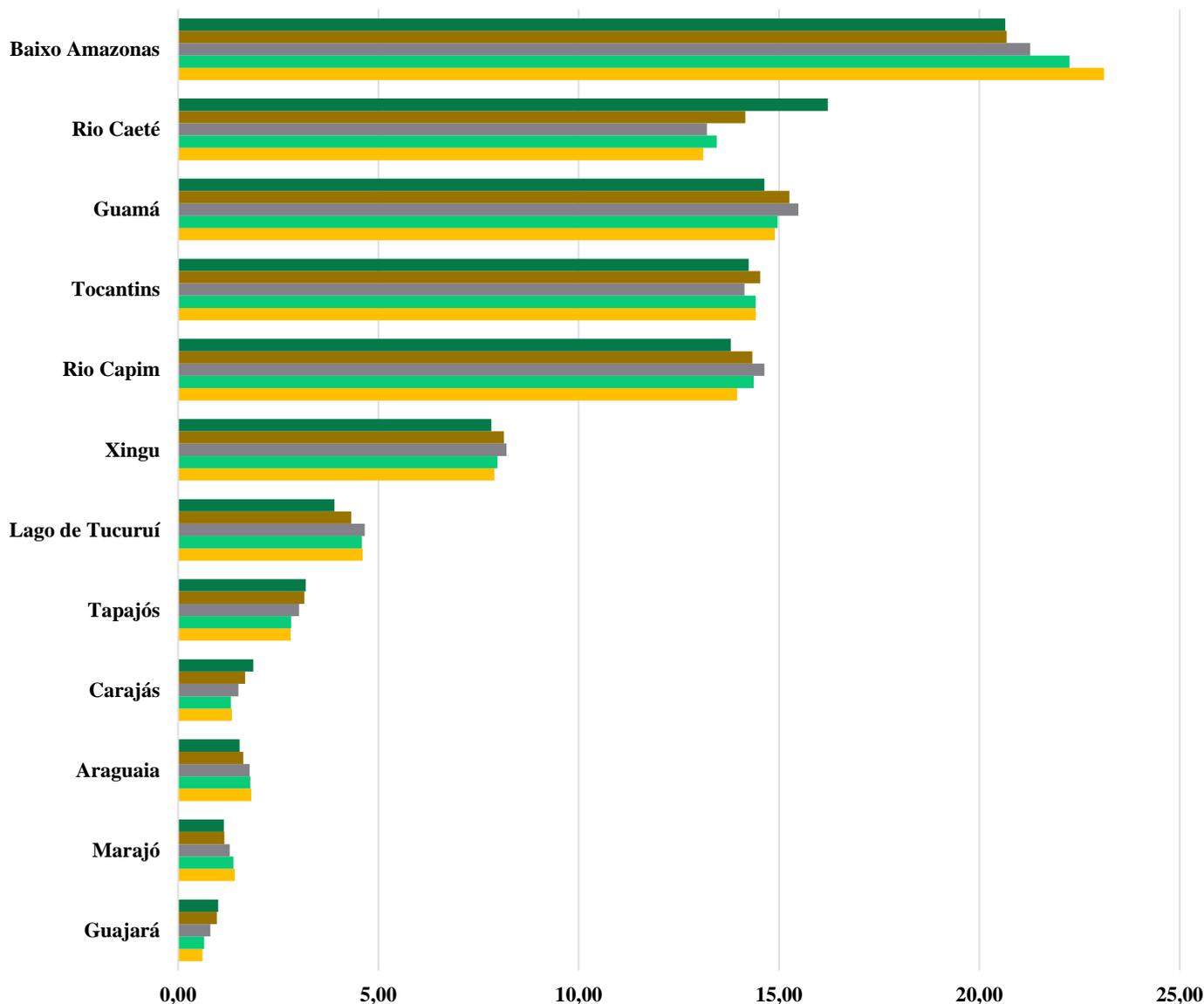
Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Quanto ao percentual de participação em relação ao número de famílias de agricultores familiares por RI que recebem até meio salário mínimo, é possível notar que cinco das doze RIs alcançaram participação acima de 12%, que foram Baixo Amazonas (23,11%), em 2019; Rio Caeté (16,22%), em 2023; Guamá (15,48%), em 2021; Tocantins (14,53%), em 2022; e Rio Capim (14,64%), em 2021 (ver gráfico 12).

As RIs que apresentaram o menor percentual de participação foram Carajás (1,32%), em 2020; Araguaia (1,53%), em 2023; Marajó (1,14%), em 2023; e, por último, Guajará (0,61%), em 2019.



Gráfico 12 - Participação percentual do número de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



	Guajará	Marajó	Araguaia	Carajás	Tapajós	Lago de Tucuruí	Xingu	Rio Capim	Tocantins	Guamá	Rio Caeté	Baixo Amazonas
■ 2023	1,00	1,14	1,53	1,88	3,18	3,90	7,82	13,79	14,24	14,64	16,22	20,65
■ 2022	0,96	1,16	1,62	1,67	3,15	4,32	8,13	14,34	14,53	15,26	14,16	20,68
■ 2021	0,81	1,29	1,78	1,51	3,02	4,66	8,20	14,64	14,14	15,48	13,20	21,27
■ 2020	0,65	1,38	1,80	1,32	2,82	4,59	7,97	14,37	14,42	14,96	13,45	22,25
■ 2019	0,61	1,41	1,83	1,35	2,81	4,61	7,90	13,95	14,42	14,90	13,11	23,11

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

No ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias de agricultores familiares com renda per capita mensal de até meio salário mínimo inscritas no CadÚnico no período de 2019 a 2023, pode-se observar que os municípios que concentraram o maior número de famílias foram os municípios do Acará, com um total de 8.115 inscrições em 2023 e tendo um crescimento de 2.969



inscrições; Augusto Corrêa, com um total de 8.087 inscrições em 2023, com um crescimento de 4.151 inscrições; Óbidos, que registrou um total de 6.383 inscrições em 2023, com um crescimento de 2.310 famílias; e Alenquer, com um total de 5.960 inscrições em 2023 e um crescimento de 1.020 novas inscrições.

Os municípios com as maiores variações foram Capitão Poço (150,11%), Bragança (145,18%), Tracuateua (124,06%) e Augusto Corrêa (105,46%).

Com relação ao percentual de participação, quatro municípios apresentaram os maiores percentuais: Acará (4,46%), Augusto Corrêa (4,44%), Óbidos (3,51%) e Alenquer (3,28%).

Tabela 23 – Ranking dos 10 municípios do Estado do Pará com os maiores números de famílias de agricultores familiares, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019 - 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>121.666</b>	<b>181.944</b>	<b>49,54</b>	<b>100,00</b>
Acará	5.146	8.115	57,70	4,46
Augusto Corrêa	3.936	8.087	105,46	4,44
Óbidos	4.073	6.383	56,71	3,51
Alenquer	4.940	5.960	20,65	3,28
Cametá	4.289	4.882	13,83	2,68
Santarém	2.504	4.868	94,41	2,68
Monte Alegre	4.262	4.742	11,26	2,61
Bragança	1.877	4.602	145,18	2,53
Capitão Poço	1.754	4.387	150,11	2,41
Tracuateua	1.870	4.190	124,06	2,30
Outros	87.015	125.728	44,49	69,10

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

### 2.2.7 Famílias em situação de rua

Primeiramente, é necessário que se entenda a necessidade de se cadastrar esse público no CadÚnico. O objetivo desse cadastro é fazer com que o CadÚnico seja uma ponte para o acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas, dando a elas o direito de serem identificadas corretamente. Essa ação permite que os governos federal, estadual e municipal conheçam as características das pessoas em situação de rua: onde há maior concentração, qual seu perfil e quais suas necessidades. Isso contribui para a implementação de políticas e programas específicos voltados à promoção da autonomia dessas pessoas.



Quanto ao número de famílias em situação de rua com renda per capita de até meio salário mínimo por RI, é possível notar que as regiões que concentraram o maior número de famílias foram Guajará, Guamá, Carajás, Baixo Amazonas e Rio Caeté.

As RIs com maior concentração de famílias em situação de rua foram Guajará, com um total de 918 inscrições em 2023; Guamá, que apresentou um total de 323 famílias em 2023 e um acréscimo de 100 famílias inscritas desde 2019; Carajás, que contabilizou 277 famílias inscritas e apresentou crescimento de 150 famílias em 2023; Baixo Amazonas, que registrou um total de 157 famílias inscritas em 2023; e Rio Caeté, que apresentou um total de 113 famílias inscritas em 2023 e um crescimento de 64 novas inscrições desde 2019.

Tabela 24 - Números de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.

GPE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuú	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias em situação de rua com renda per capita mensal até meio salário-mínimo	2019	18	103	127	365	223	5	2	51	11	34	15	13	967
	2020	23	108	139	419	229	9	4	64	26	40	18	17	1.096
	2021	13	103	158	490	231	4	5	64	28	35	17	13	1.161
	2022	23	120	213	553	278	4	1	81	20	17	14	17	1.341
	2023	37	157	277	918	323	17	3	113	42	16	20	23	1.946

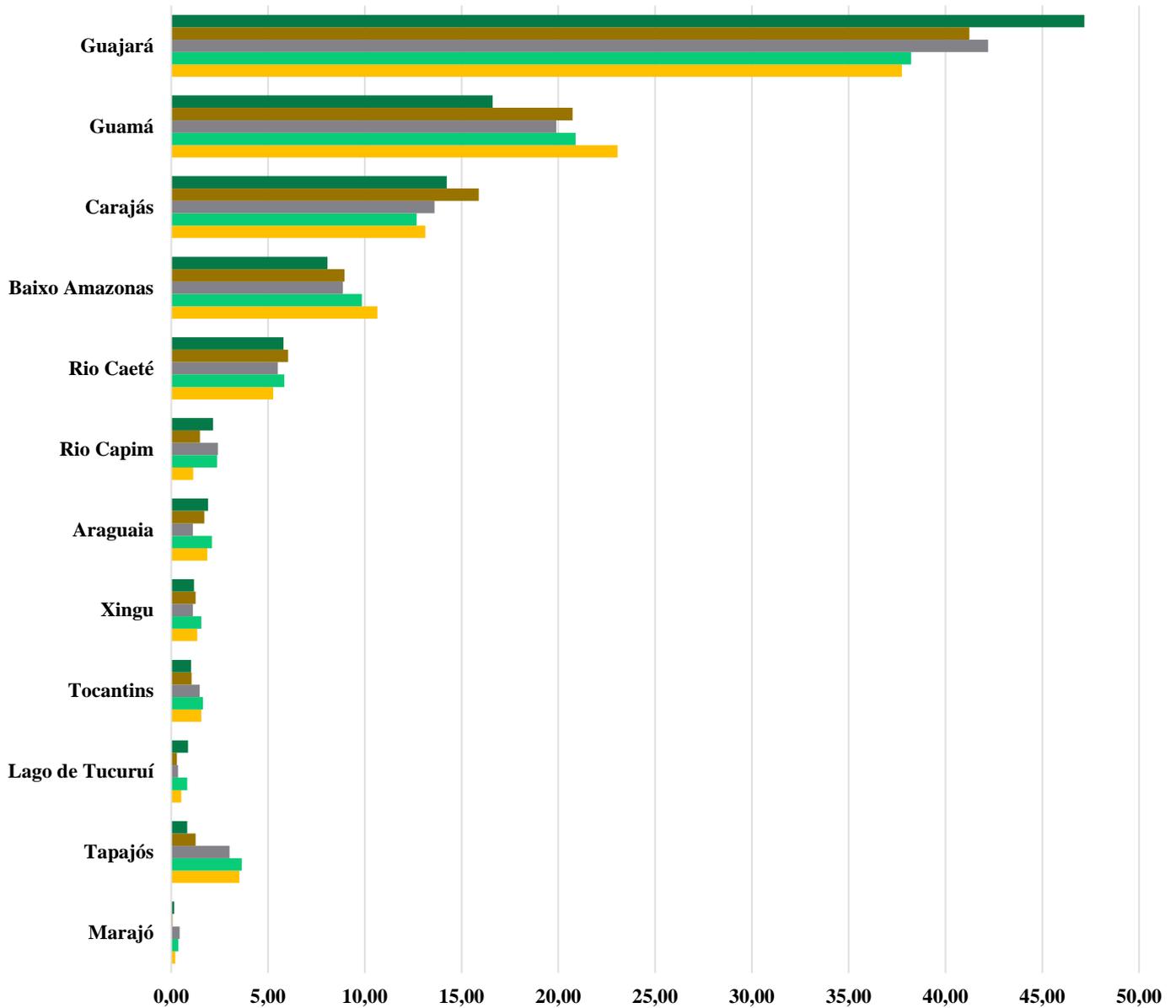
Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

No gráfico 13 é apresentado o percentual de participação em relação ao número de famílias em situação de rua que recebem até meio salário mínimo por RI. De acordo com os dados, quatro regiões se destacam com os maiores percentuais de participação em relação ao ano de 2023, sendo as RIs Guajará, com participação de 47,17% (2023); Guamá, com participação de 23,06% (2019); Carajás, que teve uma participação de 15,88% (2022); e Baixo Amazonas, com uma participação de 10,65% (2019).

As RIs que apresentaram menor percentual de participação foram Lago de Tucuú, com uma participação de 0,87% (2023), e Marajó, que registrou sua melhor participação, de 0,43% (2021).



Gráfico 13 - Participação percentual do número de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



	Marajó	Tapajós	Lago de Tucuruí	Tocantins	Xingu	Araguaia	Rio Capim	Rio Caeté	Baixo Amazonas	Carajás	Guamá	Guajará
■ 2023	0,15	0,82	0,87	1,03	1,18	1,90	2,16	5,81	8,07	14,23	16,60	47,17
■ 2022	0,07	1,27	0,30	1,04	1,27	1,72	1,49	6,04	8,95	15,88	20,73	41,24
■ 2021	0,43	3,01	0,34	1,46	1,12	1,12	2,41	5,51	8,87	13,61	19,90	42,20
■ 2020	0,36	3,65	0,82	1,64	1,55	2,10	2,37	5,84	9,85	12,68	20,89	38,23
■ 2019	0,21	3,52	0,52	1,55	1,34	1,86	1,14	5,27	10,65	13,13	23,06	37,75

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Observa-se na tabela 25 os 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias em situação de rua com renda per capita mensal de até meio salário mínimo cadastradas no CadÚnico no período de 2019 a 2023. Nela, nota-se que, em números absolutos, os municípios que mais se



destacaram nesse período foram: Belém, com um número de 304 famílias em 2019 e que passou para 735 em 2023, o que correspondeu a um aumento de 141,78% desse público nos registros do CadÚnico; Castanhal, que registrou aumento correspondente a 50% de variação entre os anos, ao passar de 172 famílias em 2019 para 258 em 2023; e Parauapebas, com 114 famílias em 2019 e 173 em 2023, o que correspondeu a um crescimento de 51,75%. No entanto, os municípios que demonstraram as maiores variações percentuais no crescimento desse público foram: Canaã dos Carajás, que apresentou um crescimento percentual equivalente a 1.050%; seguido por Capanema, com um crescimento percentual de 1.000%; Marituba, com 280%; e Ananindeua, com 203,57%.

Tabela 25 – Ranking dos 10 municípios do Estado do Pará com os maiores números de famílias em situação de rua, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019 - 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>967</b>	<b>1.946</b>	<b>101,24</b>	<b>100,00</b>
<b>Belém</b>	304	735	141,78	37,77
<b>Castanhal</b>	172	258	50,00	13,26
<b>Parauapebas</b>	114	173	51,75	8,89
<b>Santarém</b>	98	148	51,02	7,61
<b>Ananindeua</b>	28	85	203,57	4,37
<b>Marituba</b>	20	76	280,00	3,91
<b>Canaã dos Carajás</b>	6	69	1050,00	3,55
<b>Santa Izabel do Pará</b>	39	56	43,59	2,88
<b>Capanema</b>	5	55	1000,00	2,83
<b>Bragança</b>	34	54	58,82	2,77
<b>Outros</b>	147	237	61,22	12,18

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## 2.2.8 Famílias de catadores de material reciclável

Garantir o protagonismo das famílias de catadores de materiais recicláveis e a melhoria nas condições de vida dessas famílias —através de diversos programas sociais, tais como o Bolsa Família, benefícios previdenciários e outros auxílios— tem sido algumas das condições importantes para construir um melhor planejamento político direcionado a este público, além de permitir que essas famílias estejam registradas no CadÚnico do governo federal. Assim sendo, a tabela 26 apresenta a evolução do número dessas famílias no estado do Pará, por RI, de 2019 a 2023.



Nela, observa-se que, em 2019, as famílias de catadores de materiais recicláveis se encontravam principalmente na RI Guajará, com 1.217 famílias registradas no CadÚnico; seguida por Lago de Tucuruí, com 341 famílias; Guamá, com 319; e Tocantins, com 279. No entanto, de 2019 para 2020, pode-se observar na tabela que apenas 6 das 12 RIs do estado apresentaram crescimento no número dessas famílias. Foram elas: Araguaia, Carajás, Guamá, Rio Caeté, Tocantins e Xingu. Nesse mesmo período, as demais regiões apresentaram diminuição.

Já no período de 2020 a 2021, nota-se crescimento de famílias de catadores de materiais recicláveis em todas as RIs do estado, exceto na RI Tapajós, que manteve seu quantitativo. Quanto ao crescimento nas demais regiões, destaca-se, principalmente, a RI Tocantins, onde houve um aumento no número dessas famílias equivalente a 57,84% em relação a 2020, quando o número de famílias passou de 287 para 453. Em seguida, estão as RIs Araguaia, onde o número de famílias passou de 200 para 446; e Guajará, com 1.208 famílias em 2020 e 1.445 em 2021, o que correspondeu a aumentos de 23% e 19,62%, respectivamente.

No período de 2021 a 2022, novamente houve crescimento no número de famílias de catadores de materiais recicláveis em todas as RIs do estado, no entanto as que mais se destacaram foram: Baixo Amazonas, com um aumento equivalente a 434,95% em relação ao ano anterior, uma vez que o número de famílias de catadores passou de 186 em 2021 para 995 em 2022; Lago de Tucuruí, que passou de 338 para 744, o que correspondeu a um crescimento percentual de 120,12%; e Tocantins, que aumentou de 453 para 890 famílias em 2022, obtendo uma variação de 96,47%.

Já no último período, ou seja, de 2022 a 2023, verifica-se na tabela que o número de famílias de catadores cresceu novamente em 11 das 12 RIs do estado, sendo a RI Tapajós a única que apresentou redução. Também é importante destacar que, entre as 11 RIs que apresentaram crescimento no número dessas famílias, as que mais se destacaram foram: Carajás, Guajará e Marajó.

Tabela 26 - Números de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.

GPTE	Anos	Araguaia	Baixo Amazonas	Carajás	Guajará	Guamá	Lago de Tucuruí	Marajó	Rio Caeté	Rio Capim	Tapajós	Tocantins	Xingu	Total Pará
Famílias de catadores de material reciclável cadastradas com renda per capita mensal até meio salário-mínimo	2019	192	188	177	1.217	319	341	115	194	180	73	279	111	3.386
	2020	200	181	185	1.208	322	327	112	198	166	71	287	122	3.379
	2021	246	186	211	1.445	346	338	121	210	186	71	453	134	3.947
	2022	268	995	358	2.425	503	744	171	280	245	89	890	179	7.147
	2023	270	1.020	533	3.357	530	867	211	327	258	83	1.028	185	8.669

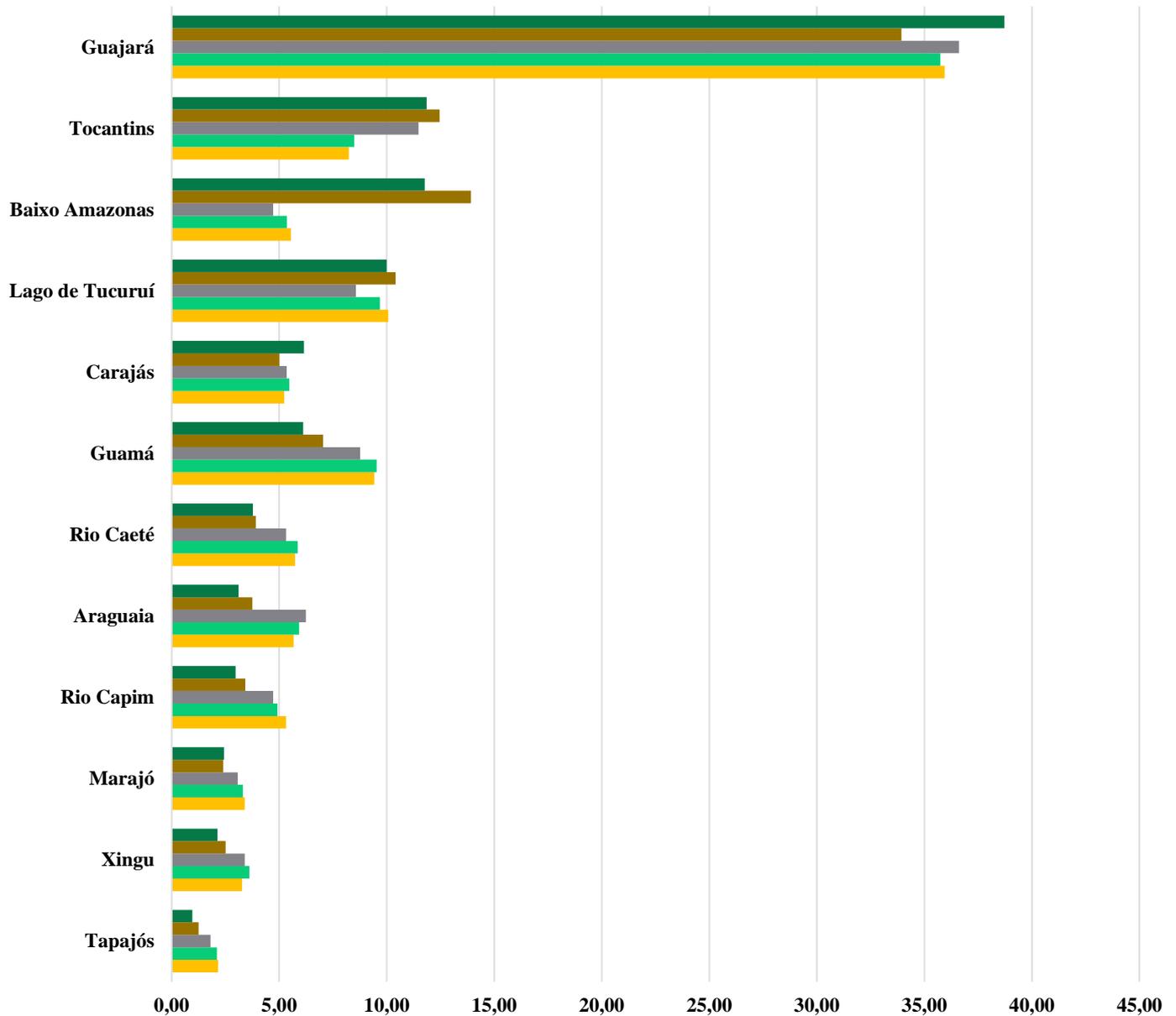
Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.



Em termos percentuais, conforme o gráfico 14, fica evidente que a RI Guajará prevaleceu quanto à participação de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita de até meio salário mínimo, em todos os anos analisados, alternando de 35,94% (2019) a 38,72% (2023). A segunda colocação varia de acordo com o ano, tendo sido ocupada, em 2023, pela RI Tocantins (11,86%); em 2022, pela RI Baixo Amazonas (13,92%); em 2021, pela RI Tocantins (11,48%); e, em 2020 e 2019, pela RI Lago de Tucuruí (9,68% e 10,07%, respectivamente). As menores participações foram registradas pela RI Tapajós, em todos os anos.



Gráfico 14 - Participação percentual do número de famílias de catadores de material reciclável com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo por Região de Integração do Estado do Pará, 2019 – 2023.



	Tapajós	Xingu	Marajó	Rio Capim	Araguaia	Rio Caeté	Guamá	Carajás	Lago de Tucuruí	Baixo Amazonas	Tocantins	Guajará
■ 2023	0,96	2,13	2,43	2,98	3,11	3,77	6,11	6,15	10,00	11,77	11,86	38,72
■ 2022	1,25	2,50	2,39	3,43	3,75	3,92	7,04	5,01	10,41	13,92	12,45	33,93
■ 2021	1,80	3,39	3,07	4,71	6,23	5,32	8,77	5,35	8,56	4,71	11,48	36,61
■ 2020	2,10	3,61	3,31	4,91	5,92	5,86	9,53	5,47	9,68	5,36	8,49	35,75
■ 2019	2,16	3,28	3,40	5,32	5,67	5,73	9,42	5,23	10,07	5,55	8,24	35,94

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

A análise desse mesmo indicador por município, considerando apenas os 10 com maior número de famílias de catadores de material reciclável que possuíam renda per capita de até meio salário mínimo, de acordo com o ranking para o ano 2023, disposto na tabela 27, nos mostra Belém (27,1%), Tucuruí



(8,93%) e Ananindeua (7,69%) com as maiores participações; enquanto Marituba (1,94%) e Santarém (2,05%) ocupam o final da lista.

Tabela 27 – Ranking dos 10 municípios do Estado do Pará com os maiores números de famílias de catadores de material reciclável, com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % (2019 - 2023)	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>3.386</b>	<b>8.669</b>	<b>156,02</b>	<b>100,00</b>
Belém	692	2.349	239,45	27,10
Tucuruí	256	774	202,34	8,93
Ananindeua	349	667	91,12	7,69
Faro	32	657	1953,13	7,58
Cametá	21	399	1800,00	4,60
Marabá	39	233	497,44	2,69
Limoeiro do Ajuru	-	212	0,00	2,45
Castanhal	92	183	98,91	2,11
Santarém	77	178	131,17	2,05
Marituba	136	168	23,53	1,94
Outros	1.692	2.849	68,38	32,86

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Na variação entre 2019 e 2023, houve aumento no número de famílias nesta condição em todos os municípios do ranking. Destacaram-se os municípios de Faro (1.953,13%) e Cametá (1.800%), com maior variação percentual. Marituba registrou menor índice (23,53%), seguido de Ananindeua (91,12%) e Castanhal (98,91%), que foram os únicos com percentual abaixo de 100%.

### CAPÍTULO 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS PARAENSES

A política de renda mínima adotada no Brasil tem como objetivo principal reduzir os índices de pobreza e de desigualdade na população, viabilizando a inclusão social. O tema já é discutido há décadas e se fortaleceu nos anos 80 e 90 após o declínio do *welfare state*<sup>2</sup>. A autora Elaine Lício (2004) discorre sobre alguns percursos para o fortalecimento e instauração da política de renda mínima no país,

<sup>2</sup> Modelo político que promove o assistencialismo e o intervencionismo governamental. A partir da década de 70 muitos países abandonaram essa política, dando abertura ao modelo liberal. Mais informações disponíveis em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/download/12112/8031/47279>



apontando o marco da primeira experiência brasileira com esta política, ocorrida no Distrito Federal, em 1995, sob o nome de Bolsa Escola.

A visibilidade de experiências a nível local deu estímulo para a construção de projetos de lei federal, cuja promulgação foi concretizada em 1997, com a Lei 9.533, que instituiu o Programa Renda Mínima. Esta lei autorizava a União a cofinanciar programas de renda mínima municipais, associando-os a ações socioeducativas. A partir de então novos programas de renda mínima foram instituídos e associados a outros, como o Bolsa Alimentação, o Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Também foi criada a ferramenta de gestão CadÚnico, até hoje em vigor.

Um dos programas de maior visibilidade no Brasil foi o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>3</sup>, iniciado em 2004, que teve como premissa unir procedimentos de gestão com a execução de ações de transferência de renda, nesse caso, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação (Bolsa Escola<sup>4</sup>), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA)<sup>5</sup>, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde (Bolsa Alimentação<sup>6</sup>), o Programa Auxílio-Gás<sup>7</sup> e o Cadastramento Único do Governo Federal (CadÚnico)<sup>8</sup>.

O PBF foi um dos programas de transferência de renda mais conhecidos no país, tendo sido executado no período de 2004 a 2021, quando sua lei foi revogada e ele foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil<sup>9</sup>. Por sua vez, o Auxílio Brasil deixou de existir em 2023, revogado e substituído pelo PBF<sup>10</sup>, agora com reconfigurações.

No âmbito da assistência social brasileira, esses Programas foram de grande envergadura social. Nesse sentido, foram selecionados para este estudo a compilação de dados e análise de indicadores referentes ao PBF, ao Programa Auxílio Brasil e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), evidenciando a quantidade de beneficiários no estado do Pará, nas RIs e nos 10 municípios de maior índice.

### 3.1 Política de renda mínima e benefícios

O número de pessoas beneficiárias do PBF/Auxílio Brasil se manteve em uma proporção de cerca de 37% em relação à população do Pará, de 2019 a 2021, enquanto o contingente populacional

<sup>3</sup> Lei n.º 10.836/2004.

<sup>4</sup> Lei n.º 10.219/2001.

<sup>5</sup> Lei n.º 10.689/2003.

<sup>6</sup> Medida Provisória n.º 2.206-1/2001.

<sup>7</sup> Decreto n.º 4.102/2002.

<sup>8</sup> Decreto n.º 3.877/2001.

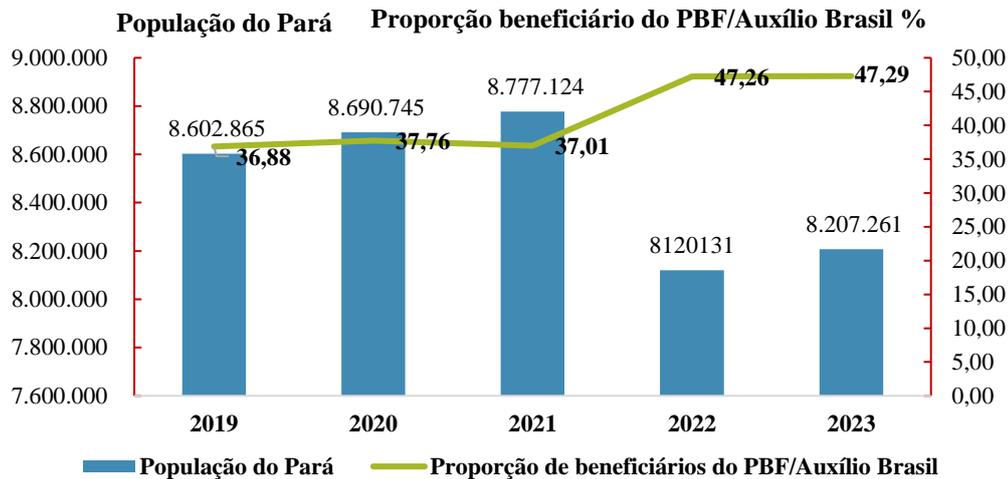
<sup>9</sup> Lei n.º 14.284/2021.

<sup>10</sup> Lei n.º 14.601/2023.



registrou crescimento constante neste período, chegando a 8,7 milhões em 2021. Nos anos seguintes, o registro demográfico diminuiu, chegando a 8,2 milhões de pessoas em 2023, enquanto a proporção de beneficiários aumentou para 47,29%, variação de 10,28 p.p. em comparação a 2021 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - População do Pará e a proporção de pessoas beneficiárias do PBF (Programa Bolsa Família) /Auxílio Brasil no Estado, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação/IBGE - Estimativas de População – 2019–2021/IBGE - Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: segundo os Informe nº 817, de 12 de janeiro de 2022, o Governo Federal incluiu as pessoas e famílias beneficiárias do PBF no Programa Auxílio Brasil. Por esse motivo os dados de 2022 apresentados neste gráfico são referentes ao Auxílio Brasil. Porém, em 2023 os dados do Bolsa Família voltaram a aparecer. No entanto, como a política continuou a mesma, trata-se do mesmo público beneficiado, motivo pelo qual adotou-se para este estudo PBF/Auxílio Brasil.

Considerando o local de moradia das pessoas beneficiárias do PBF no Pará, distribuídas por RI, conforme a tabela 28, observa-se que a maior participação, em 2023, foi registrada nas RIs Guajará (17,11%), Tocantins (13,11%) e Baixo Amazonas (11,28%), que foram as regiões com maior contingente populacional do estado em 2022<sup>11</sup>. As RIs com menores participações de beneficiários foram Tapajós (2,96%) e Lago de Tucuruí (4,20%), que apresentaram menor concentração de habitantes.

Todas as RIs registraram variação positiva no número de pessoas beneficiárias, considerando o intervalo entre 2019 e 2023. As RIs cujas variações apresentaram maior destaque foram Carajás (50%) e Guajará (37,23%). As que variaram com menos intensidade foram a RI Marajó (12,48%) e a RI Rio Caeté (12,74%).

<sup>11</sup> Dado disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2023/tabelas/1-para/tabela-1-populacao-area-territorial-km2-e-densidade-demografica-2022-para.htm>



Tabela 28 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Região de Integração do estado do Pará, 2019 e 2023.

RI	2019	2023	Var. (%) 2019– 2023	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>3.172.375</b>	<b>3.881.494</b>	<b>22,35</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	136.964	181.179	32,28	4,67
Baixo Amazonas	353.416	437.986	23,93	11,28
Carajás	171.467	258.122	50,54	6,65
Guajará	483.994	664.199	37,23	17,11
Guamá	281.084	326.123	16,02	8,40
Lago de Tucuruí	137.307	163.174	18,84	4,20
Marajó	360.197	405.142	12,48	10,44
Rio Caeté	257.068	289.824	12,74	7,47
Rio Capim	278.835	318.793	14,33	8,21
Tapajós	89.278	115.072	28,89	2,96
Tocantins	449.392	508.840	13,23	13,11
Xingu	173.373	213.040	22,88	5,49

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação/IBGE – Estimativas de População – 2019–2021/IBGE – Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

A tabela 29 direciona a análise para os municípios enquanto local de moradia dos beneficiários do PBF, elencando o ranking dos 10 municípios do Pará com maior número de pessoas contempladas com este benefício no ano de 2023. Ilustra também o quantitativo do ano 2019 e a variação entre esses anos. Juntos, esses 10 municípios concentram 33% do total de beneficiários do estado.

Desse modo, Belém e Santarém lideram a lista nos dois anos analisados, ocupando, ordenadamente, o primeiro e o segundo lugar com maior número de beneficiários; demarcando, em 2023, 11,29% e 4,07% de participação, respectivamente. A terceira colocação era de Abaetetuba, em 2019, e foi ocupada por Ananindeua, em 2023. Castanhal esteve na última colocação em 2023, enquanto em 2019 o último lugar do ranking foi de Parauapebas. Este município apresentou crescimento de 102% no número de beneficiários, o maior do período em comparação com os demais municípios listados.



Tabela 29 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 2019 – 2023.

Municípios	2019	2020	2021	2023
<b>Total Pará</b>	<b>3.172.375</b>	<b>3.281.794</b>	<b>3.248.423</b>	<b>3.881.494</b>
Belém	319.143	325.815	316.818	438.389
Santarém	106.666	118.725	116.167	158.065
Ananindeua	89.563	100.010	102.385	130.820
Abaetetuba	91.310	91.485	91.043	97.733
Cametá	75.372	75.189	73.978	89.856
Marabá	54.309	61.533	62.660	89.034
Breves	68.067	68.072	67.290	75.602
Parauapebas	34.442	42.827	42.460	69.674
Bragança	57.638	60.383	58.178	67.683
Castanhal	41.797	46.242	47.951	64.104
Outros	2.234.068	2.291.513	2.269.493	2.600.534

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação/ IBGE - Estimativas de População- 2019 – 2021/ IBGE - Censo Demográfico 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

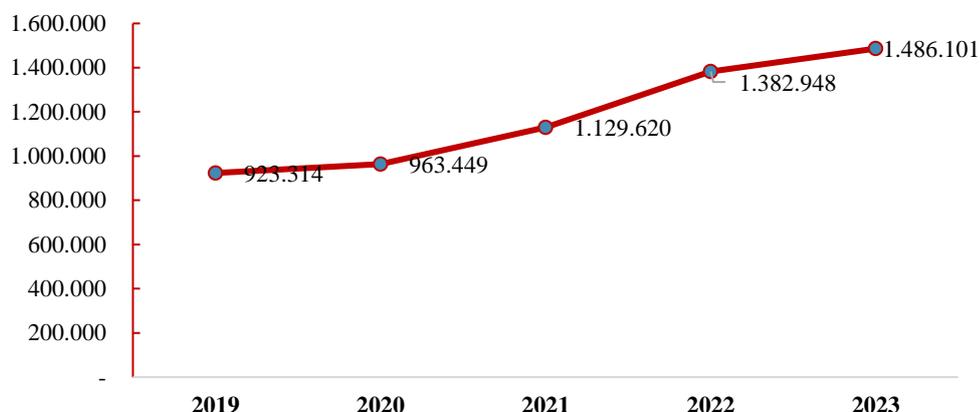
Nota: Segundo os Informe nº 817 • 12 de janeiro de 2022 o Governo Federal Incluiu as pessoas e famílias beneficiárias do PBF no Programa Auxílio Brasil por isso os dados de 2022 não existem, porém em 2023 os dados do Bolsa Família voltaram a aparecer.

O número de famílias paraenses beneficiárias do PBF/Auxílio Brasil também apresentou evolução crescente no decorrer dos anos, como indica o gráfico 16, chegando a 1.486.101 famílias em 2023, correspondendo a uma variação de 60,95% em relação a 2019 (923.314 famílias) e 7,4% em relação a 2022 (1.382.948).

Na divisão por RI, conforme disposição na tabela 30, nota-se maior participação desse numeral nas RIs Guajará, Tocantins e Baixo Amazonas; enquanto as menores participações foram demarcadas nas RIs Tapajós e Lago de Tucuruí, seguindo, dessa maneira, a mesma sequência da análise do número de pessoas beneficiárias. As RIs que tiveram mais incremento no número de famílias inclusas no programa foram: Carajás (96,54%), Guajará (87,61%) e Araguaia (70,02%). Por outro lado, as menores variações foram observadas nas RIs Marajó (43,72%) e Tocantins (44,87%).



Gráfico 16 – Evolução do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil no estado, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: segundo os Informe nº 817, de 12 de janeiro de 2022, o Governo Federal incluiu as pessoas e famílias beneficiárias do PBF no Programa Auxílio Brasil. Por esse motivo os dados de 2022 apresentados neste gráfico são referentes ao Auxílio Brasil. Porém, em 2023 os dados do Bolsa Família voltaram a aparecer. No entanto, como a política continuou a mesma, trata-se do mesmo público beneficiado, motivo pelo qual adotou-se para este estudo PBF/Auxílio Brasil.

Tabela 30 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Região de Integração do estado do Pará, 2019 e 2023.

RI	2019	2023	Var. % 2019–2023	Par. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>923.314</b>	<b>1.486.101</b>	<b>60,95</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	39.728	67.547	70,02	4,55
Baixo Amazonas	91.818	145.405	58,36	9,78
Carajás	47.189	92.745	96,54	6,24
Guajará	170.133	319.195	87,61	21,48
Guamá	84.540	126.771	49,95	8,53
Lago de Tucuruí	39.376	59.704	51,63	4,02
Marajó	89.242	128.257	43,72	8,63
Rio Caeté	70.429	110.423	56,79	7,43
Rio Capim	82.641	124.140	50,22	8,35
Tapajós	24.331	37.104	52,49	2,50
Tocantins	135.074	195.679	44,87	13,17
Xingu	48.813	79.134	62,12	5,32

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Com relação à distribuição das famílias beneficiárias nos 10 municípios com maior numeral, a tabela 31 aponta que Belém esteve no topo da lista em ambos os anos, 2019 e 2023, alcançando 15,11% de participação em relação ao total de famílias contempladas no estado. Ressalta-se que este município



concentra maior número de habitantes e conurbação urbana do estado. Seguidamente estiveram Santarém, Abaetetuba e Ananindeua. Os municípios com menor índice no ano de 2023 foram Castanhal, Breves e Parauapebas, com 1,72%, 1,76% e 1,76% de participação, respectivamente.

Houve crescimento do indicador em todos os 10 municípios do ranking, alcançando maior variação as cidades de Parauapebas (182,20%), Marabá (111,78%), Marituba (103,57%) e Castanhal (103,18%), todas com alcance acima de 100% no acréscimo de famílias incluídas no programa.

Tabela 31 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. % 2019– 2023	Par. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>923.314</b>	<b>1.486.101</b>	<b>60,95</b>	<b>100,00</b>
Belém	114.699	224.518	95,75	15,11
Santarém	26.746	52.749	97,22	3,55
Abaetetuba	33.775	49.066	45,27	3,30
Ananindeua	29.675	48.046	61,91	3,23
Cametá	19.456	33.981	74,65	2,29
Marabá	14.328	30.345	111,78	2,04
Marituba	13.186	26.843	103,57	1,81
Parauapebas	9.278	26.183	182,20	1,76
Breves	16.734	26.120	56,09	1,76
Castanhal	12.588	25.576	103,18	1,72
Outros	632.849	942.677	48,96	63,43

Fontes: VIS DATA/SAGICAD – Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

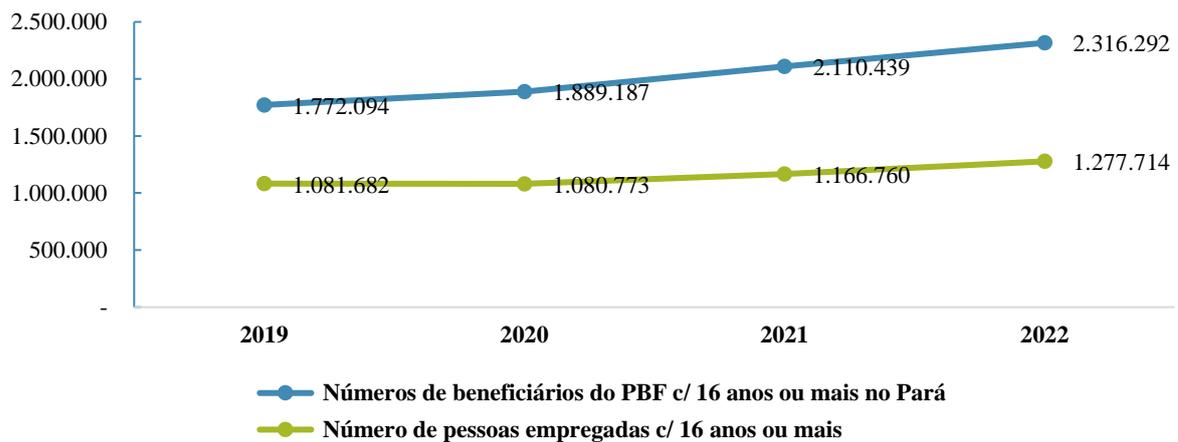
O gráfico 17 expõe a evolução do número de pessoas com 16 anos de idade ou mais beneficiárias do PBF e o número de pessoas empregadas nesta mesma faixa etária no Pará, apontando que as beneficiárias são majoritárias em relação às empregadas. De outro modo, a comparação entre os indicadores aponta que há muito mais pessoas recebendo benefício e, portanto, com carência de renda, ou com renda mínima, ainda que a pessoa empregada esteja também recebendo o benefício. Desse modo, é possível inferir também que o mercado de trabalho no estado está deficiente, seja pela presença significativa de desemprego ou pelo fato de o salário ser insuficiente para o sustento familiar, ficando a cargo do assistencialismo governamental, que o PBF proporciona, minimizar os danos destas condições para a família.

Os dados demonstram que o número de pessoas beneficiárias do PBF é superior ao de pessoas empregadas, sendo a diferença de aproximadamente 1 milhão de pessoas, ou 81, 2% a mais. Ambos os indicadores apresentaram comportamento crescente no decorrer dos anos, porém as pessoas



beneficiárias do PBF tiveram incremento de 544.198 pessoas, enquanto a categoria de pessoas empregadas registrou aumento de 196.032 pessoas, no comparativo entre 2019 e 2022, ou seja, houve mais pessoas incluídas no PBF que inseridas no mercado de trabalho e/ou com ganhos mínimos para sobrevivência familiar.

Gráfico 17 – Evolução do número de pessoas com 16 anos de idade ou mais beneficiárias do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil e empregadas com carteira assinada no estado do Pará, 2019 – 2022.



Fonte: VIS DATA – 2019–2022/RAIS – 2019–2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: até a conclusão deste estudo os dados de vínculos empregatícios de 2023 não haviam sido divulgados pela RAIS.

Nota: Segundo o Informe nº 817 • 12 de janeiro de 2022 o Governo Federal incluiu as pessoas e famílias beneficiárias do PBF no Programa Auxílio Brasil, por isso os dados de 2022 neste gráfico, são referentes ao Auxílio Brasil. Em 2023 os dados do PBF voltam a aparecer, no entanto como a política continuou a mesma, trata - se do mesmo público beneficiado, adotou-se para este estudo “PBF/Auxílio Brasil”.

Seguindo este raciocínio, a análise por RI, também de acordo com o quantitativo de pessoas beneficiárias do PBF e de pessoas empregadas, conforme disposto nas tabelas 32 e 33, permite verificar que apenas as RIs Guajará e Carajás apresentam número de pessoas empregadas maior que o número de beneficiárias. Quanto à variação entre os anos 2019 e 2022, somente as RIs Baixo Amazonas, Tapajós e Tocantins registraram maior percentual no índice de pessoas empregadas, em detrimento das beneficiárias do auxílio financeiro, acusando, ainda que discretamente, um caminho de melhoria para o quadro geral do estado. A única RI que apresentou redução no número de pessoas empregadas foi Lago de Tucuruí, com variação negativa de - 0,71%.



Tabela 32 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família com 16 anos de idade ou mais no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2022.

R. I.	2019	2022	Var. (%) 2019–2022	Part. % 2022
<b>Total Pará</b>	<b>1.772.094</b>	<b>2.316.292</b>	<b>30,71</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	72.734	102.792	41,33	4,44
Baixo Amazonas	192.927	246.496	27,77	239,80
Carajás	87.436	135.604	55,09	55,01
Guajará	277.839	424.180	52,67	312,81
Guamá	163.939	202.832	23,72	47,82
Lago de Tucuruí	71.722	91.457	27,52	45,09
Marajó	196.193	232.038	18,27	253,71
Rio Caeté	149.099	180.572	21,11	77,82
Rio Capim	155.864	191.788	23,05	106,21
Tapajós	48.070	63.735	32,59	33,23
Tocantins	261.171	318.146	21,82	499,17
Xingu	95.100	126.652	33,18	39,81

Fonte: VIS DATA – 2019–2022.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Tabela 33 – Número de pessoas com 16 anos de idade ou mais empregadas no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2022.

R.I.	2019	2022	Var. (%) 2019–2022	Part. % 2022
<b>Total Pará</b>	<b>1.081.682</b>	<b>1.277.714</b>	<b>18,12</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	55.218	71.252	29,04	5,58
Baixo Amazonas	69.346	90.525	30,54	7,08
Carajás	128.050	172.288	34,55	13,48
Guajará	491.021	541.541	10,29	42,38
Guamá	65.807	79.573	20,92	6,23
Lago de Tucuruí	31.128	30.906	-0,71	2,42
Marajó	28.216	31.510	11,67	2,47
Rio Caeté	32.775	37.388	14,07	2,93
Rio Capim	57.992	69.211	19,35	5,42
Tapajós	19.674	27.894	41,78	2,18
Tocantins	73.311	93.402	27,41	7,31
Xingu	29.144	32.224	10,57	2,52

Fonte: RAIS – 2019–2022.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.  
Nota: os dados de vínculos empregatícios de 2022 foram divulgados somente em 15/03/2024, por isso não tivemos como colocar os dados de 2023.

Outra informação implícita nos dados diz respeito à diferença entre os indicadores, observando, novamente, que quanto maior a diferença entre o número de pessoas beneficiadas e o de empregadas,



maior a carência de renda familiar. Nesse sentido, destacam-se, com diferença acima de 200 mil pessoas: a RI Tocantis, que, apesar de ter maior variação no número de empregadas, tem a quantidade de pessoas beneficiárias muito maior do que a de empregadas (224.744 pessoas); e a RI Marajó, cuja diferença foi de 200.528 pessoas beneficiárias a mais do que o número de empregadas.

Há ainda diferentes grupos sociais categorizados para a transferência de renda. É o caso das famílias de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – GPTE do Pará, que são beneficiárias do PBF e podem ser classificadas em 16 grupos sociais distintos, de acordo com a tabela 34. Juntos, totalizaram 384.254 famílias, em 2023, número 49,33% maior do que o registrado em 2019 (257.323). Os três grupos de maior participação entre as famílias beneficiárias foram de agricultores familiares (39,18%), pescadores artesanais (22,19%) e ribeirinhos (19,91%), somando 81,28% de participação.

Tabela 34 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) do estado do Pará, 2019 e 2023.

<b>Grupos Familiares</b>	<b>2019</b>	<b>2023*</b>	<b>Var. (%) 2019 – 2023</b>	<b>Part. (%) 2023</b>
<b>Total Pará</b>	<b>257.323</b>	<b>384.254</b>	<b>49,33</b>	<b>100,00</b>
Indígenas	4.910	8.746	78,13	2,28
Ciganos	39	69	76,92	0,02
Quilombolas	13.432	23.042	71,55	6,00
Ribeirinhos	60.691	76.523	26,09	19,91
Extrativistas	11.383	14.356	26,12	3,74
Pescadores artesanais	52.820	85.264	61,42	22,19
Agricultores familiares	97.851	150.550	53,86	39,18
Assentados da Reforma Agrária	5.963	8.193	37,40	2,13
Acampados	2.147	2.489	15,93	0,65
Pessoas em situação de rua	614	1.670	171,99	0,43
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	4.296	4.758	10,75	1,24
Coletores de material reciclável	2.596	7.874	203,31	2,05
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	38	42	10,53	0,01
Famílias de presos do sistema carcerário	412	457	10,92	0,12
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	131	221	68,70	0,06
Famílias com integrante resgatado do trabalho escravo	2.702	3.872	43,30	1,01

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Fontes: Caixa Econômica (2019 – out. 2021) / VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação (a partir de março de 2023).

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: valor real repassado ao Programa Bolsa Família - 2019 a 2023, ajustado com base no IPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2023.



A variação entre os anos demonstrou que a oferta do benefício foi ampliada em todos os grupos, com maior percentual para os coletores de material reciclável, com variação de 203,31%, e para as pessoas em situação de rua (171,99%). Em seguida, esteve o grupo de indígenas, que ganha evidência com a 3ª maior variação (78,13%) e se posiciona como o 6º grupo com maior número de famílias beneficiárias, além de possuir alta vulnerabilidade, marcado por questões conflituosas de diferenças culturais, territoriais etc.

### 3.1 Programa Auxílio Brasil

O Programa Auxílio Brasil (PAB) no Pará abrangeu cerca de 3,8 milhões de pessoas em 2023, diferença de 0,6 milhão em relação ao período de sua instituição, em 2021, equivalente à variação percentual de 20,31%. Todas as RIs do estado também apresentaram variação positiva, com maior percentual para a RI Guajará (38,26%) e RI Carajás (31,88%). As maiores quantidades de pessoas beneficiárias, em 2023, estiveram na RI Guajará (670.281), RI Tocantins (515.544) e RI Baixo Amazonas (424.253), com participações de 17,38%, 13,37% e 11%, respectivamente (Tabela 35).

Tabela 35 – Número de pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, por Região de Integração do estado do Pará, 2021 e 2023.

R. I.	2021	2023*	Var. (%) 2021 - 2023	Par.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>3.206.238</b>	<b>3.857.302</b>	<b>20,31</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	149.502	178.990	19,72	4,64
Baixo Amazonas	360.044	424.253	17,83	11,00
Carajás	187.735	247.592	31,88	6,42
Guajará	484.806	670.281	38,26	17,38
Guamá	280.324	325.047	15,95	8,43
Lago de Tucuruí	140.551	161.003	14,55	4,17
Marajó	356.800	402.089	12,69	10,42
Rio Caeté	253.653	288.876	13,89	7,49
Rio Capim	279.401	319.098	14,21	8,27
Tapajós	91.258	111.604	22,30	2,89
Tocantins	442.535	515.544	16,50	13,37
Xingu	179.629	212.925	18,54	5,52

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: salienta-se que o Programa Auxílio Brasil começou em novembro de 2021 e foi até fevereiro de 2023.



Concernente aos 10 municípios paraenses com maior número de pessoas beneficiárias do Auxílio Brasil, de acordo com a tabela 36, Belém, Santarém e Ananindeua lideraram, na mesma ordem, nos dois anos em estudo (2021 e 2023), com respectivas participações de 11,61%, 3,91% e 3,16% neste último ano. Todos os municípios da lista acusaram incremento de pessoas beneficiárias, chegando ao máximo em Parauapebas (50,67%), seguido de Belém (43,81%) e Marabá (36,02%).

Tabela 36 – Ranking dos 10 municípios com maior número de pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil no estado do Pará, 2021 e 2023.

Municípios	2021	2023*	Var. (%) 2021-2023	Par.% 2023
<b>Total Pará</b>	3.206.238	3.857.302	20,31	100,00
Belém	311.313	447.698	43,81	11,61
Santarém	115.017	150.971	31,26	3,91
Ananindeua	100.304	121.802	21,43	3,16
Abaetetuba	90.978	105.729	16,21	2,74
Cametá	73.475	90.904	23,72	2,36
Marabá	61.159	83.191	36,02	2,16
Breves	65.292	75.827	16,14	1,97
Bragança	56.098	66.167	17,95	1,72
Parauapebas	43.275	65.204	50,67	1,69
Castanhal	47.229	61.740	30,72	1,60
Outros	2.242.098	2.588.069	15,43	67,10

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

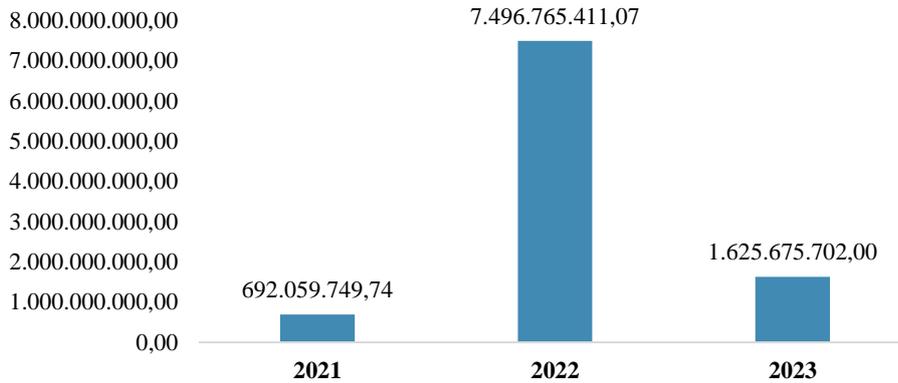
Nota: salienta-se que o Programa Auxílio Brasil começou em novembro de 2021 e foi até fevereiro de 2023.

### 3.2.1 Valores repassados pelo Programa Auxílio Brasil

O PAB teve início em 2021 e recebeu acréscimo significativo no ano posterior, especialmente devido à pandemia da Covid-19 vivenciada pelos brasileiros, com impactos negativos na saúde, educação, mercado de trabalho e renda familiar. Dessa maneira, como ilustra o gráfico 21, os valores repassados ao programa passaram de 692 milhões para 7 bilhões, de 2021 a 2022, incremento de 6,8 bilhões. Em 2023, o repasse chegou ao valor de 1,6 bilhão, ou seja, sofreu diminuição de 5,8 bilhões.



Gráfico 18 – Valores reais totais repassados pelo governo federal ao Programa Auxílio Brasil no estado do Pará, 2021–2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

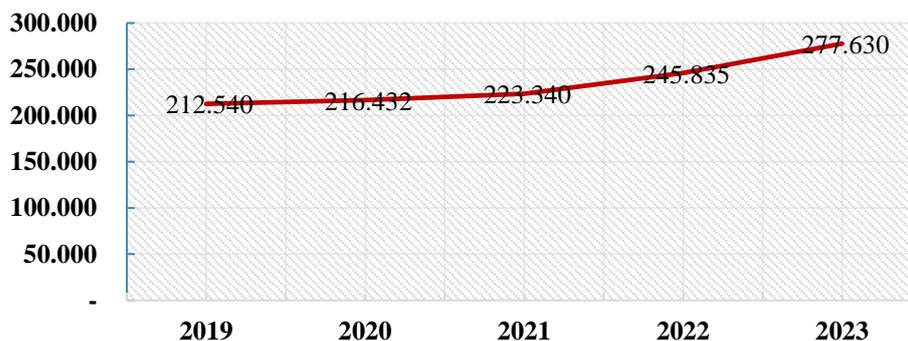
Nota 1: salienta-se que o Programa Auxílio Brasil começou em novembro de 2021 e foi até fevereiro de 2023.

Nota 2: valor real repassado para o Programa Bolsa Família - 2019 a 2023, ajustado com base no IPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2023.

### 3.1 Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O BPC abrange parcela bem menor da população paraense. O gráfico 19 demonstra crescimento constante do número de beneficiários, chegando, em 2023, a 277.630 pessoas que foram favorecidas pelo benefício, diferença de pouco mais de 65 mil pessoas em relação a 2019.

Gráfico 19 – Evolução do número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Pará, 2019–2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.

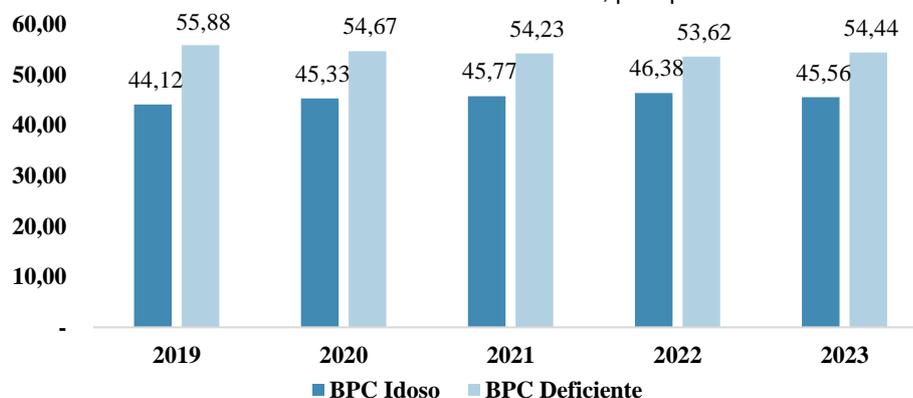
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Ao dividir esse benefício em duas categorias, um destinado às pessoas idosas (BPC Idoso) e outro, às com deficiência (BPC Deficiente), observa-se maior percentual deste último em todos os anos analisados no gráfico 20. No período de 2019 a 2023, o BPC Deficiente ficou em torno de 55%, com pequena diminuição apenas em 2022, quando decresceu para 53,62%; e seu ápice foi em 2019, com



55,88%. Enquanto o BPC Idoso obteve percentual de 45%, com menor índice em 2019 (44,12%) e maior em 2022 (46,38%).

Gráfico 20 – Percentuais de beneficiários do BPC no estado do Pará, por tipo de benefício recebido, 2019–2023.

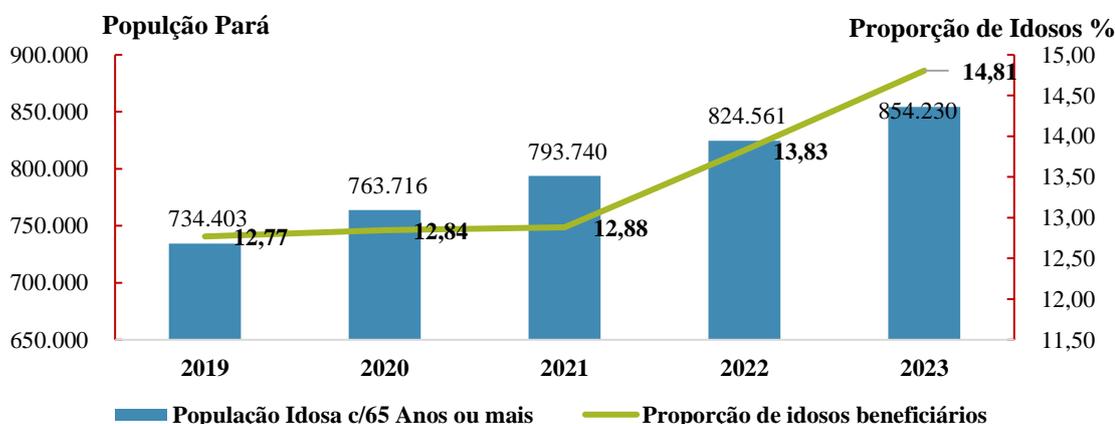


Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

O Pará tinha 14,81% da população idosa com 65 anos ou mais de idade como beneficiária do BPC Idoso em 2023 - o maior índice desde 2019, quando abrangia 12,77% desta população. Esse percentual aparece crescente no decorrer dos anos, como mostra o gráfico 21.

O aumento do número de pessoas beneficiadas pode refletir tanto uma maior abrangência da política que o concede quanto à inserção de mais idosos na categoria de pessoas com baixa renda e que necessitam de auxílio financeiro governamental para sobrevivência, não deixando de refletir que o aditamento mais acelerado da proporção de idosos BPC, a partir de 2021, tem correlação também com a pandemia de Covid-19.

Gráfico 21 – População idosa do Pará com 65 anos ou mais e a proporção de idosos beneficiários do BPC - Idoso, 2019 – 2023.



Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação/ TabNet - 2000 a 2021 – Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE/ IBGE - Censo Demográfico 2022.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: Os dados de 2023 foram estimados a partir dos dados do Tabnet -2000 - 2021 e Censo demográfico 2022.



À guisa de análise por RI, quanto à quantidade da população que recebe qualquer tipo de BPC, a tabela 37 compila os dados referentes a 2019 e 2023, considerando a variação e participação em percentuais. Desse modo, verifica-se maior participação na RI Guajará (36,23%), seguida da RI Baixo Amazonas (9,04%). A menor participação ocorreu nas RIs Tapajós (3,22%) e Lago de Tucuruí (3,36%).

O número de pessoas beneficiárias cresceu em todas as regiões, com prevalência na RI Tapajós, que alcançou variação de 38,89%, acima da registrada no Pará (30,62%). Também demarcaram variações superiores que a do estado as RIs Baixo Amazonas (36,42%), Guajará (34,86%), Rio Capim (31,55%) e Guamá (31,10%). Aquela que apresentou menor variação foi a RI Lago de Tucuruí (14,74%).

Tabela 37 – Números de pessoas beneficiárias do BPC no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.

R. I	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>212.540</b>	<b>277.630</b>	<b>30,62</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	11.986	14.859	23,97	5,35
Baixo Amazonas	18.407	25.110	36,42	9,04
Carajás	14.808	19.098	28,97	6,88
Guajará	74.591	100.591	34,86	36,23
Guamá	18.612	24.401	31,10	8,79
Lago de Tucuruí	8.132	9.331	14,74	3,36
Marajó	9.464	11.762	24,28	4,24
Rio Caeté	11.730	14.353	22,36	5,17
Rio Capim	12.459	16.390	31,55	5,90
Tapajós	6.438	8.942	38,89	3,22
Tocantins	17.038	21.474	26,04	7,73
Xingu	8.875	11.319	27,54	4,08

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Seguindo as mesmas variáveis, porém, especificamente quanto ao BPC Idoso, a tabela 38 informa que este benefício foi destinado a 93.778 e 126.479 pessoas no Pará, em 2019 e 2023, respectivamente, com variação de 34,87% entre os anos. Na distribuição por RI, no ano 2023, a RI Guajará apresentou maior participação (44,07%) e a RI Lago de Tucuruí, a menor (2,39%).

Em relação à variação, de 2019 a 2023, todas as regiões demarcaram elevação no número de beneficiários. A RI Tapajós obteve 48,60% de crescimento, o maior do período, seguida das RIs Guajará (39,99%) e Guamá (36,52%), sendo estas as únicas com variação acima do registrado no Pará. As RIs com menores variações foram Marajó (13,33%) e Lago de Tucuruí (18,31%).



Tabela 38 – Números de pessoas beneficiárias do BPC - Idoso no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.

<b>R. I.</b>	<b>2019</b>	<b>2023</b>	<b>Var. (%) 2019–2023</b>	<b>Part. % 2023</b>
<b>Total Pará</b>	<b>93.778</b>	<b>126.479</b>	<b>34,87</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	5.093	6.827	34,05	5,40
Baixo Amazonas	8.092	10.695	32,17	8,46
Carajás	6.459	8.504	31,66	6,72
Guajará	39.819	55.742	39,99	44,07
Guamá	7.123	9.724	36,52	7,69
Lago de Tucuruí	2.556	3.024	18,31	2,39
Marajó	4.630	5.247	13,33	4,15
Rio Caeté	3.348	4.502	34,47	3,56
Rio Capim	4.869	6.478	33,05	5,12
Tapajós	2.494	3.706	48,60	2,93
Tocantins	6.135	7.978	30,04	6,31
Xingu	3.160	4.052	28,23	3,20

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

A tabela 39 considera os 10 municípios paraenses com maior número de pessoas beneficiárias do BPC Idoso em 2023, com a respectiva variação em relação ao ano de 2019. Belém liderou a lista, com 32,01% de participação, seguida de Ananindeua (8,95%). As participações mais ínfimas foram em Altamira (1,69%) e Abaetetuba (1,82%). Esses 10 municípios somaram 61,05% do total de beneficiários do estado.

Identifica-se com maiores incrementos e variação superior a do Pará os municípios de Breves (55,15%), Castanhal (51,46%), Ananindeua (51,14%), Benevides (48,07%), Itaituba (44,81%) e Belém (37,66%).



Tabela 39 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do BPC – Idoso, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>93.778</b>	<b>126.479</b>	<b>34,87</b>	<b>100,00</b>
Belém	29.411	40.488	37,66	32,01
Ananindeua	7.487	11.316	51,14	8,95
Santarém	4.629	6.174	33,38	4,88
Marabá	3.282	4.148	26,39	3,28
Castanhal	2.602	3.941	51,46	3,12
Breves	1.601	2.484	55,15	1,96
Itaituba	1.714	2.482	44,81	1,96
Benevides	1.581	2.341	48,07	1,85
Abaetetuba	1.772	2.308	30,25	1,82
Altamira	1.702	2.137	25,56	1,69
Outros	37.997	48.660	28,06	38,47

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Na tabela 40, tem-se o agrupamento numeral de beneficiários do BPC Deficiente por RI, nos anos de 2019 e 2023, considerando a variação percentual entre eles e a participação no último ano. Assim como no auxílio destinado aos idosos, o benefício para pessoas com deficiência esteve em maior quantitativo na RI Guajará, com 29,67% de participação em 2023; a segunda maior participação, porém, com percentual bem abaixo, foi na RI Guamá (9,71%). Com o menor número de pessoas beneficiárias esteve a RI Tapajós (3,46%) e a RI Lago de Tucuruí (4,17%).

A variação percentual entre os anos estudados foi de 39,75% na RI Baixo Amazonas, sendo o maior crescimento registrado. Em continuidade, registrou-se a RI Marajó, com elevação de 34,77%. As RIs com variações mais tímidas foram RI Lago de Tucuruí (13,11%) e RI Araguaia (16,52%).



Tabela 40 – Número de pessoas beneficiárias do BPC - deficiente no estado do Pará, por Região de Integração, 2019 e 2023.

R. I.	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>118.762</b>	<b>151.151</b>	<b>27,27</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	6.893	8.032	16,52	5,31
Baixo Amazonas	10.315	14.415	39,75	9,54
Carajás	8.349	10.594	26,89	7,01
Guajará	34.772	44.849	28,98	29,67
Guamá	11.489	14.677	27,75	9,71
Lago de Tucuruí	5.576	6.307	13,11	4,17
Marajó	4.834	6.515	34,77	4,31
Rio Caeté	8.382	9.851	17,53	6,52
Rio Capim	7.590	9.912	30,59	6,56
Tapajós	3.944	5.236	32,76	3,46
Tocantins	10.903	13.496	23,78	8,93
Xingu	5.715	7.267	27,16	4,81

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Atinente aos 10 municípios que mais agregaram beneficiários do BPC Deficiente no Pará (Tabela 41), estes somam, juntos, 49,89% de participação em relação ao total estadual. Belém novamente se posicionou na liderança, com 20,42% dos beneficiários. Posteriormente, esteve o município de Ananindeua (6,82%). As duas últimas colocações do ranking foram de Cametá (1,8%) e Bragança (2,28%).

No âmbito estadual, a variação foi de 27,27%. Todos os municípios listados também sofreram variação positiva, com maior índice registrado em Ananindeua, com 44,74%, superior ao totalizado para o estado. Outros quatro municípios também demarcaram variação acima do Pará, sendo Castanhal (37,29%), Santarém (35,46%), Abaetetuba (29,19%) e Bragança (28,48%). Cametá e Altamira alcançaram menores variações em comparação com as demais cidades do ranking, 9,73% e 18,45%, respectivamente.



Tabela 41 – Ranking dos 10 municípios do estado do Pará com maior número de pessoas beneficiárias do BPC Deficiente, 2019 e 2023.

Municípios	2019	2023	Var. (%) 2019–2023	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>118.762</b>	<b>151.151</b>	<b>27,27</b>	<b>100,00</b>
Belém	24.909	30.860	23,89	20,42
Ananindeua	7.121	10.307	44,74	6,82
Santarém	5.319	7.205	35,46	4,77
Marabá	4.029	4.958	23,06	3,28
Castanhal	3.588	4.926	37,29	3,26
Abaetetuba	2.840	3.669	29,19	2,43
Itaituba	2.900	3.669	26,52	2,43
Altamira	3.068	3.634	18,45	2,40
Bragança	2.686	3.451	28,48	2,28
Cametá	2.486	2.728	9,73	1,80
Outros	59.816	75.744	26,63	50,11

Fontes: VIS DATA/SAGICAD - Secretaria de Avaliação Gestão da Informação.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

## CAPÍTULO 4 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A proteção social é posicionada como o objetivo da assistência social, está prevista na lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e tem como finalidade:

“a garantia à vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção” (BRASIL, 1993).

A organização da assistência social se dá por meio de dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial. A primeira diz respeito aos serviços, programas e benefícios voltados para prevenção de situações de vulnerabilidades e risco social. Para este fim, as ações são voltadas para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como para o desenvolvimento de potencialidades e aquisições (BRASIL, 1993).

A proteção social especial é estabelecida como serviços, programas e projetos voltados para aqueles que já foram vitimizados e objetiva, portanto, “a reconstrução de vínculos familiares e



comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos” (BRASIL, 1993).

Os serviços das proteções sociais básica e especial são ofertados pela rede socioassistencial vinculada ao SUAS e, principalmente, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente.

Neste capítulo, serão abordados dados relacionados à proteção social básica, mais especificamente acerca da distribuição dos CRAS no Pará, o quantitativo na série histórica no estado e Regiões de Integração, bem como a correlação desse numeral de acordo com os grupos de porte dos municípios paraenses.

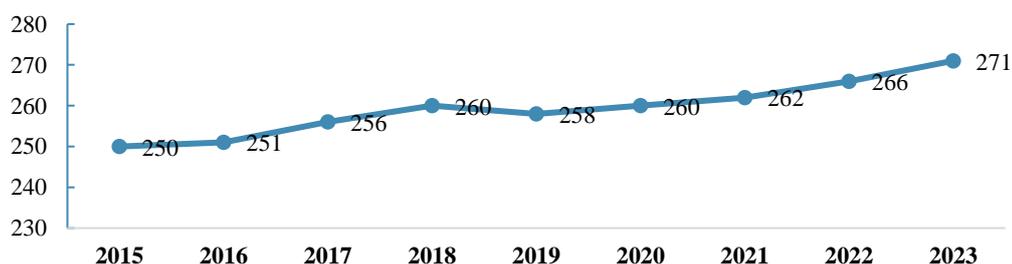
Acerca dos serviços realizados nos CRAS, estão disponíveis referências sobre o Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF), com informações acerca dos atendimentos destinados a famílias de grupos específicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, acampados, extrativistas e agricultores familiares); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com o numeral de atendimentos subdividido por grupos de idade (0 a 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos de idade); e a Proteção Social Básica (PSB) para idosos e pessoas com deficiência.

#### 4.1 Centros de Referência de Assistência Social— CRAS

O CRAS é a principal unidade em que são ofertados os serviços de proteção social básica e é conhecido como a porta de entrada do SUAS, uma vez que é onde as famílias têm o primeiro acesso aos direitos socioassistenciais. O CRAS deve possuir base territorial e estar localizado em áreas de maior vulnerabilidade e risco social.

A evolução do número de CRAS no Pará obteve constante crescimento na série temporal de 2015 a 2023, conforme o gráfico 22, com exceção apenas em 2019, quando o indicador apresentou baixa de dois CRAS em relação ao ano anterior. No primeiro ano analisado, totalizaram 250 CRAS no estado, e no derradeiro somaram 271 CRAS.

Gráfico 22 – Evolução do número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no estado do Pará, 2015–2023.





Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022/Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER - 2023.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Na distribuição dos CRAS por RI, a tabela 42 demonstra que, na maioria das regiões, cresceu o número desse tipo de estabelecimento, quando comparamos o ano 2015 com 2023. As exceções foram a RI Rio Caeté, que permaneceu com 22 CRAS em todos os anos, e a RI Tocantins, que passou de 30 para 28 CRAS.

Considerando apenas o ano de 2023, no comparativo entre as RIs, a Região de Integração Guajará apareceu com maior numeral (37), com acréscimo de seis CRAS em relação aos anos anteriores, quando apresentava 31 desses estabelecimentos. A RI Tocantins esteve em segundo lugar, com 28 CRAS, porém, demarcou retração se comparado aos anos anteriores. No outro extremo, a quantidade mais diminuta de CRAS, em 2023, esteve na RI Tapajós (8) e RI Xingu (14). Ambas tiveram acréscimo de um CRAS no período analisado.

Tabela 42 – Número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por Região de Integração do estado do Pará, 2015 – 2023.

R. I.	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total Pará</b>	<b>250</b>	<b>251</b>	<b>256</b>	<b>260</b>	<b>258</b>	<b>260</b>	<b>262</b>	<b>266</b>	<b>271</b>
Araguaia	16	16	17	18	18	18	18	18	18
Baixo Amazonas	26	26	26	26	26	27	27	27	27
Carajás	21	21	21	21	22	23	24	24	25
Guajará	31	31	31	31	31	31	31	31	37
Guamá	26	26	26	26	26	26	26	27	28
Lago de Tucuruí	16	17	18	19	16	16	17	17	17
Marajó	20	20	20	21	21	21	21	23	24
Rio Caeté	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Rio Capim	22	22	22	22	22	22	22	22	23
Tapajós	7	7	8	8	8	8	8	8	8
Tocantins	30	30	32	33	32	32	32	33	28
Xingu	13	13	13	13	14	14	14	14	14

Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022/ Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda - SEASTER - 2023.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Na subdivisão dos municípios paraenses por porte e sua respectiva quantidade, como estabelece a tabela 43, estiveram, em maioria, os considerados pequeno porte II, que, ao todo, eram 57 municípios desse tipo em 2015 e 62 em 2022, com 43,06% de participação. Seguidamente, estiveram os nomeados pequeno porte I, que eram 43 e 40, na mesma sequência de anos, com 27,78% de participação. A menor participação foi metrópole, correspondente a apenas um município.



Tabela 43 – Número de municípios do estado do Pará por porte, 2015 e 2022.

Porte dos municípios	2015	2022	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>144</b>	<b>144</b>	<b>100,00</b>
Peq. porte I	43	40	27,78
Peq. porte II	57	62	43,06
Médio porte	29	27	18,75
Grande porte	14	14	9,72
Metrópole	1	1	0,69

Fonte: IBGE/Estimativas populacionais - 2015/ IBGE - Censo Demográfico - 2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

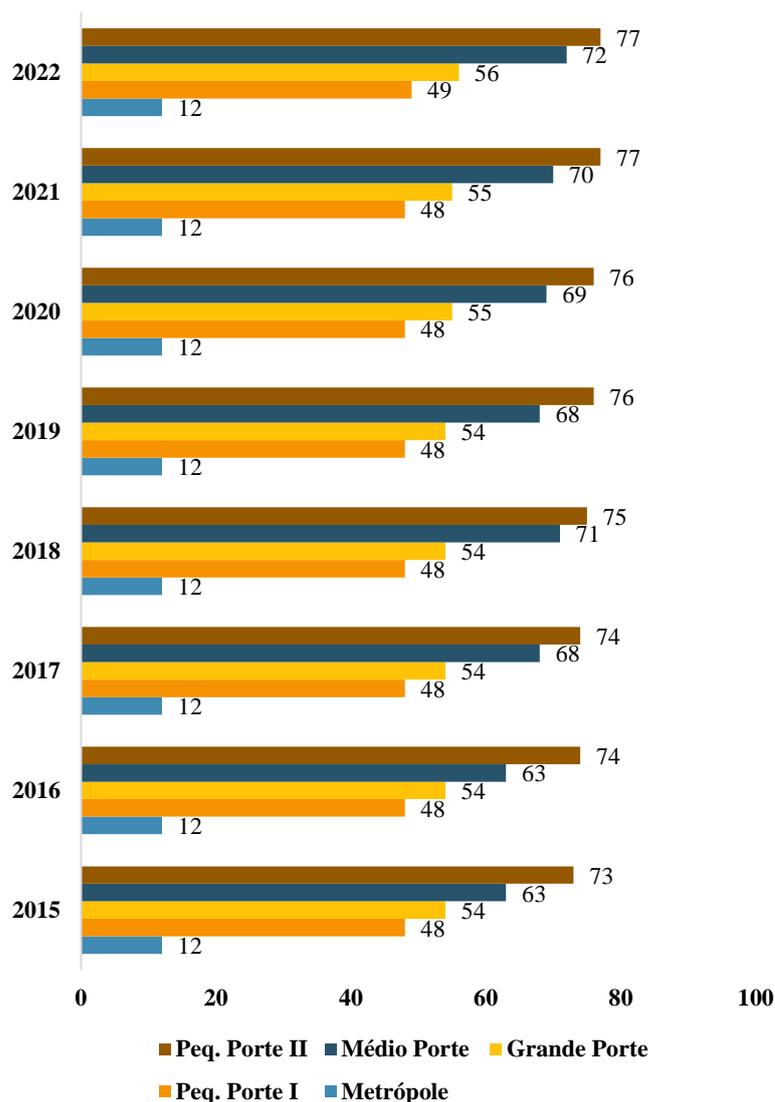
Nota: municípios com até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte I; municípios com 20.001 até 50.000 habitantes são considerados de pequeno porte II; com 50.001 até 100.00 habitantes, de médio porte; e entre 100.001 a 900.000 habitantes são classificados como grande porte.

Uma vez que a delimitação dos municípios por porte considera o número de seus habitantes, a distribuição dos CRAS nos municípios, para maior amplitude no atendimento da população, deveria obedecer a uma correspondência proporcional desses numerais. No entanto, como mostra o gráfico 23, em que as barras estão em escala decrescente do número de CRAS por porte dos municípios, em todos os anos, os de pequeno porte II apresentaram maior número de CRAS, chegando a 77 em 2022, ou seja, cerca 1,2 CRAS para cada município deste porte.

Os municípios de médio porte ficaram na segunda colocação, sendo 72 unidades para 27 municípios em 2022, o que significa 2,6 CRAS por município. Seguindo a ordem, têm-se os municípios de grande porte, que registraram 56 CRAS para 14 municípios, o equivalente a quatro CRAS por município. Seguidamente, vem pequeno porte I, que somou 49 CRAS para 40 municípios. Por fim, o tipo metrópole registrou 12 CRAS para apenas um município; contudo, este município, que é a capital Belém, possui a maior concentração da população do Pará (16%).



Gráfico 23 – Número de CRAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.



Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/ IDCRAS – 2015–2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: municípios com até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte I; municípios com 20.001 até 50.000 habitantes são considerados de pequeno porte II; com 50.001 até 100.00 habitantes, de médio porte; e com 100.001 a 900.000 habitantes são classificados como sendo de grande porte.

Outro dado que se revela também no gráfico 23 é o crescimento mais acelerado do número de CRAS nos municípios de médio porte e de pequeno porte II, em que o primeiro teve acréscimo de quatro CRAS e o segundo, de 9 CRAS entre 2015 e 2022.

É relevante ressaltar que a correlação entre habitantes e porte dos municípios ocorre de forma generalizada. No campo restrito, como vimos anteriormente, a existência do CRAS depende também dos índices de vulnerabilidade e risco social em um determinado território, que podem ocasionar em maior demanda ou necessidade desses centros em municípios com menos habitantes, obedecendo aos requisitos dispostos em normativa específica.

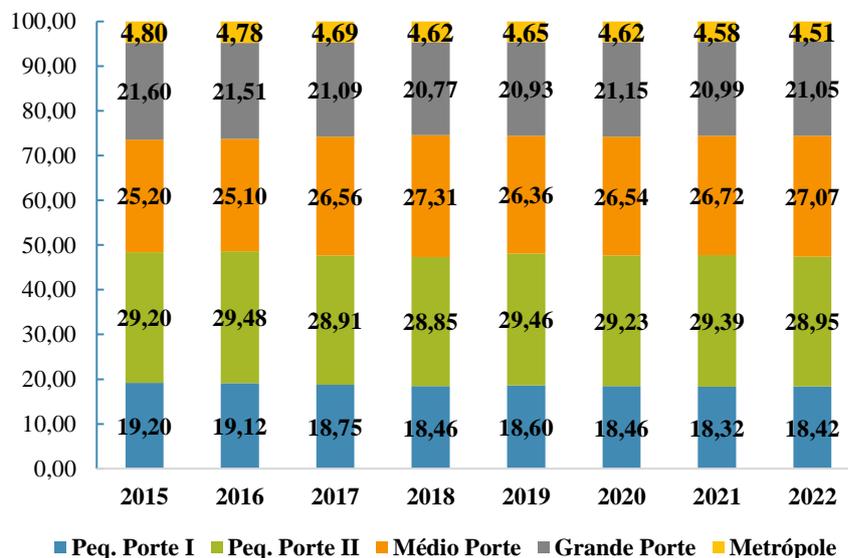


Além disso, deve ser considerada a extensão territorial dos municípios, especialmente os da Amazônia e, especificamente, do Pará, que ainda têm como desafio a expansão de serviços essenciais na realidade geográfica local, marcada com extensa área rural, algumas com difícil acesso, além da locomoção por rios, realidades muito presentes entre os grupos chamados tradicionais. Em alguns contextos, a busca por determinados serviços essenciais é realizada em municípios vizinhos devido à viabilidade de locomoção e não pela proximidade geográfica em si.

O gráfico 24 mostra a distribuição percentual do número de CRAS de acordo com o porte dos municípios, em que podemos perceber que há maior concentração percentual nos municípios de pequeno porte II, que alternou entre 28% e 29% no decorrer dos anos analisados, chegando a 28,95% em 2022, com pequena redução em relação a 2015 (29,2%). Verifica-se que, embora os municípios deste porte tenham demarcado crescimento no numeral (Gráfico 23), decresceram em termos percentuais.

O médio porte foi o segundo grupo com maior percentual de CRAS e o único com variação positiva, saindo de 25,2% (2015) para 27,07% (2022). Este grupo também obteve maior aumento no número de CRAS (Gráfico 23). O grupo pequeno porte I decresceu em termos percentuais, chegando a 18,42% em 2022, variação de -0,78 p.p. em relação a 2015. Os tipos grande porte e metrópole registraram baixa variação - o primeiro permaneceu com média de 21% e o segundo, com 4%.

Gráfico 24 – Percentual do número de CRAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.



Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: municípios com até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte I; municípios com 20.001 até 50.000 habitantes são considerados de pequeno porte II; com 50.001 até 100.00 habitantes, de médio porte; e entre 100.001 a 900.000 habitantes são classificados como sendo de grande porte.



#### 4.1.1 Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF) no Pará, atendimento às famílias nos CRAS, por Regiões de Integração e municípios

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é fundamental para o funcionamento e existência do CRAS. Trata-se de serviços e ações socioassistenciais realizados continuamente, no CRAS, voltados para famílias em situação de vulnerabilidade social com o intuito de evitar o rompimento dos vínculos familiares e a violência.

O PAIF também é voltado para famílias de grupos específicos, como as dispostas na tabela 44. Aquelas que foram atendidas, entre 2022 e 2023, totalizaram 367.442, sendo maioria as pertencentes ao grupo de agricultores familiares (202.880); seguidamente, estiveram as ribeirinhas (101.681). As famílias com atendimentos mais diminutos foram as de ciganos (104) e acampados (5.291).

Quando se observa a distribuição dos atendimentos por RI, obtém-se maior concentração das famílias atendidas na RI Tocantins (69.818), que segue a tendência do Pará com concentração majoritária de seus atendimentos para ribeirinhos (26.002) e agricultores familiares (24.201). Minoritariamente, nesta região, foram atendidos os grupos de ciganos (7) e indígenas (54).

A segunda região com maior número de atendimentos familiares foi a RI Baixo Amazonas (62.476), atendendo majoritariamente os grupos de agricultores familiares (41.033) e ribeirinhos (11.511). Seguidamente, esteve a RI Marajó (60.161), com atendimentos, em sua maioria, às famílias de ribeirinhos (48.076) e quilombolas (4.553).

Tabela 44 – Acumulado do número de famílias atendidas em grupos do PAIF, considerando o grupo específico, por Região de Integração do Pará, 2022–2023.

Região	Indígenas	Quilombolas	Ribeirinhos	Ciganos	Acampados	Extrativistas	Agricultores familiares	Total Geral
<b>Total Pará</b>	<b>10.613</b>	<b>28.545</b>	<b>101.681</b>	<b>104</b>	<b>5.291</b>	<b>18.328</b>	<b>202.880</b>	<b>367.442</b>
Araguaia	1227	12	160	0	1432	140	3660	<b>6.631</b>
Baixo Amazonas	2429	4849	11511	3	84	2567	41033	<b>62.476</b>
Carajás	687	7	558	10	2554	389	4591	<b>8.796</b>
Guajará	197	1010	6146	24	27	1674	3572	<b>12.650</b>
Guamá	60	1546	416	6	16	1126	29306	<b>32.476</b>
Lago de Tucuruí	559	327	636	5	529	322	8880	<b>11.258</b>
Marajó	3	4553	48076	4	3	3148	4374	<b>60.161</b>
Rio Caeté	140	1527	174	1	4	749	32127	<b>34.722</b>
Rio Capim	427	2960	1575	22	479	138	27831	<b>33.432</b>
Tapajós	3464	4	2292	2	9	91	7007	<b>12.869</b>
Tocantins	59	11736	26002	7	125	7688	24201	<b>69.818</b>
Xingu	1361	14	4135	20	29	296	16298	<b>22.153</b>

Fonte: Relatório de Informação/ MDS - dados coletados em 2024.

Elaboração: Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

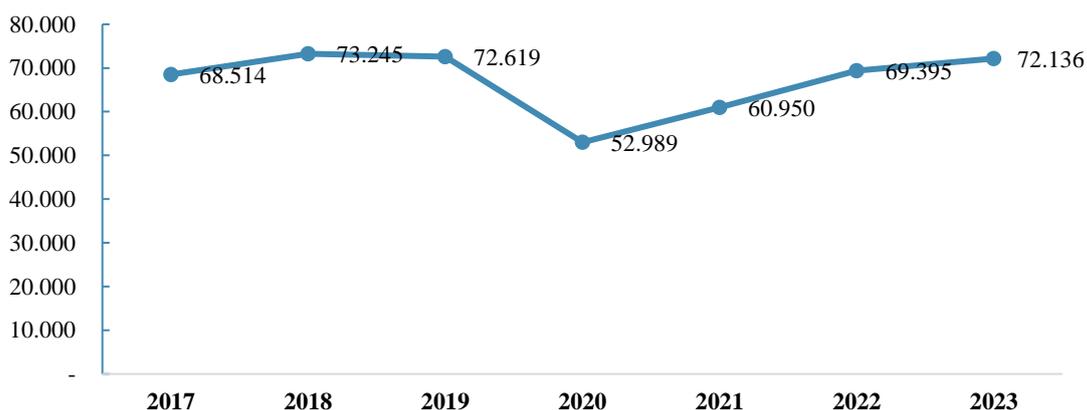


#### 4.1.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

De acordo com a resolução nº 109/2009, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado por grupos de acordo com o ciclo de vida, de maneira a garantir serviços e aquisições progressivas e fornecer o trabalho social completo para as famílias, prevenindo os riscos sociais. Este serviço está articulado com o PAIF e prevê ações intergeracionais e heterogeneidade, considerando a composição dos grupos por sexo, etnia, raça, a presença de pessoas com deficiência e outros.

O SCFV destinado a crianças de 0 a 6 anos de idade, no Pará, conforme a linha temporal expressa no gráfico 25 e em relação ao número de atendimentos, apresentou crescimento entre 2017 e 2018. Em 2019, iniciou retração, com maior baixa em 2020, quando registrou 52.989 atendimentos, período marcado pela pandemia global de Covid-19. Contudo, observa-se crescimento constante nos anos posteriores, chegando a 72.136 atendimentos no último ano analisado.

Gráfico 25 – Evolução do número de atendimentos a crianças de 0 a 6 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Pará, 2017–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

Quando destacamos a quantidade de atendimentos por RI, considerando somente o ano de 2023, nota-se maior participação na RI Tocantins (20,47%), seguida das RIs Marajó (13%), Guamá (10,63%) e Lago de Tucuruí (10,37%). As RIs com o menor número de atendimentos foram Tapajós (2,02%), Araguaia (3,3%) e Xingu (3,3%), de acordo com a disposição da tabela 45.

Quando comparados os dois últimos anos (2022 e 2023), vê-se que apenas metade das RIs aumentou o número de atendimentos, estando as maiores variações percentuais na RI Xingu (167,38%), RI Guamá (34,56%) e RI Lago de Tucuruí (26,04%). No outro extremo, dentre as regiões que diminuíram os atendimentos, estão, com maior variação negativa, RI Marajó (-22,6%), RI Baixo Amazonas (-20,44%) e RI Tapajós (-16,65%).



Tabela 45 – Número de atendimentos a crianças de 0 a 6 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022–2023.

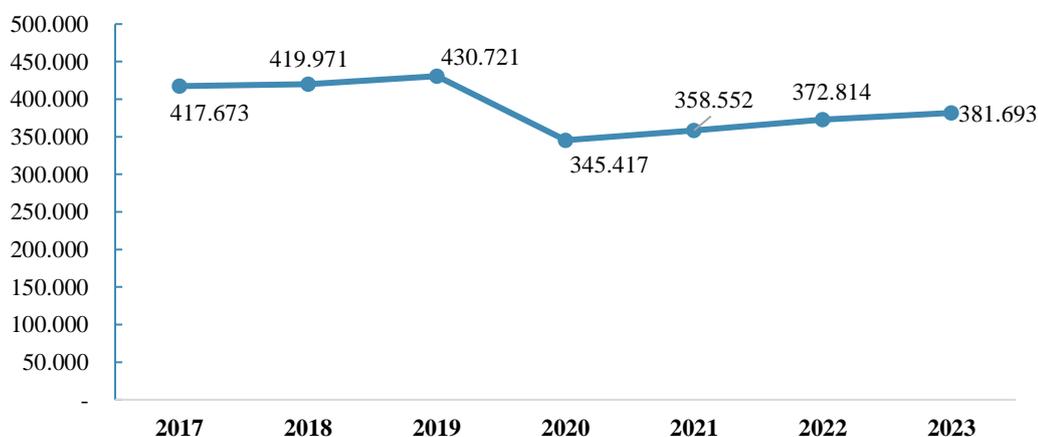
R. I.	2022	2023	Var.% (2022-2023)	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>69.395</b>	<b>72.136</b>	<b>3,95</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	2.662	2.381	-10,56	3,30
Baixo Amazonas	5.748	4.573	-20,44	6,34
Carajás	5.862	4.935	-15,81	6,84
Guajará	5.750	6.407	11,43	8,88
Guamá	5.701	7.671	34,56	10,63
Lago de Tucuruí	5.936	7.482	26,04	10,37
Marajó	12.116	9.378	-22,60	13,00
Rio Caeté	3.986	4.304	7,98	5,97
Rio Capim	6.419	6.405	-0,22	8,88
Tapajós	1.748	1.457	-16,65	2,02
Tocantins	12.578	14.766	17,40	20,47
Xingu	889	2.377	167,38	3,30

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

Concernente à quantidade de atendimentos de SCFV às crianças de 7 a 14 anos de idade, a linha temporal de 2017 a 2023 também apresentou declínio significativo em 2020, quando foram registrados 345.417 atendimentos no Pará, diferença de 85.304 atendimentos em comparação a 2019 (430.721). Posteriormente, houve decréscimo gradual até 2023, alcançando 381.693 atendimentos (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Evolução do número de atendimentos a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Pará, 2017–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.



Na distribuição por RI, a tabela 46 demonstra que os atendimentos no SCFV de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, em 2023, foram majoritários na RI Tocantins, com participação de 18,07%, seguida da RI Rio Capim (11,63%) e RI Rio Caeté (10,24%). As regiões com menor numeral de atendimentos e, portanto, de participação percentual, foram RIs Tapajós (2,6%) e Lago de Tucuruí (4,18%).

Na variação entre os anos de 2022 e 2023, foram maioria as RIs que conseguiram aumentar o número de atendimentos, com destaque para a RI Xingu, que obteve maior variação (30,06%). Apenas cinco RIs sofreram diminuição no indicador, com maior percentual na RI Lago de Tucuruí (-16,74%) e na RI Araguaia (-15,2%).

Tabela 46 – Número de atendimentos a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.

R. I.	2022	2023	Var.% (2022-2023)	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>372.814</b>	<b>381.693</b>	<b>2,38</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	26.892	22.805	-15,20	5,97
Baixo Amazonas	30.704	34.118	11,12	8,94
Carajás	21.914	19.186	-12,45	5,03
Guajará	29.829	31.379	5,20	8,22
Guamá	33.779	34.307	1,56	8,99
Lago de Tucuruí	19.150	15.945	-16,74	4,18
Marajó	33.680	33.512	-0,50	8,78
Rio Caeté	38.666	39.071	1,05	10,24
Rio Capim	45.886	44.388	-3,26	11,63
Tapajós	8.878	9.931	11,86	2,60
Tocantins	61.853	68.981	11,52	18,07
Xingu	21.583	28.070	30,06	7,35

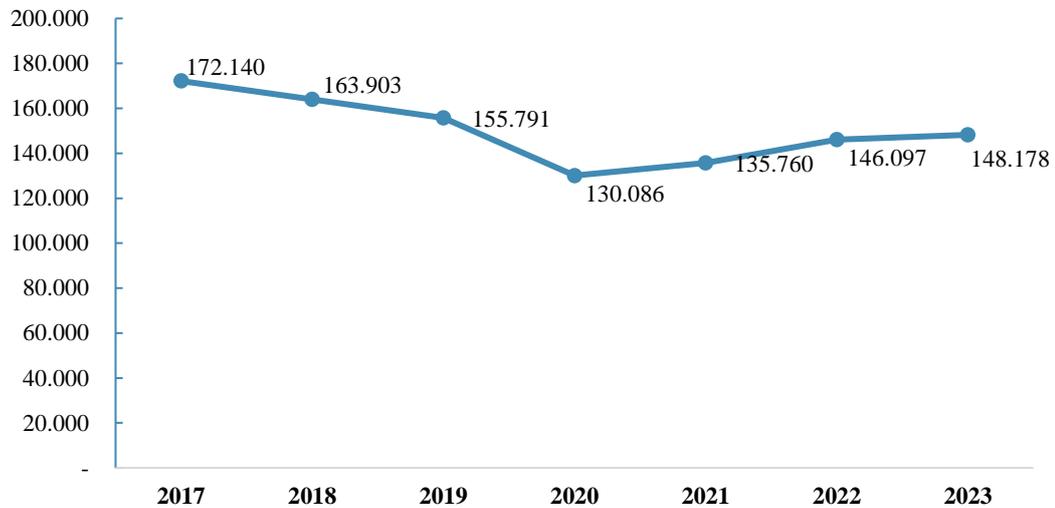
Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

No que se refere à evolução do número de atendimentos de SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos de idade, ilustrado no gráfico 27, a retração foi ainda maior se comparado aos grupos de idade analisados anteriormente. A série histórica demonstra diminuição sucessiva dos atendimentos de 2017 (172.140) a 2020 (130.086), contabilizando 42 mil a menos entre esses anos. A partir de 2021, inicia-se uma fase de crescimento gradual, com variação de 18.092 atendimentos de 2020 (130.086) a 2023 (148.178).



Gráfico 27 – Evolução do número de atendimentos a adolescentes de 15 a 17 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Pará, 2017–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

A análise dos dados por RI, quanto aos atendimentos de SCFV a adolescentes de 15 a 17 anos de idade, em 2023, mostra maior numeral na RI Tocantins, acusando participação de 14,53%. Em seguida, têm-se a RI Rio Caeté (13,89%) e a RI Guamá (12,39%). Com as mais baixas participações estiveram as RIs Tapajós (1,77%), Lago de Tucuruí (3,63%) e Carajás (3,76%), como disposto na tabela 47.

Considerando a evolução desse numeral, o Pará registrou pequena variação de 1,42%. Entre as RIs, apenas cinco regiões variaram positivamente, ou seja, aumentaram o número de atendimentos, sendo a maior variação na RI Xingu (18,93%), seguida da RI Rio Caeté (12,87%) e RI Tocantins (12,24%). Dentre as sete RIs que declinaram o indicador, a RI Lago de Tucuruí aparece com maior percentual negativo (-22,26%). Posteriormente, ordena-se a RI Tapajós (-16,08%) e a RI Rio Capim (13,01%).

A comparação dos números de atendimentos de SCFV por grupos de idades (tabelas 45, 46 e 47), considerando os dados do ano de 2023, permite verificar que houve mais atendimentos no grupo de 7 a 14 anos (381.693). Seguidamente, estiveram os indivíduos de 15 a 17 anos (148.178) e de 0 a 6 anos (72.136). Contudo, quando recorremos aos dados de variação, o grupo de 0 a 6 anos foi o que mais aumentou o número de atendimentos (3,95%), em posição posterior foi o de 7 a 14 anos (2,38%) e, em seguida, o de 15 a 17 anos (1,4%).



Tabela 47 – Número de atendimentos a adolescentes de 15 a 17 anos de idade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.

R. I.	2022	2023	Var.% (2022-2023)	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>146.097</b>	<b>148.178</b>	<b>1,42</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	10.773	9.441	-12,36	6,37
Baixo Amazonas	11.648	12.943	11,12	8,73
Carajás	6.187	5.565	-10,05	3,76
Guajará	13.983	13.601	-2,73	9,18
Guamá	16.550	18.362	10,95	12,39
Lago de Tucuruí	6.915	5.376	-22,26	3,63
Marajó	14.697	14.038	-4,48	9,47
Rio Caeté	18.230	20.576	12,87	13,89
Rio Capim	16.836	14.645	-13,01	9,88
Tapajós	3.129	2.626	-16,08	1,77
Tocantins	19.178	21.525	12,24	14,53
Xingu	7.971	9.480	18,93	6,40

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

Em relação aos centros de convivência destinados a pessoas idosas, são espaços que promovem atividades culturais, esportivas e sociais em grupos a essas pessoas com idade a partir de 60 anos. São administrados pelo poder público municipal e estão vinculados aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Dessa forma, observa-se, na tabela 48, que tanto em 2022 quanto em 2023 as Regiões de Integração que apresentaram os maiores números de acompanhamentos a pessoas idosas em serviços de convivência para idosos foram as regiões do Guajará e Xingu, sendo, porém, ínfimos esses números de acompanhamentos, tendo em vista que, em 2022, a RI Guajará apresentou apenas 17 registros, bem como em 2023, como se observa na tabela. Já a RI Xingu apresentou, em 2022, somente nove e, em 2023, apenas 12. Logo, é notória a deficiência desse serviço no estado, tendo em vista a pouca visibilidade através dos dados.



Tabela 48 – Número de centros de convivência para idosos, por Região de Integração do estado do Pará, 2022 – 2023.

R. I.	2022	2023	Var.% 2022 - 2023	Part. % 2023
<b>Total Pará</b>	<b>53</b>	<b>58</b>	<b>9,43</b>	<b>100</b>
Araguaia	3	3	0	5,17
Baixo Amazonas	5	6	20	10,34
Carajás	5	5	0	8,62
Guajará	17	17	0	29,31
Marajó	1	1	0	1,72
Rio Caeté	2	3	50	5,17
Rio Capim	6	6	0	10,34
Tapajós	2	2	0	3,45
Tocantins	3	3	0	5,17
Xingu	9	12	33,33	20,69

Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social - Censo SUAS – Bases e Resultados, 2022 e 2023/SEASTER - 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER 2024 e SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social - Censo SUAS – Bases e Resultados, 2022 e 2023.

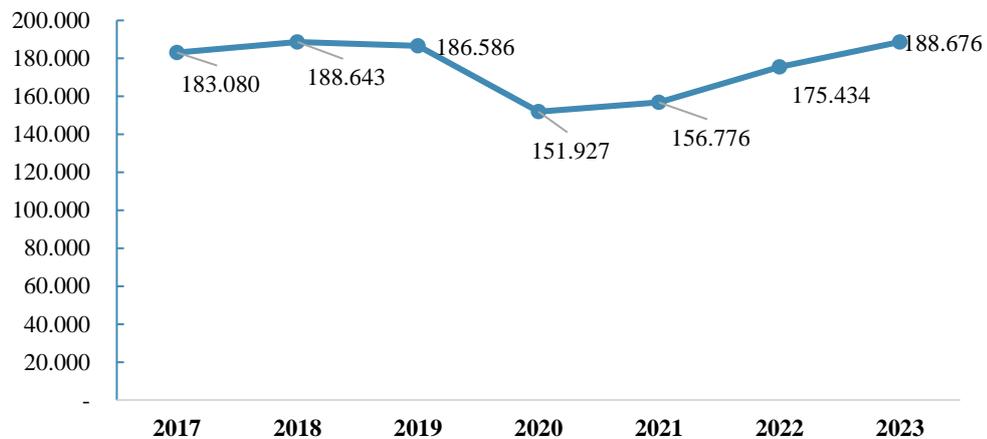
#### 4.1.3 Proteção Social Básica (PSB) a idosos e pessoas com deficiência

A Proteção Social Básica (PSB) específica para idosos e pessoas com deficiência (PCD) objetiva, além de prevenir o rompimento de vínculos familiares e sociais, garantir direitos e desenvolver mecanismos de inclusão social, equiparação de oportunidades e participação, bem como desenvolver a autonomia desse público para prevenir situações de risco, exclusão e isolamento. Este serviço deve promover o acesso de idosos e PCDs a toda a rede assistencial e aos serviços de outras políticas, como educação, trabalho, saúde, transporte, lazer, acessibilidade, habilitação e reabilitação, e defesa de direitos (Resolução nº 109/2009).

Os atendimentos da PSB direcionados aos idosos, no Pará, que vinham em trajetória ascendente desde 2017, também declinaram em 2020, sofrendo diminuição de 34.659 atendimentos em relação a 2019. Nos anos seguintes, houve elevação sucessiva no indicador, chegando, em 2023, a 188.676 atendimentos, diferença de 36.749 em relação a 2020 (151.927) e de 5.596 em relação a 2017 (183.080) (Gráfico 28)



Gráfico 28 – Evolução do número de atendimentos à pessoa idosa no serviço de Proteção Social Básica (PSB) – Pará, 2017–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

A desagregação do quantitativo de atendimentos da PSB à pessoa idosa por RI mostra que a Região de Integração Guajará foi a região que concluiu mais atendimentos (24.179), equivalente a 12,82% de participação. Respectivamente, estiveram as RIs Guamá (12,36%) e Baixo Amazonas (11,89%). As regiões com os menores números de atendimentos foram as RIs Tapajós e Lago de Tucuruí, com 2,32% e 4,7% de participações, na mesma ordem (Tabela 49).

A variação percentual desse indicador, entre os anos de 2022 e 2023, no Pará, foi de 7,55%. Na análise por RI, seis regiões alcançaram variações superiores a registrada no estado, estando em destaque, com maior percentual, as RIs Tocantins (28,04%), Carajás (14%) e Guamá (11,54%). Apenas duas regiões apresentaram variações negativas, RI Tapajós (-0,43%) e RI Araguaia (-2,21%).



Tabela 49 – Número de atendimentos à pessoa idosa no serviço de Proteção Social Básica (PSB), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.

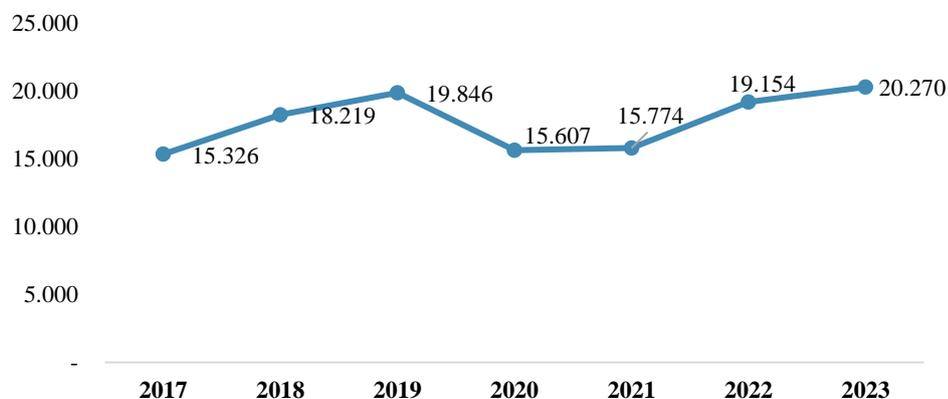
R. I.	2022	2023	Var.% (2022-2023)	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>175.434</b>	<b>188.676</b>	<b>7,55</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	17.591	17.203	-2,21	9,12
Baixo Amazonas	20.625	22.438	8,79	11,89
Carajás	10.076	11.487	14,00	6,09
Guajará	24.090	24.179	0,37	12,82
Guamá	20.916	23.329	11,54	12,36
Lago de Tucuruí	8.426	8.871	5,28	4,70
Marajó	13.172	13.460	2,19	7,13
Rio Caeté	13.142	14.205	8,09	7,53
Rio Capim	20.174	22.130	9,70	11,73
Tapajós	4.400	4.381	-0,43	2,32
Tocantins	12.177	15.591	28,04	8,26
Xingu	10.645	11.402	7,11	6,04

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

O trajeto histórico anual do Pará quanto aos atendimentos de PSB destinados a pessoas com deficiência, consoante o gráfico 29, apresentou comportamento semelhante ao dos idosos, com elevação do índice entre 2017 (15.326) e 2019 (19.846) e declínio em 2020 (15.607). Consecutivamente, a evolução foi crescente, demarcando 20.270 em 2023, diferença de 4.663 atendimentos em relação a 2020 e de 4.944 em comparação com o ano de 2017.

Gráfico 29 – Evolução do número de atendimentos à pessoa com deficiência no serviço de Proteção Social Básica (PSB) – Pará, 2017–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.



A tabela 50 mostra que, em termos de participação, de acordo com as 12 RIs do estado, a RI Guamá (13,15%) e a RI Baixo Amazonas (12,51%) registraram maior índice. E com menor participação estiveram a RI Tapajós (1,49%) e a RI Lago de Tucuruí (3,68%). A variação do número de atendimentos da PSB a deficientes foi de 5,83% no Pará, percentual alcançado pela maioria das RIs, com ênfase na RI Xingu (49,96%) e na RI Baixo Amazonas (30,05), que alcançaram maiores índices. Contabiliza-se 3 RIs com variação negativa, RI Tapajós (-57,76%), RI Marajó (-24,18%) e RI Tocantins (-14,89%).

Tabela 50 – Número de atendimentos à pessoa deficiente no serviço de Proteção Social Básica (PSB), por Região de Integração do Pará, 2022 – 2023.

R. I	2022	2023	Var.% (2022- 2023)	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>19.154</b>	<b>20.270</b>	<b>5,83</b>	<b>100,00</b>
Araguaia	1.996	2.215	10,97	10,93
Baixo Amazonas	1.950	2.536	30,05	12,51
Carajás	896	976	8,93	4,81
Guajará	1.906	2.270	19,10	11,20
Guamá	2.608	2.666	2,22	13,15
Lago de Tucuruí	686	746	8,75	3,68
Marajó	1.803	1.367	-24,18	6,74
Rio Caeté	1.666	1.826	9,60	9,01
Rio Capim	1.114	1.323	18,76	6,53
Tapajós	715	302	-57,76	1,49
Tocantins	2.585	2.200	-14,89	10,85
Xingu	1.229	1.843	49,96	9,09

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, março/2024.

## CAPÍTULO 5 - PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (PMSC)

### 5.1 Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS

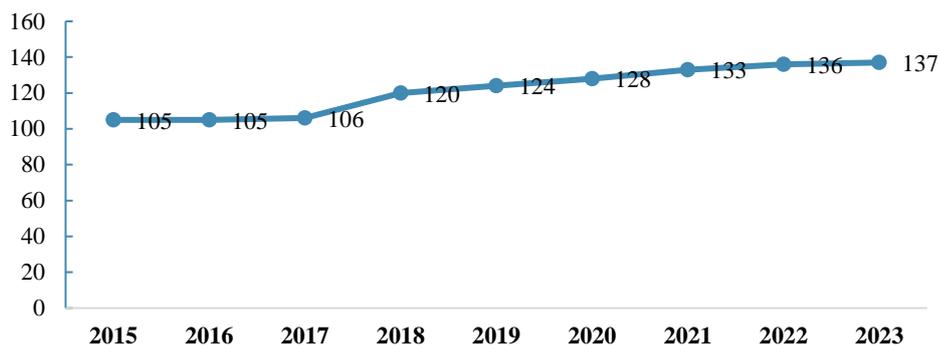
É importante compreender primeiramente que os CREAS são unidades públicas da política de assistência social que buscam oferecer apoio a crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de maus-tratos, violência física, psíquica e sexual, negligência, exploração sexual, abandono, ameaças, discriminação em decorrência de orientação sexual e/ou raça/etnia, situação de rua e mendicância, e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida.



A partir desta compreensão, podemos verificar, através do gráfico – 33 que o Pará tem demonstrado ampliação de sua rede de apoio a indivíduos e famílias em risco social e pessoal em seu território, pois como se observa no gráfico, os números de CREAS implantados no estado, cresceu de maneira consecutiva entre os anos de 2015 e 2023.

O gráfico 33 também demonstra que em 2018, foi o ano que ocorreu maior expansão dos serviços de Média Complexidade no estado, quando se observa que os números de Centros de Referência Especializados de Assistência Social no Pará passaram de 106 para 120, ou seja, em um único ano foram implantados 14 CREAS, o que representou um crescimento percentual de 13,21% nos números de equipamentos dessa natureza no estado, diferentemente dos demais anos que apesar de terem demonstrado crescimentos, estes ficaram em torno de 0,71% a 3,91% no máximo, o que significou ampliações em torno de 1 a 5 CREAS ao ano.

Gráfico 30 – Evolução do número de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no estado do Pará, 2015–2023.



Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022/Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER - 2023.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Outro fato importante para se ressaltar é o fato de que, segundo as orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, através do livreto de perguntas e respostas CREAS da Assistência Social – 2011, para que os CREAS fossem implantados, deveria se adotar alguns parâmetros populacionais, tais como:

- Municípios com até 20.000 habitantes, considerados de Pequeno Porte I, deveriam direcionar seus atendimentos aos CREAS regionais ou somente implantar 01 CREAS, quando a demanda local justificar a sua necessidade;
- Já nos municípios de Pequeno Porte II, com 20.001 a 50.000 habitantes; Médio Porte, com 50.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte e Metrôpoles, com número de habitantes a partir de 100.001 deve haver pelo menos 1 CREAS.



Dessa forma, com relação a evolução e distribuição dos serviços de média complexidade por Região de Integração do estado do Pará, no período de 2015 a 2023, descritos pela tabela – 51, nota-se uma certa harmonia na implantação e distribuição dos Equipamentos dos CREAS no estado do Pará tendo em vista as seguintes questões:

Tabela 51 – Número de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará, 2015–2023.

R. I	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Total Pará</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>106</b>	<b>120</b>	<b>124</b>	<b>128</b>	<b>133</b>	<b>136</b>	<b>137</b>
Araguaia	8	8	8	11	11	11	11	11	11
Baixo Amazonas	6	6	7	9	9	10	11	11	12
Carajás	6	6	6	8	9	10	10	11	11
Guajará	10	10	10	10	10	10	11	11	11
Guamá	11	11	11	14	14	15	15	15	15
Lago de Tucuruí	6	6	6	6	6	6	7	7	7
Marajó	14	14	14	14	15	16	16	16	16
Rio Caeté	8	8	8	11	11	11	13	15	15
Rio Capim	14	14	14	14	15	15	15	15	15
Tapajós	4	4	4	4	5	5	5	5	5
Tocantins	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Xingu	8	8	8	9	9	9	9	9	9

Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022/Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER - 2023.  
Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

➤ **R.I Araguaia:**

A região do Araguaia, por exemplo, com 15 municípios, sendo 8 de pequeno porte I, 3 de pequeno porte II e 4 de Médio Porte, ampliou sua rede de CREAS de 8, em 2015 para 11 em 2023, ou seja, dos 15 municípios existentes nessa região, somente 4 municípios de Pequeno porte I (Bannach, Pau D'Arco, Santa Maria das Barreiras e Sapucaia) não possuíam CREAS em 2023. Logo esta região está com cerca de 73,33% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

➤ **R.I Baixo Amazonas:**

A região do Baixo Amazonas, possui 13 municípios, sendo 4 de pequeno porte I, 3 de pequeno porte II, 5 de Médio Porte e apenas 1 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 6 em 2015 para 12 em 2023, ou seja, dos 15 municípios existentes nessa região, somente 1 município de Médio Porte (Monte Alegre) não possuía CREAS em 2023. Logo esta região está com 92,31% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.



➤ **R.I Carajás:**

A região do Carajás, composta por 12 municípios, sendo 6 de pequeno porte I, 3 de pequeno porte II, 1 de Médio Porte e 2 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 6, em 2015 para 11 em 2023, ou seja, dos 12 municípios existentes nessa região, somente 1 município de Pequeno Porte I (Piçarra) não possuía CREAS em 2023. Logo esta região está com 91,67% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

➤ **R.I Guajará:**

Já a região do Guajará, composta por 5 municípios, sendo 1 de pequeno porte II, 1 de Médio Porte e 2 de Grande Porte e 1 Metrópole (Belém), ampliou sua rede de CREAS de 10, em 2015 para 11 em 2023, sendo que destes 11 equipamentos implantados, 5 deles se encontram no município de Belém, fato este explicado pela grande população existente nesse município. Logo esta região apresentou uma cobertura de 220%.

➤ **R.I Guamá:**

A região do Guamá, composta por 18 municípios, sendo 7 de pequeno porte I, 7 de pequeno porte II, 3 de Médio Porte e 1 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 11, em 2015 para 15 em 2023, ou seja, dos 18 municípios existentes nessa região, apenas 3 municípios de Pequeno Porte I (Colares, Inhangapi e Terra Alta) não possuía CREAS em 2023. Logo esta região está com 83,33% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

➤ **R.I Lago do Tucuruí:**

A região do Lago do Tucuruí, composta por 7 municípios, sendo 1 de pequeno porte I, 4 de pequeno porte II e 1 de Médio Porte, ampliou sua rede de CREAS de 6, em 2015 para 7 desde 2021, quando alcançou 100% de cobertura de seus municípios.

➤ **R.I Marajó:**

A região do Marajó por exemplo, composta por 17 municípios, desde 2022, através do decreto N° 2.129, de 20 de janeiro de 2022 que Incluiu o Município de Oeiras do Pará na Região de Integração do Marajó que antes era composta de apenas 16 municípios, sendo que deste total de municípios dessa região 1 é de pequeno porte I, 14 são de pequeno porte II, 1 de Médio Porte e 1 de Grande Porte. Essa região também ampliou sua rede de CREAS, pois passou de 14, em 2015 para 16 em 2023, ou seja, dos 17 municípios existentes nessa região em 2023, somente 1 município de Pequeno Porte I (Santa Cruz do Arari) não possuía CREAS. Logo esta região está com 94,12% de seus municípios estão cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.



➤ **R.I Rio Caeté:**

Na região do Rio Caeté, que possui 15 municípios, sendo 7 de pequeno porte I, 5 de pequeno porte II, 2 de Médio Porte e 1 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 8, em 2015 para 15 em 2023, apresentando assim 100% de seus municípios com pelo menos 1 CREAS.

➤ **R.I Rio Capim:**

Já a região do Rio Capim, que possui 16 municípios, sendo 2 de pequeno porte I, 9 de pequeno porte II, 4 de Médio Porte e 1 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 14, em 2015 para 15 em 2023, ou seja, dos 16 municípios existentes nessa região, somente 1 município de Pequeno Porte I (Abel Figueiredo) não possuía CREAS em 2023. Logo esta região está com 93,75% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

➤ **R.I Tapajós:**

Na região do Tapajós, onde existem 6 municípios, sendo 1 de pequeno porte I, 4 de pequeno porte II e 1 de Grande Porte, a ampliação de sua rede de CREAS passou de 4, em 2015 para 5 em 2023, ou seja, dos 6 municípios existentes nessa região, somente 1 município de Pequeno Porte II (Trairão) não possuía CREAS em 2023. Logo esta região está com 83,67% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

➤ **R.I Tocantins:**

A região do Tocantins, possui atualmente 10 municípios, devido ao decreto Nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, quando deixou de incluir em seu território o município de Oeiras do Pará. Nela, também estão contidos 2 municípios de pequeno porte II, 5 de Médio Porte e 3 de Grande Porte, além disso, essa região conta 11 CREAS em seu território desde 2015, ultrapassando 100% de cobertura de seus municípios.

➤ **R.I Xingu:**

A região do Xingu, composta por 10 municípios, sendo 2 de pequeno porte I, 7 de pequeno porte II e 1 de Grande Porte, ampliou sua rede de CREAS de 8, em 2015 para 9 desde 2018, ou seja, dos 10 municípios existentes nessa região, somente 1 município de Pequeno Porte II (Senador José Porfírio) não possuía CREAS até 2023. Logo esta região está com 90% de seus municípios cobertos pelos atendimentos de Média Complexidade.

Assim sendo, dos 144 municípios do estado do Pará, somente 13 não possuem equipamentos de CREAS.

Outra questão para se destacar, também está no fato de como se deu a implantação desses CREAS no estado do Pará, ao longo de 2015 a 2022, por porte de município.

No gráfico 31, nota-se por exemplo, que no período de 2015 a 2022 os equipamentos de Média complexidade (CREAS) foram implantados prioritariamente em municípios de Pequeno Porte II e de Médio Porte, fato este verificado, quando se nota que do total de CREAS implantados no estado a cada

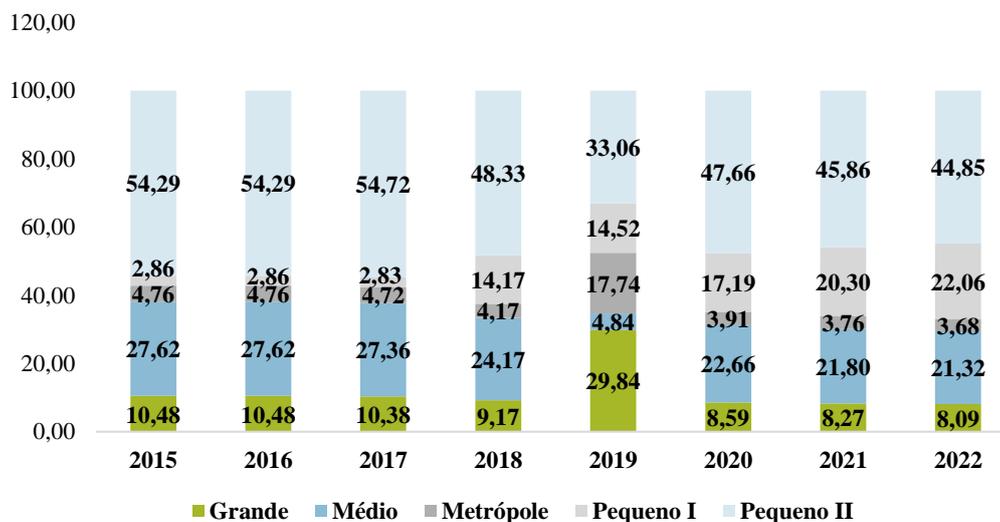


ano, cerca de 54% a 45% deles foram implantados em municípios de Pequeno Porte II e cerca de 28% a 21%, em municípios de Médio Porte, dado este que obedece aos parâmetros populacionais orientados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, quanto a maneira prioritária de se implantar os CREAS nos estados brasileiros.

No entanto, no gráfico também se observa que desde 2018 os números de CREAS no estado vem apresentando expansões significativas e, em especial, em municípios de Pequeno Porte I, quando se nota, por exemplo que os percentuais de CREAS implantados em municípios de Pequeno Porte I passou de 2,83% em 2017 para 14,17% em 2018 e em 2022 chegou a 22,06%, tornando cada vez mais evidente o processo de universalização dos serviços de média complexidade no estado do Pará.

Além disso, é importante frisar que esse processo de universalização destes equipamentos no estado, traz como consequência a ampliação da promoção de garantia de direitos a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e de pessoas e famílias vítimas de negligência, violência física, psicológica, abuso e exploração sexual, entre outras.

Gráfico 31 – Percentual do número de CREAS, por porte do município – Pará, 2015–2022.



Fonte: SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social/IDCRAS – 2015–2022.

Elaboração: CES/FAPESPA, 2024.

Nota: municípios com até 20.000 habitantes são considerados porte pequeno I; municípios com 20.001 até 50.000 habitantes são considerados de porte pequeno II; com 50.001 até 100.00 habitantes, de médio porte; e os com entre 100.001 a 900.000 habitantes são classificados como sendo de grande porte.

No gráfico 32, observa-se por exemplo, os números de Crianças e Adolescentes vítimas de abuso sexual, por sexo e grupo de faixa etária, atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS do Pará, no período de 2022 para 2023. Nele, pode-se verificar que em geral os CREAS do Pará, em 2022 atenderam 2.794 casos de abuso sexual sofridos por crianças e adolescentes, enquanto em 2023 houve uma redução desses números para 2.103, uma queda de

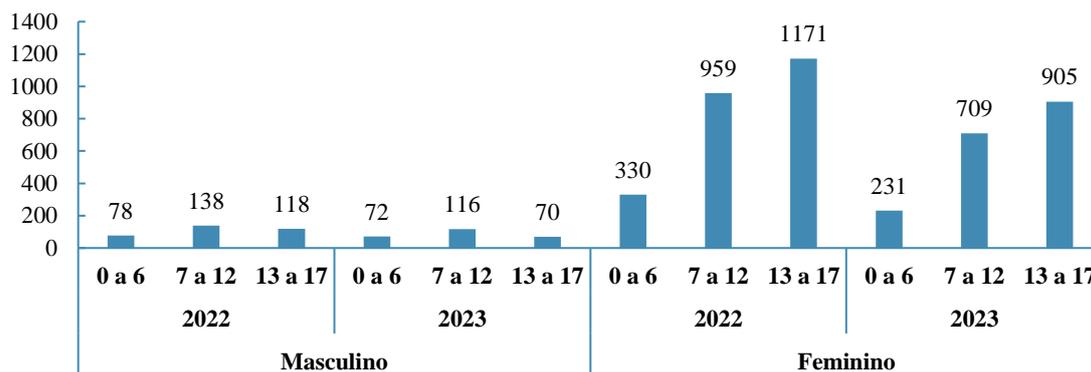


24,73% em relação a 2022. É importante que se ressalte que das 2.794 crianças e adolescentes abusadas sexualmente em 2022, 334 eram do sexo masculino e 2.460 do sexo feminino. Já em 2023, das 2.103 vítimas desse tipo de violência, 258 eram meninos e 1845 meninas.

Além disso, as crianças do sexo masculino com idades entre 7 e 12 anos foram as mais acometidas por esse tipo de violência, tanto em 2022, quanto em 2023, tendo em vista que dos 334 meninos atendidos em 2022, 138 possuíam idades entre 7 e 12 anos e em 2023 dos 258, 116 também eram dessa faixa etária.

No entanto, com relação as Crianças e Adolescentes do sexo feminino, nota-se que as meninas na faixa etária de 13 a 17 anos foram as que mais buscaram atendimentos nos CREAS, tanto em 2022, quanto em 2023, das 2.460 meninas atendidas em 2022 pelos CREAS, 1.171 possuíam idades entre 13 e 17 anos e em 2023 das 1.845, 905 delas também pertenciam a este grupo etário.

Gráfico 32 – Número de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Outra informação observada, é com relação aos números de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual por Região de Integração, Sexo e Faixa etária.

A tabela 52 descreve por exemplo, que no período de 2022 a 2023, as regiões de integração do estado do Pará que mais apresentaram crescimentos nos números de atendimentos em seus CREAS a crianças e adolescentes do sexo masculino, vítimas de abuso sexual, por faixa etária:

➤ De 0 a 6 anos:

Foram mais recorrentes nos CREAS das regiões do Baixo Amazonas, tendo em vista que nessa região em 2022 ocorreram 7 atendimentos e em 2023 foram 14 atendimentos, o que correspondeu a um crescimento percentual equivalente a 100% em relação a 2022; seguido pelos CREAS das regiões do Lago Tucuruí que aumentou de 3 para 6 registros, o que também representou um crescimento 100% em



comparação a 2022 e a região do Rio Capim que aumentou de 4 para 10, ou seja, um crescimento de 150%;

➤ Nas idades entre 7 e 12 anos:

Observa-se crescimentos nas regiões do Baixo Amazonas, quando em 2023 ocorreu um aumento equivalente a 37,50% em relação a 2022, quando os registros de atendimentos a este público passaram de 8 para 11 e a região do Guajará, com um aumento 13,04%, quando apresentou um aumento de 23 para 26 os números de atendimentos registrados a esse público em 2023;

➤ De 13 a 17 anos:

Nota-se que a região do Araguaia foi a que apresentou os maiores registros de atendimentos a esse público, quando apresentou um aumento equivalente a 75% em relação aos registros de 2022.

Tabela 52 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.

R. I	Masculino								
	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023
	0 a 6	0 a 6		7 a 12	7 a 12		13 a 17	13 a 17	
<b>Total Pará</b>	<b>78</b>	<b>72</b>	<b>-7,69</b>	<b>138</b>	<b>116</b>	<b>-15,94</b>	<b>118</b>	<b>70</b>	<b>-40,68</b>
Araguaia	7	3	-57,14	9	9	0,00	4	7	75,00
Baixo Amazonas	7	14	100,00	8	11	37,50	15	4	-73,33
Carajás	3	4	33,33	6	2	-66,67	10	2	-80,00
Guajará	9	10	11,11	23	26	13,04	20	8	-60,00
Guamá	6	6	0,00	15	13	-13,33	15	7	-53,33
Lago Tucuruí	3	6	100,00	10	6	-40,00	0	3	0,00
Marajó	13	4	-69,23	13	7	-46,15	16	14	-12,50
Rio Caeté	7	4	-42,86	12	7	-41,67	16	6	-62,50
Rio Capim	4	10	150,00	15	16	6,67	8	9	12,50
Tapajós	7	2	-71,43	8	3	-62,50	3	1	-66,67
Tocantins	8	6	-25,00	12	11	-8,33	6	7	16,67
Xingu	4	3	-25,00	7	5	-28,57	5	2	-60,00

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Enquanto a tabela 53, que descreve os números de crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de abuso sexual atendidas nos CREAS do Pará, por região de integração e faixa etária, no



período de 2022 para 2023, demonstra que as regiões de integração do estado que mais apresentaram crescimentos em seus registros, por faixa etária foram:

➤ De 0 a 6 anos:

A região do Araguaia, com o aumento de 17 para 19 casos, o que correspondeu a um crescimento percentual de apenas 11,76% em relação ao ano de 2022; Baixo Amazonas, com o aumento de 19 para 29 atendimentos registrados, o que correspondeu a uma variação percentual de 52,63% em relação ao ano de 2022 e a região do Rio Capim que aumentou de 7 para 19, ou seja, um crescimento de 171,43%;

Nas idades entre 7 e 12 anos, somente a região do Lago Tucuruí, apresentou aumento em seus números de atendimentos a Crianças e Adolescentes do sexo feminino e nessa faixa etária, pois como se observa na tabela – 53 o número de meninas de 7 a 12 anos nessa região foi de 55, em 2022 para 61, em 2023 o que correspondeu a um crescimento percentual de 10,91%.

Já com relação as idades entre 13 e 17 anos, as regiões do Araguaia e Tocantins foram as que apresentaram os maiores registros, com aumentos respectivos a 46,55% e 0,79% em relação ao ano de 2022.

Tabela 53 – Número de crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de abuso sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.

R. I	Feminino								
	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023
	0 a 6	0 a 6		7 a 12	7 a 12		13 a 17	13 a 17	
<b>Total Pará</b>	<b>330</b>	<b>231</b>	<b>-30,00</b>	<b>959</b>	<b>709</b>	<b>-26,07</b>	<b>1171</b>	<b>905</b>	<b>-22,72</b>
Araguaia	17	19	11,76	86	71	-17,44	58	85	46,55
Baixo Amazonas	19	29	52,63	58	50	-13,79	107	52	-51,40
Carajás	15	5	-66,67	65	29	-55,38	103	56	-45,63
Guajará	41	28	-31,71	117	76	-35,04	111	80	-27,93
Guamá	38	21	-44,74	123	64	-47,97	137	103	-24,82
Lago Tucuruí	11	8	-27,27	55	61	10,91	60	38	-36,67
Marajó	38	18	-52,63	111	88	-20,72	171	136	-20,47
Rio Caeté	25	11	-56,00	62	41	-33,87	71	66	-7,04
Rio Capim	40	31	-22,50	83	75	-9,64	149	77	-48,32
Tapajós	7	19	171,43	28	27	-3,57	27	25	-7,41
Tocantins	55	26	-52,73	110	75	-31,82	127	128	0,79
Xingu	24	16	-33,33	61	52	-14,75	50	59	18,00

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

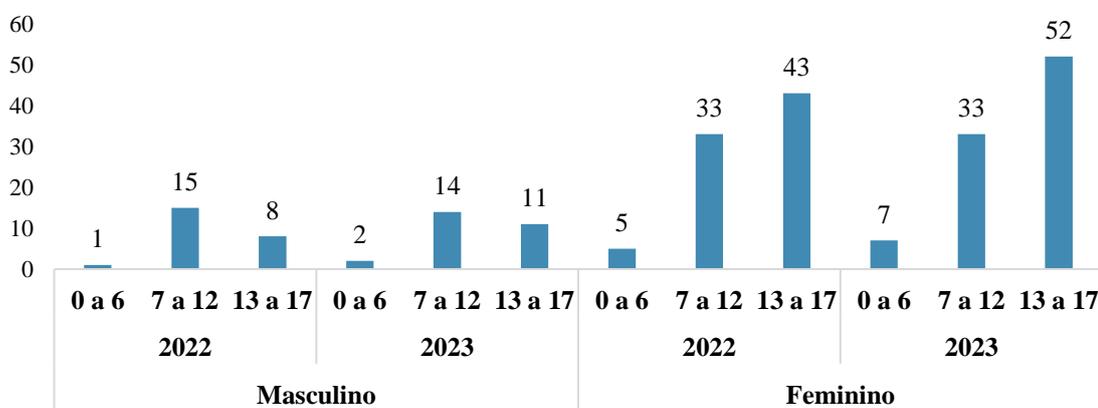


Verifica-se no Gráfico 33 os números de crianças e adolescentes vítimas de Exploração Sexual atendidas nos CREAS, por sexo e grupos de faixas etárias no Pará, 2022–2023. Nele, pode-se verificar que em geral os CREAS do Pará, em 2022 atenderam 105 casos de abuso sexual sofridos por crianças e adolescentes, enquanto em 2023 houve um aumento desses números para 119, isto é, um crescimento de 13,33% em relação a 2022. É importante frisar que das 105 crianças e adolescentes abusadas sexualmente em 2022, 24 eram do sexo masculino e 81 do sexo feminino. Da mesma forma em 2023, das 119 vítimas desse tipo de violência, 27 eram meninos e 92 meninas.

Por outro lado, as crianças do sexo masculino com idades entre 7 e 12 anos foram as mais acometidas por esse tipo de violência, tanto em 2022, quanto em 2023, tendo em vista que dos 24 meninos atendidos em 2022, 15 possuíam idades entre 7 e 12 anos e em 2023 dos 27 casos, 14 também eram dessa faixa etária.

No entanto, com relação as Crianças e Adolescentes do sexo feminino, nota-se que as meninas na faixa etária de 13 a 17 anos foram as que mais buscaram atendimentos nos CREAS, em 2022, tal como em 2023, das 81 meninas atendidas em 2022 pelos CREAS, 43 possuíam idades entre 13 e 17 anos e em 2023 das 92; 52 delas também pertenciam a este grupo etário como se observa a seguir.

Gráfico 33 – Número de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Na tabela 54, destaca-se os números de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de Exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, por região de integração do estado do Pará e por faixa etária. Nela, observa-se que a região do Tocantins foi a única região do estado que em 2022 apresentou registro criança do sexo masculino e nas idades entre 0 e 6 anos, com apenas 1 único atendimento realizado, porém em 2023 o número de



atendimentos a meninos explorados sexualmente nessa faixa etária chegou a 2, sendo 1 registrado por um dos CREAS de Carajás e o outro na região do Guamá.

Na faixa etária de 7 a 12 anos, os números de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de Exploração sexual, em 2022 ocorreram em sua maioria nas regiões do Guajará com 5 atendimentos e nas regiões do Baixo Amazonas e Rio Caeté, ambos com 4 atendimentos registrados, no entanto em 2023 se observa que somente a região do Baixo Amazonas apresentou aumento no número desses atendimentos, passando de 5 para 9 em 2023, o que correspondeu a um aumento percentual de 125%, porém as demais regiões ou apresentaram redução ou não apresentaram registros como se verifica na tabela.

Também se verifica que os registros de atendimentos a crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de Exploração sexual na faixa etária de 13 a 17 anos, em 2022 ocorreram em 7 das 12 regiões do estado, sendo a região do Guajará a única com 2 registros de adolescentes vítimas dessa violação de direito, porém em 2023 a região do Baixo Amazonas foi a região com os maiores registros de atendimento, com 5 dos 11 registrados no estado.

Tabela 54 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.

R. I	Masculino								
	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023
	0 a 6	0 a 6		7 a 12	7 a 12		13 a 17	13 a 17	
<b>Total Pará</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>100,00</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>-6,67</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>37,50</b>
Araguaia	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Baixo Amazonas	0	0	0,00	4	9	125,00	1	5	400,00
Carajás	0	1	0,00	0	0	0,00	1	0	-100,00
Guajará	0	0	0,00	5	0	-100,00	2	1	-50,00
Guamá	0	1	0,00	1	0	-100,00	1	1	0,00
Lago Tucuruí	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00
Marajó	0	0	0,00	1	0	-100,00	1	0	-100,00
Rio Caeté	0	0	0,00	4	2	-50,00	0	0	0,00
Rio Capim	0	0	0,00	0	1	0,00	1	2	100,00
Tapajós	0	0	0,00	0	0	0,00	1	0	-100,00
Tocantins	1	0	-100,00	0	2	0,00	0	2	0,00
Xingu	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.



A tabela 55, demonstra ainda que os números de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de Exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, por região de integração do estado do Pará e por faixa etária. Nela, observa-se que as quatro regiões do estado que apresentaram registros de criança do sexo feminino e nas idades entre 0 e 6 anos em 2022 foram: Araguaia, com 2 registros do total dos 5 registrados no estado, 1 na região do Guajará, 1 na do Marajó e 1 na do Rio Caeté, porém em 2023 o número de atendimentos a meninas exploradas sexualmente nessa faixa etária chegou a 7, sendo 2 novamente no Araguaia, 2 no Guajará, 1 no Baixo Amazonas, 1 no Rio Capim e 1 na Região do Tocantins.

Na faixa etária de 7 a 12 anos, os números de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de Exploração sexual, em 2022 ocorreram em sua maioria nas regiões do Marajó, com 9 atendimentos registrados de um total de 33 registrados no estado, 6 na região do Guajará e 5 na região do Tocantins, no entanto em 2023 se observa que os maiores registros se deram na região do Rio Caeté, com 7 dos 33 registros no Pará, Baixo Amazonas, com 5 e Guamá com 4.

Além disso, também se observa que os registros de atendimentos a crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de Exploração sexual na faixa etária de 13 a 17 anos, em 2022 ocorreram em 10 das 12 regiões do estado, sendo a região do Marajó a região com os maiores números de atendimentos a meninas vítimas desse tipo de violação de direito, com 13 dos 43 registros do estado, seguido pela região do Carajás com 9 e do Baixo Amazonas com 6, no entanto em 2023 os maiores registros ocorreram nas regiões do Tocantins, com 11 registros, seguida pela região do Guamá, 8 e Rio Caeté com 7.

Tabela 55 – Número de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de exploração sexual atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.

R. I	Feminino								
	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023	2022	2023	Var. % 2022 - 2023
	0 a 6	0 a 6		7 a 12	7 a 12		13 a 17	13 a 17	
<b>Total Pará</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>40,00</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>0,00</b>	<b>43</b>	<b>52</b>	20,93
Araguaia	2	2	0,00	2	3	50,00	3	2	-33,33
Baixo Amazonas	0	1	0,00	2	5	150,00	6	4	-33,33
Carajás	0	0	0,00	0	3	0,00	9	4	-55,56
Guajará	1	2	100,00	6	2	-66,67	2	5	150,00
Guamá	0	0	0,00	2	4	100,00	2	8	300,00
Lago Tucuruí	0	0	0,00	3	0	-100,00	1	0	-100,00
Marajó	1	0	-100,00	9	2	-77,78	13	5	-61,54
Rio Caeté	1	0	-100,00	1	7	600,00	3	7	133,33



Rio Capim	0	1	0,00	1	2	100,00	3	2	-33,33
Tapajós	0	0	0,00	1	1	0,00	1	2	100,00
Tocantins	0	1	0,00	5	2	-60,00	0	11	0,00
Xingu	0	0	0,00	1	2	100,00	0	2	0,00

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

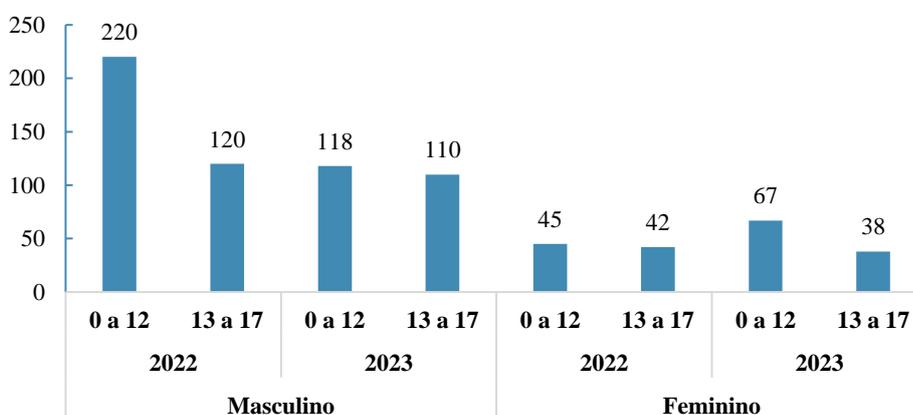
Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

No Gráfico 34 observa-se os números de crianças e adolescentes vítimas de Trabalho Infantil atendidas nos CREAS, por sexo e grupos de faixas etárias no Pará, 2022–2023. Nele, pode-se verificar que em geral os CREAS do Pará, em 2022 atenderam 427 casos de trabalho infantil sofridos por crianças e adolescentes, enquanto em 2023 houve uma redução desses números para 333, ou seja, uma queda correspondente a -22,02% em relação a 2022. Também é importante que se ressalte que das 427 crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil em 2022; 340 eram do sexo masculino e 87 do sexo feminino. Já em 2023, das 333 vítimas desse tipo de violência, 228 eram meninos e 105 meninas.

Além disso, as crianças do sexo masculino com idades entre 0 e 12 anos foram as mais acometidas por esse tipo de violência, tanto em 2022, quanto em 2023, tendo em vista que dos 340 meninos atendidos em 2022; 220 possuíam idades entre 0 e 12 anos e em 2023 dos 228; 118 também eram dessa faixa etária.

Com relação as Crianças e Adolescentes do sexo feminino, nota-se que as meninas na faixa etária de 0 a 12 anos também foram as que mais buscaram atendimentos nos CREAS, tanto em 2022, quanto em 2023, tanto que das 87 meninas atendidas em 2022 pelos CREAS, 45 possuíam idades entre 0 e 12 anos e em 2023 das 105; 67 delas também pertenciam a este grupo etário como se observa a seguir:

Gráfico 34 – Número de crianças e adolescentes vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por sexo e grupos de faixas etárias – Pará, 2022–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.



Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Na Tabela 56, os números de atendimentos realizados nos CREAS do estado do Pará a crianças e adolescentes do sexo masculino, vítimas de trabalho infantil, por faixa etária e por região de integração, no período de 2022 a 2023. Nela, observa-se mais uma vez que os meninos com idades entre 0 e 12 anos foram os que mais apresentaram registros de atendimentos desse tipo de violação de direito, tanto em 2022, quanto em 2023, tendo em vista que dos 340 meninos atendidos em 2022; 220 possuíam idades entre 0 e 12 anos, enquanto apenas 120 possuíam idades entre 13 e 17 anos, bem como em 2023 que dos 228 atendimentos; 118 possuíam idades entre 0 e 7 anos e 110 estavam na faixa etária de 13 a 17 anos.

Outro dado a se observar na tabela é o fato de que em 2022 os maiores registros de atendimentos a meninos com idades entre 0 e 12 anos ocorreram nas regiões do Guajará, com 114 registros de atendimentos realizados, seguido pela região do Marajó, com 44, Carajás, com 16 e Baixo Amazonas com 11, porém em 2023 essa mesma faixa de idades, apresentou seus maiores registros nas regiões do Marajó, com o registro de 48 atendimentos, o que correspondeu a um aumento de 9,09% em relação a 2022, seguida pela região do Rio Caeté, com 17 casos registrados e que representou um crescimento percentual equivalente a 240% em relação ao ano anterior e a do Guajará que registrou uma queda de -86,84% em relação a 2022, com apenas 15 registros desse tipo de violação.

No entanto, com relação a faixa etária de 13 a 17 anos, em 2022 as regiões que apresentaram os maiores registros de atendimentos a adolescentes do sexo masculino foram Guajará, com 30 registros de atendimentos, seguida pelas regiões do Carajás, com 25 e Marajó também com 25. Já em 2023, os maiores números de atendimentos a adolescentes vítimas de trabalho infantil continuaram sendo nas regiões do Marajó, com 21 registros, seguida pelas regiões do Carajás, com 18 e Guajará com 17, no entanto é importante que se ressalte que apesar de elas continuarem sendo as com maiores registros no estado, elas também demonstraram quedas em relação a 2022. O marajó por exemplo apresentou queda em seus números de registros equivalente a 16% em 2023, na região do Carajás a queda foi de 28% e no Guajará foi de 43,33%.



Tabela 56 – Número de crianças e adolescentes do sexo masculino, vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022–2023.

R. I	Masculino					
	2022	2023	Var.%	2022	2023	Var.%
	0 a 12	0 a 12	2022 - 2023	13 a 17	13 a 17	2022 - 2023
<b>Total Pará</b>	<b>220</b>	<b>118</b>	<b>-46,36</b>	<b>120</b>	<b>110</b>	<b>-8,33</b>
Araguaia	1	5	400	1	8	700
Baixo Amazonas	11	2	-81,82	6	8	33,33
Carajás	16	9	-43,75	25	18	-28
Guajará	114	15	-86,84	30	17	-43,33
Guamá	6	4	-33,33	4	5	25
Lago Tucuruí	4	2	-50	2	0	-100
Marajó	44	48	9,09	25	21	-16
Rio Caeté	5	17	240	7	12	71,43
Rio Capim	4	5	25	8	6	-25
Tapajós	4	6	50	3	1	-66,67
Tocantins	8	4	-50	8	13	62,5
Xingu	3	1	-66,67	1	1	0

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Na Tabela 57, observa-se os números de atendimentos realizados nos CREAS do estado do Pará a crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de trabalho infantil, por faixa etária e por região de integração, no período de 2022 a 2023. Nela, descreve-se mais uma vez que meninas com idades entre 0 e 12 anos também foram as que apresentaram os maiores registros de atendimentos desse tipo de violação de direito, tanto em 2022, quanto em 2023, tendo em vista que das 87 meninas atendidos em 2022; 45 possuíam idades entre 0 e 12 anos, enquanto somente 42 possuíam idades entre 13 e 17 anos, bem como em 2023 que dos 105 atendimentos registrados; 67 possuíam idades entre 0 e 12 anos e 38 estavam na faixa etária de 13 a 17 anos.

Outro dado a se observar na tabela é o fato de que em 2022 os maiores registros de atendimentos a meninas com idades entre 0 e 12 anos ocorreram nas regiões do Guajará, com 10 registros de atendimentos e Marajó com 13, porém em 2023 essa mesma faixa etária, apresentou seus maiores registros no Marajó, com o registro de 30 atendimentos, o que correspondeu a um aumento de 130,77% em relação a 2022, seguida pela região do Lago Tucuruí, com 12 casos registrados e o que correspondeu a um crescimento percentual equivalente a 200% em relação ao ano anterior.



No entanto, com relação a faixa etária de 13 a 17 anos, em 2022 as regiões que apresentaram os maiores registros de atendimentos a adolescentes do sexo masculino foram Carajás, com 9 registros de atendimentos, seguida pelas regiões do Guajará, com 7 e Marajó com apenas 6.

Já em 2023, os maiores números de atendimentos a adolescentes vítimas de trabalho infantil se deram nas regiões do Marajó, com 13 registros e um crescimento percentual em relação ao ano anterior de 116,67% e na do Rio Caeté com 12 atendimentos registrados e um aumento em relação a 2022 de 200%.

Tabela 57 – Números de crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de trabalho infantil atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por Região de Integração do estado do Pará e grupos de faixas etárias, 2022-2023.

R. I	Feminino					
	2022	2023	Var.%	2022	2023	Var.%
	0 a 12	0 a 12	2022 - 2023	13 a 17	13 a 17	2022 - 2023
<b>Total Pará</b>	<b>45</b>	<b>67</b>	<b>48,89</b>	<b>42</b>	<b>38</b>	<b>-9,52</b>
Araguaia	0	0	0	0	2	0
Baixo Amazonas	5	0	-100	4	1	-75
Carajás	2	2	0	9	1	-88,89
Guajará	10	5	-50	7	4	-42,86
Guamá	3	5	66,67	2	1	-50
Lago Tucuruí	4	12	200	3	0	-100
Marajó	13	30	130,77	6	13	116,67
Rio Caeté	3	3	0	4	12	200
Rio Capim	1	6	500	3	2	-33,33
Tapajós	1	3	200	2	0	-100
Tocantins	1	1	0	2	1	-50
Xingu	2	0	-100	0	1	0

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

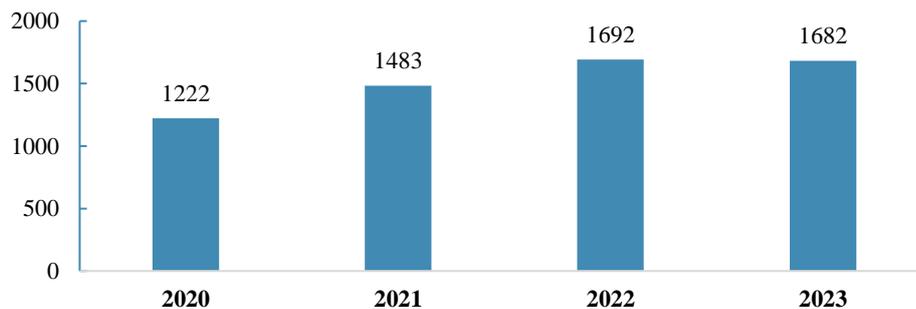
Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

No entanto é importante que se destaque também a importância dos CREAS nos atendimentos a mulheres adultas com idades entre 18 e 59 anos, vítimas de violência Intrafamiliar/doméstica que enfrentam desafios complexos e abrangentes. A violência doméstica, que abrange o abuso físico, psicológico e sexual nas relações íntimas, destrói não só o seu bem-estar físico, mas também prejudica a sua saúde emocional e mental. Estas mulheres muitas vezes enfrentam um ciclo de medo, manipulação e isolamento, que pode levar a traumas psicológicos profundos e repercussões duradouras. Apesar da prevalência desta questão, o estigma social, as normas culturais e o medo de retaliação muitas vezes impedem estas mulheres de procurar ajuda ou denunciar o abuso. Compreender as circunstâncias e necessidades únicas destas mulheres é crucial para o desenvolvimento de intervenções e sistemas de apoio eficazes para quebrar o ciclo de violência e capacitá-las para recuperar a sua autonomia e dignidade.



Dessa forma, os dados descritos pelo gráfico 35 demonstram os números de atendimentos a mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), atendidas nos CREAS do estado do Pará, 2020–2023. Nele, observa-se que os números de atendimentos a esse tipo de violação de direitos no estado, em 2023 apresentaram uma leve queda em relação ao ano anterior, queda essa equivalente a -0,59%, porém enfatizamos que entre ao anos 2020 e 2022 os números de atendimentos a esse público foi crescente, tendo em vista que em 2020 ocorreram 1.222 registros de atendimentos a mulheres vítimas dessa violação de direito, passando em 2021 para 1.483 atendimentos, o que correspondeu a um crescimento correspondente a 21,36%. Em 2022 os números de atendimentos a essas mulheres aumentaram novamente em 14,09%, quando estes atendimentos passaram de 1.483 para 1.692.

Gráfico 35 – Evolução do número de mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)–Pará, 2020–2023.



Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Além disso, na tabela 58, pode-se verificar os números de Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) atendidas nos CREAS do estado, por região de integração do Pará, 2020–2023. Nela, pode-se observar que os números de atendimentos em 2023, desse tipo de violação de direito, cresceram em 37,64% em relação a 2020.

Além disso, a tabela também demonstra que em 2023 as regiões do Marajó, Guamá e Carajás apresentaram crescimentos significativos em Relação a 2020. Na região do Xingu por exemplo, os números de atendimentos a mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) cresceu o equivalente a 1095% em relação ao ano de 2020, dado este descrito pelo fato de em 2020 essa região ter registrado apenas 22 atendimentos, enquanto em 2023 ocorreram 263 atendimentos. Já a região do Marajó apresentou uma variação percentual equivalente a 169,91%, tendo em vista que essa região registrou 113 atendimentos a esse público em 2020 e, em 2023; 305. Além dessas duas regiões, as duas outras regiões que também apresentaram percentuais significativos



no crescimento dos números de atendimentos a esse tipo de violação de direito foram: Guamá e Guajará com crescimentos percentuais equivalentes a 128,85% e 73,78% respectivamente.

Tabela 58 – Número de mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) atendidas nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do estado, por Região de Integração do Pará, 2020-2023.

Região	2020	2023	Var.% 2022 - 2023	Part.% 2023
<b>Total Pará</b>	<b>1.222</b>	<b>1.682</b>	<b>37,64</b>	<b>100</b>
Araguaia	140	139	-0,71	8,26
Baixo Amazonas	288	285	-1,04	16,94
Carajás	40	31	-22,5	1,84
Guajará	164	285	73,78	16,94
Guamá	52	119	128,85	7,07
Lago Tucuruí	16	13	-18,75	0,77
Marajó	113	305	169,91	18,13
Rio Caeté	127	0	-100	0
Rio Capim	62	70	12,9	4,16
Tapajós	11	10	-9,09	0,59
Tocantins	187	162	-13,37	9,63
Xingu	22	263	1095,45	15,64

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos - RMA, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Também é importante destacar que os serviços de média complexidade não se limitam apenas aos CREAS, pois os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, comumente chamado de Centro POP, também fazem parte dessa Proteção Social Especial e seu principal serviço é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que em geral atendem jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Além disso, alguns dos serviços desenvolvidos pelos Centros POP são: acesso a alimentação; Espaço para higiene pessoal; Encaminhamento para outras políticas públicas quando for o caso; Fortalecimento da autonomia, protagonismo e participação social; Guarda de pertences; Lavanderia; Regularização de documentos pessoais.

Nesse contexto, a tabela 59 demonstra os números de pessoas acolhidas nos Centros Pop, onde eles existem, por Região e municípios do estado do Pará, no período de 2022 a 2023. Nela, pode-se observar que estes Centros de Referência estão presentes em apenas 5 municípios do estado, sendo que destes 5 municípios onde os centros Pop estão presentes, 2 deles estão localizados na região do



Guajará, uma das 4 regiões do estado que disponibilizam esse serviço para o atendimento de pessoas em situação de Rua.

Os 3 demais municípios, onde esse tipo de serviço está presente, estão localizados nas regiões de Integração do Baixo Amazonas, Caeté e Lago Tucuruí. No entanto, enfatiza-se o fato de que mesmo que os municípios de Belém e Ananindeua possuam as maiores concentrações de atendimento a esse Público, em 2023 os municípios que demonstraram os maiores crescimentos percentuais em relação ao ano anterior foram os município de Santarém, localizado no Baixo Amazonas e com uma variação percentual equivalente a 279,62% e o município de Bragança, localizado na região do Caeté, com um crescimento percentual de 80,75% em relação a 2022, enquanto que Belém e Ananindeua, apesar de possuírem os maiores números de atendimentos, tanto em 2022, quanto em 2023, seus crescimentos foram equivalentes a 18,21% e 39,59% respectivamente.

Outro dado interessante, é que dos 5 municípios que possuem Centros Pop, apenas o município de Itupiranga, localizado na região do Lago Tucuruí, em 2023 apresentou uma pequena queda, sendo esta queda, porém de apenas -1,39% em relação ao ano anterior.

Tabela 59 – Número de pessoas acolhidas nos Centros Pop, por região e municípios do estado do Pará, 2022 e 2023.

Região	Município	2022	2023	Var.% 2022 - 2023
<b>Total Pará</b>	-	<b>65.082</b>	<b>83.819</b>	<b>28,79</b>
Guajará	Ananindeua	12.804	17.873	39,59
	Belém	49.716	58.771	18,21
Baixo Amazonas	Santarém	1.428	5.421	279,62
Caeté	Bragança	774	1.399	80,75
Lago Tucuruí	Itupiranga	360	355	-1,39

Fonte: Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER, 2024.

Elaboração: CES/FAPESPA, segundo dados coletados pela Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial do Pará – CVIS/ SEASTER 2024 e SINAS - Secretaria Nacional de Assistência Social - Censo SUAS – Bases e Resultados, 2022 e 2023



## REFERÊNCIAS

Ana Luísa, COELHO MOREIRA: livreto\_perguntas\_respostas CREAS. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf), 2011).

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2024.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, **Família e Combate à Fome**. Diversidade no Cadastro Único: Identificação e perfil socioeconômico de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos – 2021. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, 2023, p. 7-50 .

LÍCIO, Elaine Cristina. **A trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da variável federativa**. Revista do Serviço Público. Ano 55. Número 3. Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Brasília: 2004. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/250/255>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTOS, L. B. D. NETO, A. B. S. **Reflexões em Torno à crise do Estado de Bem-Estar Social – Reflections on the Crisis of the Welfare State**. Revista UFG, Goiânia, v. 32, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revfd/article/download/12112/8031/47279>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/MDS. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf)> Acesso: 29 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/MDS. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf)> Acesso em: 29 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social/MDS. **Portaria Conjunta nº3, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento,



concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/4360-2/>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, 2021. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03//\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Programa Bolsa Família: **uma década de inclusão e cidadania**/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013. 494 p. 25-45.